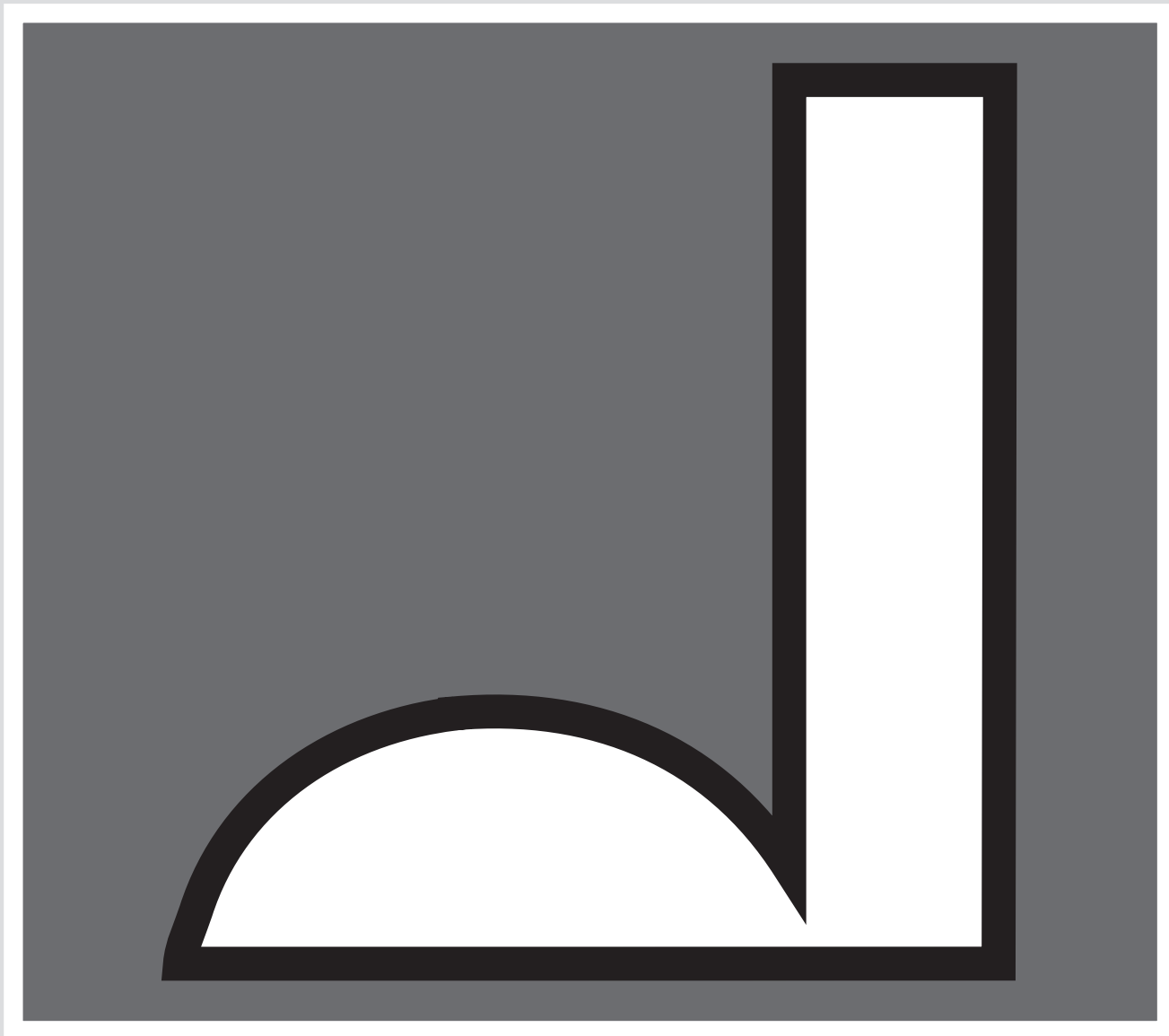




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 83 - SEXTA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1º Secretário Efraim Moraes – PFL – PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Amir Lando Valdir Raupp Gilberto Mestrinho Valmir Amaral Garibaldi Alves Filho Papaléo Paes</p> <p>LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Mota</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PL/PSB/PPS) – 23</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p>	<p>LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Robert Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PL – 4 Marcelo Crivella</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 João Capiberibe</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDERES DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB</p>	<p>Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB/) – 29</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonhas Pinheiro</p> <p>LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio</p> <p>VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 4-5-2005

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 25, DE 2005

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002–CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 248, de abril de 2005**, que “dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 21 de junho de 2005, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 16 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 84ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 16 DE JUNHO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Aviso do Ministro de Estado dos Transportes

Nº 154/2005, de 13 do corrente, encaminhando resposta ao Requerimento nº 5, de 2005, do Senador Osmar Dias. 20035

1.2.2 – Comunicações do Presidente

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 815, 1.136, 1.182, 1.202, 1.219, 1.238, 1.250, 1.318, 1.344, 1.390, 1.394, 1.409, 1.426, 1.437, 1.442, 1.452, 1.461, 1.462, 1.487, 1.489 e 1.490, de 2004, 3, 8, 24 e 68, de 2005, aprovados terminativamente pela Comissão de Educação. 20035

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Resolução nºs 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36 e 37, de 2005, aprovados terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 20036

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2003, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que acrescenta dispositivo à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, para tornar disponível a equoterapia no âmbito do Sistema Único de Saúde, aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais. À Câmara dos Deputados. 20037

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 251, de 2005, em 14 de junho de 2005 e publicada em 15 do mesmo mês e ano, que institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI – institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá outras providências. 20037

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 26, de 2005, que suspende a execução da expressão 'locação de bens móveis', constante do item 79 da Lista de Serviços a que se refere o Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, na redação dada pela Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987, e da mesma expressão contida no item 78 do § 3º do art. 50 da Lista de Serviços da Lei nº 3.750, de 20 de dezembro de 1971, do Município de Santos – SP, tendo em vista o recebimento dos Recursos nºs 3 e 4, de 2005. 20038

1.2.3 – Ofício

S/Nº/2005, de 16 do corrente, do Senador Osmar Dias, comunicando, para os devidos fins, que embora presente à sessão deliberativa ordinária de ontem, dia 15, se afastou do Plenário para audiência fora do recinto da Casa, no momento da votação nominal do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2005. 20039

1.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 640, de 2005, de autoria dos Senadores Amir Lando e Valdir Raupp, em aditamento ao Requerimento nº 543, de 2005, para missão oficial na Assembléia Nacional da República da Coreia, solicitando a alteração do período de visita àquele País, de 21 a 25 do corrente, para o dia 17 a 28 do mesmo mês. 20039

Nº 641, de 2005, de autoria dos Senadores Amir Lando e Valdir Raupp, em aditamento ao Requerimento nº 532, de 2005, para missão oficial na Assembléia Nacional da República da Coreia, solicitando a alteração do período de visita àquele País, de 21 a 25 do corrente, para o dia 17 a 28 do mesmo mês. 20039

Nº 642, de 2005, de autoria da Senadora He-loísa Helena, solicitando a convocação do Ministro de Estado da Saúde, para esclarecimento sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2003. 20039

Nº 643, de 2005, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, solicitando a prorrogação do prazo da Comissão Especial criada através do Requerimento nº 91, de 2005-CN, por mais sessenta dias, para a conclusão dos seus trabalhos. 20040

Nº 644, de 2005, de autoria da Senadora Roseana Sarney, solicitando afastamento por 123 dias, a partir de 16 do corrente, para tratamento de saúde..... 20040

Nº 645, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Claudinei Quirino, o atleta sempre vitorioso, que se despede das pistas de atletismo com um saldo altamente positivo..... 20040

Nº 646, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Juiz Yedo Simões de Oliveira, pela posse no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas..... 20040

1.2.5 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2005, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que dispõe sobre a importação, exportação, processamento, transporte, armazenagem, liquefação, regaseificação, distribuição e comercialização de gás natural..... 20041

1.2.6 – Mensagem do Presidente da República

Nº 161, de 2005 (nº 356/2005, na origem), de 14 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Luciano Ozório Rosa*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Grande Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia, e, cumulativamente, o de Embaixador do Brasil na República de Malta, desde que obtida a aprovação do governo desse país..... 20055

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR MAGUITO VILELA – Considerações sobre os trabalhos da CPI dos Correios. 20061

SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Edição, pelo Presidente da República, de medida provisória tratando de incentivos ao setor produtivo..... 20062

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Críticas ao Governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, apontando falta de compromisso com a preservação do meio ambiente. 20064

SENADOR MARCELO CRIVELLA, como Líder – Regozijo pela sanção do projeto de lei que “Cria o Sistema Nacional de Habitação por Interesse Social”. 20066

SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Considerações sobre esquemas de corrupção envolvendo o Governador Ivo Cassol..... 20067

SENADOR DELCÍDIO AMARAL, como Líder – Carta aberta da bancada do Partido dos Trabalhadores no Senado Federal, reafirmando apoio ao Presidente Lula, ao Governo e ao Partido dos Trabalhadores-PT..... 20069

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Refutação às denúncias de irregularidades na direção do Ibama no Estado do Pará. 20071

SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Registro da participação do Estado do Acre no Programa “Luz no Campo”. Anúncio de apresentação de projeto, de autoria de S. Ex^a, que regula a exploração e comercialização do gás natural no Brasil..... 20098

SENADORA HELOÍSA HELENA – Questionamentos sobre a eficiência da reforma política como instrumento destinado a alterar a estrutura política brasileira. 20100

SENADOR LEONEL PAVAN – Dificuldades enfrentadas pelo Congresso Nacional pelo pré-julgamento de parlamentares, diante de denúncias de corrupção..... 20103

1.2.8 – Saudação ao Vice-Presidente e Presidente do Senado da Nação Argentina, Senhor Daniel Osvaldo Scioli (Usam da palavra o Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros e o Senador Cristovam Buarque) 20104

1.2.9 – Fala do Vice-Presidente e Presidente do Senado da Nação Argentina, Senhor Daniel Scioli 20105

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Justiça e da Defesa e dos Encargos Financeiros da União, no valor global de duzentos e noventa e nove milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e nove reais para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada** em virtude de não haver acordo entre as Lideranças..... 20114

Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. **Apreciação sobrestada.** 20114

Item 3

Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que inclui § 8º no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). **Apreciação sobrestada.** 20114

Item 4

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que acrescenta artigo ao Ato das

Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios). **Apreciação sobrestada.** 20115

Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Apreciação sobrestada.** 20115

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia). **Apreciação sobrestada.** 20115

Item 7

Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2004 (nº 834/2003, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional da Imigração Japonesa. **Apreciação sobrestada.** 20115

Item 8

Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – “Desmanche”, que altera a redação do art. 126 da lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os artigos 126-A e 126-B. **Apreciação sobrestada.** 20115

1.3.1 – Discurso após a Ordem do Dia

SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES – Reiteração da confiança na condução do País pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Posicionamento favorável à aprovação da reforma política. Críticas ao autoritarismo dos dirigentes do PPS que cancelaram a filiação de S.Exa. ao partido. 20115

1.3.2 – Comunicação da Presidência

Constatação de existência de inexatidão material no texto do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2005 (Medida Provisória nº 237/2005, na origem), aprovado sem alterações no Senado Federal no dia 9 último. Determinação de confecção de redação final da matéria. 20130

1.3.3 – Apreciação de matéria

Redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2005 (Medida Provisória nº 237/2005, na origem) (Parecer nº 1.017, de 2005). **Aprovada.** À sanção. 20130

1.3.4 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR AELTON FREITAS – Necessidade de liberação de recursos para recuperação das estradas brasileiras. 20133

SENADOR ROMEU TUMA – Cumprimentos à Mesa do Senado Federal pela inauguração do Sistema de Informações Gerenciais Avançados, “Siga Brasil”. 20135

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Comentários à entrevista do Presidente Lula, em que compara dados de geração de empregos de seu governo com o do governo Fernando Henrique Cardoso. 20136

SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Considerações sobre a crise política no País. 20137

SENADORA IDELI SALVATTI – Solidariedade ao Sr. José Dirceu, que anunciou nesta tarde a sua renúncia ao cargo de Ministro-Chefe da Casa Civil. 20138

SENADOR ALVARO DIAS – Expectativas da sociedade brasileira com a apuração das denúncias de corrupção no Governo, destacando o papel responsável da Oposição na condução deste tema no Congresso Nacional. 20139

SENADOR PAULO OCTÁVIO – Registro de reunião do Partido da Frente Liberal, durante o dia de hoje. 20139

1.3.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR NEZINHO ALENCAR – Posicionamento favorável à aprovação da reforma sindical. 20140

SENADOR LEONEL PAVAN – Situação dos produtores de cebola do Estado de Santa Catarina. 20141

SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO – Registro do editorial do jornal **Folha de S. Paulo**, edição de hoje, sob o título “CPI Chapa Branca”, no qual são comentados os acontecimentos em torno da instalação da CPI dos Correios. 20142

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Senador Garibaldi Alves Filho, proferido na sessão do dia 15 de junho de 2005. 20144

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 16-6-2005

4 – PARECER

Nº 5, de 2005-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 10, de 2005-CN (nº 322/2005, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 326, de 2005 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente ao Levantamento de Auditoria realizada nas obras de duplicação e restauração da BR 101/SE, no trecho do Km 77,3 ao 91,6 (TC-007.828/2002-3). 20145

5 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 84 a 86, de 2005. 20150

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 2.567 a 2.571, de 2005. 20151

SENADO FEDERAL

- 7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
- 52ª LEGISLATURA
- 8 – SECRETARIA DE COMISSÕES
- 9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS
- 10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
- 11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
- 12 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
- 13 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
- 14 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

- 15 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
 - 16 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 - 17 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)
 - 18 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
 - 19 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO
-

Ata da 84ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 16 de junho de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Paulo Octávio,
da Srª Heloísa Helena e dos Srs. Romeu Tuma e Eduardo Azeredo*

(Às 14 horas acham-se presentes as Srª e Srs. Senadores.)

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 16/6/2005 07:36:51 até 16/6/2005 19:32:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X		PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X		PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X		PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X		PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PFL	BA	ANTONIC CARLOS MAGALHÃES	X		PSDB	GO	LUCIA VÂNIA	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		PMDB	PA	LUIZ OTAVIO	X	
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	X		-	MT	LUIZ SOARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X		Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X		Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X		PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
Bloco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL	X		PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PFL	GC	DEMOSTENES TORRES	X		PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X		Bloco-PSB	TC	NEZINHO ALENCAR	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X		PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X		Bloco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X		PFL	DF	PAULO OCTAVIO	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X		PMDB	RS	PÉDRO SIMON	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X		PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X		PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X		Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X		PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X		PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X		PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X		PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
PMDB	MG	HELIO COSTA	X		Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PFL	PI	HERACLITO FORTES	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X		PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X		PP	DF	VALMIR AMARAL	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X		PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X						

Compareceram: 71 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 71 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO DO MINISTRO DOS TRANSPORTES

– Nº 154/2005, de 13 do corrente, encaminhando resposta ao Requerimento nº 5, de 2005, do Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, §3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 815, de 2004** (nº 256/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Jubiaba Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mirante da Serra, Estado de Rondônia;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.136, de 2004** (nº 437/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Fronteira Oeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barracão, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.182, de 2004** (nº 888/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora Laranjeiras do Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.202, de 2004** (nº 850/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Educacional Dom Pedro Felipak para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Wenceslau Braz, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.219, de 2004** (nº 1.030/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Univer-

sidade Católica de Pelotas para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.238, de 2004** (nº 597/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da TV Independência S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.250, de 2004** (nº 604/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Folha de Londrina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.318, de 2004** (nº 982/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cidade Jandaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jandaia do Sul, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.344, de 2004** (nº 1.103/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Mário Teixeira Marinho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambaracá, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.390, de 2004** (nº 1.133/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Estância Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Águas de São Pedro, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.394, de 2004** (nº 1.138/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Laranjense (Ascol) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laranja da Terra, Estado do Espírito Santo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.409, de 2004** (nº 1.178/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Clube de Mimoso do Sul a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mimoso do Sul, Estado do Espírito Santo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.426, de 2004** (nº 1.194/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Tokaia Eventos Comunitários e Culturais da Cidade de Perdígão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Perdígão, Estado de Minas Gerais;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.437, de 2004** (nº 1.262/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Super Rádio DM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.442, de 2004** (nº 1.272/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Guaraciama – MG Ascog a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaraciama, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.452, de 2004** (nº 922/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Líder de Votuporanga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.461, de 2004** (nº 1.056/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Independente de Barretos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colina, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.462, de 2004** (nº 1.099/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária do Alto do Ginásio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.487, de 2004** (nº 787/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora Santarritense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.489, de 2004** (nº 378/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educacional e Cultural de Ipanema para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ipanema, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.490, de 2004** (nº 963/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à S.A. Rádio Guarani para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2005** (nº 658/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Bene-

ficente e Cultural Comunitária do Guaé (ABCCG) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caucaia, Estado do Ceará;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2005** (nº 853/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Araripe de Campos Sales Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campos Sales, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2005** (nº 1.158/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube Pontagrossense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná; e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 2005** (nº 1.230/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Amigos do Bairro Santa Tereza a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, §3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Resolução nº 19, de 2005**, que *suspende a execução do art. 10 da Lei Federal nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, com a redação da Lei Federal nº 8.307, de 30 de dezembro de 1991;*
- **Projeto de Resolução nº 20, de 2005**, que *suspende a execução do art. 11 do Convênio ICM nº 66, de 14 de dezembro de 1988, do Ministério da Fazenda;*
- **Projeto de Resolução nº 21, de 2005**, que *suspende a execução do art. 1º da Lei nº 10.389, de 26 de dezembro de 1990, do Município de São Carlos, no Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Resolução nº 22, de 2005**, que *suspende a execução do inciso II do art. 10 da Lei Municipal nº 11.154, de 30 de dezembro de 1991, do Município de São Paulo, no Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Resolução nº 23, de 2005**, que *suspende a execução do art. 119 da Lei nº 744, de 25 de agosto de 1992, do Município de Nova Bossano, no Estado do Rio Grande do Sul;*

- **Projeto de Resolução nº 24, de 2005**, que *suspende a execução dos arts. 212, 213, 214 e 215 da Lei Municipal nº 1.942, de 22 de dezembro de 1983, do Município de Votuporanga, no Estado de São Paulo*;
- **Projeto de Resolução nº 25, de 2005**, que *suspende a execução do art. 59 da Lei Estadual nº 5.466, de 26 de setembro de 1991, do Estado da Paraíba*;
- **Projeto de Resolução nº 27, de 2005**, que *suspende a execução dos artigos 86, incisos I, II e III; 87, incisos I e II; 91; 93, incisos I e II; e 94, incisos I e II, todos da Lei Municipal nº 6.989, de 29 de dezembro de 1996, do Município de São Paulo, no Estado de São Paulo*;
- **Projeto de Resolução nº 28, de 2005**, que *suspende a execução do art. 21 da Lei Municipal nº 1.990, de 1º de dezembro de 1988, do Município de Manaus, no Estado do Amazonas*;
- **Projeto de Resolução nº 29, de 2005**, que *suspende a execução do art. 2º da Lei Municipal nº 2.080, de 30 de dezembro de 1993, do Município do Rio de Janeiro, na parte em que revogou o art. 29 da Lei Municipal nº 691, de 24 de dezembro de 1984, do mesmo Município, no Estado do Rio de Janeiro*;
- **Projeto de Resolução nº 30, de 2005**, que *suspende a execução do art. 1º da Lei Estadual nº 13.270, de 27 de julho de 1999, do Estado de Minas Gerais*;
- **Projeto de Resolução nº 31, de 2005**, que *suspende a execução do inciso III do art. 6º da Lei Estadual nº 6.606, de 20 de dezembro de 1989, do Estado de São Paulo*;
- **Projeto de Resolução nº 32, de 2005**, que *suspende, nos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, a execução da Lei nº 10.533, de 30 de novembro de 1993, do Estado do Paraná*;
- **Projeto de Resolução nº 33, de 2005**, que *suspende a execução do art. 39 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná*;
- **Projeto de Resolução nº 34, de 2005**, que *suspende a execução da expressão “Federal ou da”, constante da alínea c do inciso I do art. 106 da Constituição do Estado de Sergipe*;
- **Projeto de Resolução nº 35, de 2005**, que *suspende a execução da alínea h do inciso I do art. 12 da Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991, acrescentada pelo §1º do art. 13 da Lei Federal nº 9.506, de 30 de outubro de 1997*;
- **Projeto de Resolução nº 36, de 2005**, que *suspende a execução do art. 12 e seus parágrafos*

da Lei Estadual nº 6.929, de 2 de dezembro de 1975 (Estatuto da Magistratura), do Estado do Rio Grande do Sul; e

- **Projeto de Resolução nº 37, de 2005**, que *suspende a execução dos arts. 2º e 4º do Decreto-Lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986*.

Tendo sido apreciadas em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, as matérias serão encaminhadas à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2003**, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *acrescenta dispositivo à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, para tornar disponível a equoterapia no âmbito do Sistema Único de Saúde*.

A Presidência comunica ao Plenário que o **Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2003**, foi aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais e será encaminhado à Câmara dos Deputados.

Desse modo, fica sem efeito o despacho de redistribuição da matéria, proferido pela Presidência na sessão do dia 9 de março último.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Senhor Presidente da República adotou em 14 de junho de 2005, e publicou em 15 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 251, de 2005**, que “institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do trabalho – CLT, e dá outras providências.”

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

TITULARES

SUPLENTES

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

José Jorge (PFL)	vago
Álvaro Dias (PSDB)	vago
César Borges (PFL)	vago
Eduardo Azeredo (PSDB)	vago

PMDB

Ney Suassuna	Luiz Otávio
Maguito Vilela	Gerson Camata
Hélio Costa	Leomar Quintanilha

Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PL/PPS)

Delcídio Amaral (PT)	vago
Sibá Machado (PT)	vago
Antônio Carlos Valadares (PSB)	vago

PDT

Osmar Dias	vago
------------	------

PTB

Mozarildo Cavalcanti	Sérgio Zambiasi
----------------------	-----------------

PP*

Valmir Amaral	vago
---------------	------

DEPUTADOS**TITULARES****SUPLENTEs****PT**

Paulo Rocha	Fernando Ferro
Colombo	Henrique Fontana

PMDB

José Borba	Benjamin Maranhão
Mendes Ribeiro Filho	Asdrubal Bentes

Bloco (PFL/PRONA)

Rodrigo Maia	Murilo Zauith
Roberto Brant	Kátia Abreu

PSDB

Alberto Goldman	Eduardo Paes
-----------------	--------------

PP

José Janene	Mário Negromonte
-------------	------------------

PTB

José Múcio Monteiro	Ricarte de Freitas
---------------------	--------------------

PL

Sandro Mabel	Miguel de Souza
--------------	-----------------

PPS

Rogério Teófilo	Geraldo Resende
-----------------	-----------------

PSB

Renato Casagrande	Dr. Ribamar Alves
-------------------	-------------------

PSL*

João Mendes de Jesus	
----------------------	--

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO: 15-6-2005**
- Designação da Comissão: **16-6-2005**
- Instalação da Comissão: **17-6-2005**
- Emendas: **até 21-6-2005** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **15-6-2005 a 28-6-2005** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **28-6-2005**
- Prazo na CD: **de 29-6-2005 a 12-8-2005** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **12-8-2005**
- Prazo no SF: **de 13-8-2005 a 26-8-2005** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **26-8-2005**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 27-8-2005 a 29-8-2005** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **30-8-2005** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **13-9-2005** (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu os **Recursos nºs 3 e 4, de 2005**, interpostos no prazo regimental, no sentido de que seja apreciado pelo Plenário o **Projeto de Resolução nº 26, de 2005**, que *suspende a execução da expressão 'locação de bens móveis', constante do item 79 da Lista de Serviços a que se refere o Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, na redação dada pela Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987, e da mesma expressão contida no item 78 do § 3º do art. 50 da Lista de Serviços da Lei nº 3.750, de 20 de dezembro de 1971, do Município de Santos – SP.*

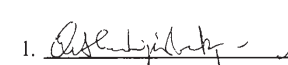

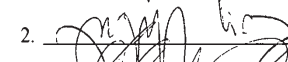
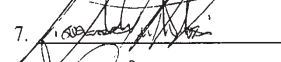
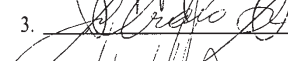
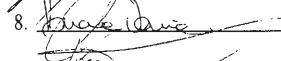


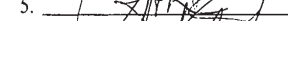
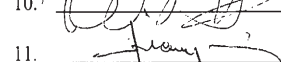

A matéria ficará sobre a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, e, do Regimento Interno.

São os seguintes os Recursos recebidos:

RECURSO Nº 3, DE 2005

Nos termos do artigo 91, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, interpomos recurso para a apreciação em Plenário do Projeto de Resolução nº 26, de 2005.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2005.

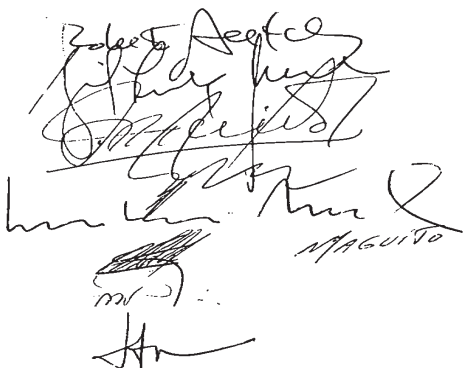
1. 	6. 
2. 	7. 
3. 	8. 
4. 	9. 
5. 	10. 
	11. 

* Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

RECURSO Nº 4, DE 2005

Nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição Federal, combinado com o artigo 91, § 3º e 4º do Regimento Interno, requiero que o PRS nº 26, de 2005, de Autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que suspende a execução da expressão “locação de bens móveis”, constante do item 79 da Lista de Serviços a que se refere o Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, na redação dada pela Lei Federal Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987, e da mesma expressão contida no item 78 do § 3º do art. 50 da Lista de Serviços da Lei Municipal nº 3.750, de 20 de dezembro de 1971, do Município de Santos, no Estado de São Paulo, seja apreciado pelo Plenário do Senado Federal, em grau de recurso.

Sala das Sessões, 14 de junho de 2005.



O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Brasília, 16 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que embora presente à Sessão deliberativa de ontem, 15 de junho, audiência fora do recinto da Casa, me afastou do plenário no momento da votação nominal do item 1 – Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2005 – levada a efeito na mesma.

Atenciosamente, – **Osmar Dias**, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 640, DE 2005

Senhor Presidente,

Em aditamento ao Requerimento 543/2005, comunicamos a Vossa Excelência o recebimento de convite oficial da Assembléia Nacional da República da Coréia, que altera o período de visita àquele País, de 21 a 25 de junho para o dia 17 a 28 do mesmo mês.

Em razão disso, requeremos a Vossa Excelência alteração no número de diárias disponibilizadas na autorização anteriormente concedida.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2005. – Senador **Amir Lando** – Senador **Valdir Raupp**.

REQUERIMENTO Nº 641, DE 2005

Senhor Presidente.

Em aditamento ao Requerimento 532/2005, comunicamos a Vossa Excelência o recebimento de convite oficial da Assembléia Nacional da República da Coréia, que altera o período de visita àquele País, de 21 a 25 de junho para o dia 17 a 28 do mesmo mês.

Em razão disso, requeremos a Vossa Excelência alteração no número de diárias disponibilizadas na autorização anteriormente concedida.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2005. – Senador **Amir Lando** – Senador **Valdir Raupp**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão votados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 642, DE 2005

Nos termos do art. 50, da Constituição Federal e do art. 397, inciso I, do Regimento Interno, requiero a convocação de Sua Excelência Ministro da Saúde, Senhor Humberto Costa, a fim de que preste esclarecimentos sobre o funcionamento, propostas formuladas e ações realizadas da comissão interministerial, prometida pelo Executivo Federal durante a discussão e votação do Projeto de Conversão nº 20/2003, que tratou da propaganda de cigarros. Por ocasião da votação do referido PLV, no Plenário dessa Casa, no dia 24-6-2003, foi prometido a instalação dessa comissão que, em um prazo de 90 dias, formulada um “plano relativo ao problema da bebida alcoólica, [tratando também] dos alcoólicos, do seu tratamento, de tributação, de propaganda anti-alcoolismo e da proibição da propaganda de bebidas”.

Sala das Sessões 16 de junho de 2005. – Senadora **Heloísa Helena** – PSOL/AL.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

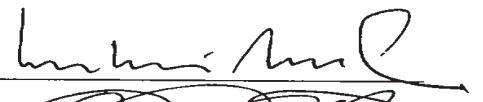



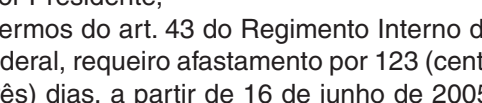
Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 643, DE 2005

A Comissão Especial criada mediante “Requerimento nº 91, de 2005-SF, de autoria do Senador Tião Viana, para, no prazo de sessenta dias, apresentar Projeto de Resolução de Reforma do Regimento Interno do Senado Federal” requer nos termos do art. 76, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação dos seus trabalhos, por mais sessenta dias, para a conclusão dos seus trabalhos.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2005.

1) 
2) 
3) 
4) 
5) 

REQUERIMENTO Nº 644, DE 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 43 do Regimento Interno do Senado Federal, requero afastamento por 123 (cento e vinte e três) dias, a partir de 16 de junho de 2005, para tratamento de saúde, conforme laudo da Junta Médica do Senado Federal em anexo.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2005. – Senadora **Roseana Sarney**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 645, DE 2005

Requer Voto de Aplauso a Claudinei Quirino, o atleta sempre vitorioso, que se despede das pistas de atletismo com um saldo altamente positivo.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos

anais do Senado, Voto de Aplauso a Claudinei Quirino, o vitorioso atleta brasileiro, que deixa as pistas depois de tantas conquistas para o atletismo brasileiro.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e à Confederação Brasileira de Atletismo.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se. Claudinei Quirino foi sempre um vitorioso nas pistas de atletismo, conquistando numerosas vitórias para o Brasil. Ele, que esperava poder participar dos Jogos Pan-Americanos de 2007, retira-se em definitivo das pistas, depois de uma cirurgia, mas deixa um saldo extremamente favorável ao esporte do Brasil. Com este Voto, o Senado presta justo preito a um extraordinário atleta, sempre acostumado a vitórias, mas que foi vencido pela cirurgia. Vencido sem se deixar abater e inscrevendo seu nome entre os maiores atletas do País.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 646, DE 2005

Requer Voto de Aplauso ao Juiz Yedo Simões de Oliveira, pela sua posse no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Juiz Yedo Simões de Oliveira, pela sua posse, hoje, dia 16 de junho de 2005, no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e ao Presidente do TJAM, Desembargador Arnaldo Campelo Carpinteiro Peres.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se. O Doutor Yedo Simões de Oliveira recebe hoje justa láurea, ao assumir urna das cadeiras do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Conheço o Dr. Yedo e, como todo o meio jurídico do Amazonas, nele reconheço uma das mais brilhantes culturas e uma das mais dedicadas personalidades da área.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência encaminhará os votos de aplauso solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2005

Dispõe sobre a importação, exportação, processamento, transporte, armazenagem, liquefação, regaseificação, distribuição e comercialização de gás natural.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Dos Princípios e Objetivos da Política Energética Nacional

Art. 1º A Política Energética Nacional para o gás natural tem por objetivo incrementar a sua utilização em bases econômicas, mediante a expansão da produção e da infra-estrutura de transporte e armazenagem existente, garantir uma adequada proteção aos usuários e ao meio ambiente e promover um mercado competitivo, sem discriminações entre as empresas que nele atuam.

Art. 2º Cabe ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) propor ao Presidente da República programas específicos para o uso do gás natural, bem como diretrizes para a sua importação e exportação, de modo a atender às necessidades de consumo interno e assegurar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, de que trata o art. 4º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991

CAPÍTULO II

Do Monopólio da União

Art. 3º Além do disposto no art. 4º, inciso I, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, constituem monopólio da União as seguintes atividades relacionadas ao gás natural:

I – a importação e a exportação;

II – o transporte, por meio de conduto.

Art. 4º As atividades econômicas associadas à indústria do gás natural, nos termos do art. 5º, inciso II desta lei, serão reguladas e fiscalizadas pela União, por meio da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), e pelos estados, no caso da distribuição de gás canalizado, e poderão ser exercidas, na forma desta lei, mediante concessão ou autorização, por empresas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País.

CAPÍTULO III

Das Definições Técnicas

Art. 5º Sem prejuízo das demais definições aplicáveis ao gás natural, previstas no art. 6º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, ficam estabelecidas as seguintes definições para os fins desta lei e de sua regulamentação:

I – gás natural liquefeito (GNL): gás natural submetido a processo de liquefação para armazenagem e transporte, passível de regaseificação em unidades próprias;

II – gás natural comprimido (GNC) – todo gás natural processado e condicionado para o transporte em ampolas ou cilindros à temperatura ambiente e a uma pressão que o mantenha em estado gasoso;

III – indústria do gás natural: conjunto de atividades econômicas relacionadas com a exploração, desenvolvimento, produção, importação, exportação, processamento, transporte, armazenagem, liquefação, regaseificação, distribuição de gás canalizado e comercialização de gás natural;

IV – processamento de gás natural: conjunto de operações realizadas em unidades próprias para permitir o transporte, distribuição e utilização do gás natural;

V – armazenagem de gás natural: estocagem de gás natural em formações geológicas naturais, tais como jazidas esgotadas de petróleo e gás natural, aquíferos e formações de sal;

VI – transporte de gás natural: movimentação de gás natural em gasodutos de transporte, abrangendo a construção, a expansão e a operação das instalações;

VII – distribuição de gás canalizado: serviços locais de comercialização de gás canalizado, junto aos usuários finais, explorados com exclusividade pelos estados, diretamente ou mediante concessão, nos termos do § 2º do art. 25 da Constituição Federal;

VIII – comercialização de gás natural: venda de gás natural, por empresa autorizada, à distribuidora ou a usuário;

IX – gasoduto de transporte: duto destinado à movimentação de gás natural, considerado de interesse geral, incluindo estações de compressão, de medição, de redução de pressão, de armazenagem e de entrega;

X – gasoduto de transferência: duto destinado à movimentação de gás natural, considerado de interesse específico e exclusivo de seu proprietário, vedado o seu uso para fins comerciais;

XI – gasoduto de produção: duto destinado à extração, coleta e movimentação de gás natural nas áreas de produção;

XII – produtor: empresa, ou consórcio de empresas, concessionária da exploração e produção de gás natural;

XIII – importador: empresa autorizada a importar gás natural;

XIV – exportador: empresa autorizada a exportar gás natural;

XV – transportador: empresa concessionária da atividade de transporte de gás natural por meio de duto;

XVI – carregador: empresa autorizada que contrata o serviço de transporte de gás natural junto ao transportador;

XVII – armazenador: empresa concessionária da atividade de armazenagem de gás natural;

XVIII – distribuidora: empresa concessionária da distribuição de gás canalizado;

XIX – comercializador: empresa autorizada a exercer a atividade de comercialização de gás natural;

XX – unidades de processamento: instalações destinadas ao processamento de gás natural;

XXI – concurso público: procedimento público de oferta e alocação de capacidade em gasodutos de transporte novos e nas expansões dos gasodutos de transporte existentes, bem como em formações geológicas naturais utilizadas para armazenagem de gás natural;

XXII – serviço firme: serviço de transporte ou armazenagem não passível de interrupção pelo transportador ou armazenador, nos termos do respectivo contrato, a não ser em casos de emergência ou força maior declarados pela ANP;

XXIII – serviço interruptível – serviço de transporte ou armazenagem passível de interrupção pelo transportador ou armazenador, nos termos do respectivo contrato;

XXIV – capacidade de transporte: volume máximo diário de gás natural que o transportador pode movimentar em um determinado gasoduto de transporte;

XXV – capacidade contratada de transporte: volume diário de gás natural que o transportador é obrigado a movimentar para o carregador, nos termos do respectivo contrato de transporte;

XXVI – capacidade disponível de transporte: volume de gás natural obtido pela diferença entre a capacidade de transporte e a totalidade da capacidade contratada de transporte na modalidade de serviço firme;

XXVII – capacidade ociosa de transporte: volume diário de gás natural obtido pela diferença entre a capacidade de transporte e o volume diário de gás natural programado para ser movimentado na modalidade de serviço firme;

XXVIII – capacidade de armazenagem: volume máximo de gás natural que o armazenador pode armazenar em uma determinada formação geológica natural;

XXIX – capacidade contratada de armazenagem: volume diário de gás natural que o armazenador é obrigado a armazenar para o interessado, nos termos do respectivo contrato de armazenagem;

XXX – capacidade disponível de armazenagem: volume de gás natural obtido pela diferença entre a capacidade de armazenagem e a totalidade da capacidade contratada de armazenagem na modalidade de serviço firme;

XXXI – capacidade ociosa de armazenagem: volume de gás natural obtido pela diferença entre a capacidade de armazenagem e o volume diário de gás natural programado para ser armazenado na modalidade de serviço firme;

XXXII – ponto de entrega: ponto nos gasodutos de transporte no qual o gás natural é entregue pelo transportador ao carregador, ou a quem este venha a indicar;

XXXIII – ponto de recebimento: ponto nos gasodutos de transporte no qual o gás natural é recebido pelo transportador do carregador, ou de quem este venha a indicar.

CAPÍTULO IV

Do Operador do Sistema Nacional de Transporte de Gás Natural

Art. 6º. Fica instituído o Operador do Sistema Nacional de Transporte de Gás Natural – ONGÁS, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, a ser organizado na forma de associação civil.

Parágrafo único – O ONGÁS terá sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal, podendo instalar unidades administrativas regionais.

Art. 7º O ONGÁS terá como objetivo promover o uso eficiente dos Gasodutos de Transporte e Unidades de Armazenagem de Gás Natural, com vistas a aumentar a confiabilidade do sistema e a eliminar condutas discriminatórias, cabendo-lhe:

I – Estabelecer regras para a correta e eficiente operação do sistema de Transporte e Armazenagem de Gás Natural, assegurando a continuidade e a qualidade do fornecimento;

II – Coordenar as operações realizadas pelas empresas de Transporte e Armazenagem de Gás Natural e de Distribuição de Gás Canalizado;

III – Coordenar e adequar os planos de manutenção dos Gasodutos de Transporte e unidades de Armazenagem de Gás Natural;

IV – Propor e adotar as ações necessárias para restaurar os serviços de transporte em caso de falhas no suprimento de Gás Natural;

V – Planejar o uso do sistema de acordo com as previsões setoriais de demanda;

VI – Interagir com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE na formulação de planos de expansão do sistema;

VII – Elaborar e divulgar indicadores de desempenho do sistema de Transporte e Armazenagem de Gás Natural.

Art. 8º O ONGÁS terá como associadas as empresas titulares de concessão ou autorização para o exercício das atividades da Indústria do Gás Natural e empresas usuárias de gás natural, sendo constituído pelos seguintes órgãos:

I – Assembléia Geral, como órgão deliberativo superior, composto pelas empresas referidas no caput deste artigo;

II – Conselho de Administração, órgão colegiado do composto por onze membros, sendo dez indicados pelas empresas referidas **no caput** deste artigo e um pelo Ministério das Minas e Energia, eleitos pela Assembléia Geral;

III – Diretoria, órgão colegiado ao qual competirá a direção geral da associação;

IV – Conselho Fiscal, órgão permanente ao qual competirá fiscalizar as contas da associação e verificar o cumprimento dos deveres legais e estatutários da administração;

Parágrafo único. A Diretoria será composta por, no máximo, cinco membros, sendo um o Diretor-Geral, todos profissionais de reconhecida competência em sua área de atuação, domiciliados no país, com dedicação exclusiva e em tempo integral, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração.

Art. 9º Observadas as disposições desta lei, os órgãos do ONGÁS serão estruturados e exercerão suas atribuições na forma estabelecida no Estatuto Social.

CAPÍTULO V

Da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

Art. 10 Sem prejuízo das atribuições que lhe foram conferidas na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, cabe à ANP:

I – implementar, em sua esfera de atribuições, a Política Energética Nacional para o Gás natural, nos termos do Capítulo I desta lei;

II – regular e fiscalizar as atividades da indústria do gás natural;

III – realizar concurso público para a oferta e alocação de capacidade nos gasodutos de transporte novos;

IV – elaborar os editais e promover as licitações para a concessão das atividades de transporte e de armazenagem de gás natural, celebrando os contratos decorrentes e fiscalizando a sua execução;

V – estabelecer critérios e fixar as tarifas de transporte e de armazenagem de gás natural;

VI – aprovar o regulamento das ofertas públicas de capacidade a serem promovidas pelos transportadores;

VII – autorizar o exercício das atividades de importação, exportação, processamento, carregamento, liquefação, regaseificação, compressão, descompressão e comercialização de gás natural, na forma estabelecida nesta lei;

VIII – autorizar a construção e operação de gasodutos de transferência e de produção e reclassificar os gasodutos de transferência na forma estabelecida no art. 37 desta lei;

IX – homologar os contratos de conexão de outros gasodutos aos gasodutos de transporte, inclusive os procedentes do exterior;

X – interagir com a EPE na formulação de planos de expansão do sistema de transporte;

XI – elaborar e publicar relatórios anuais de desempenho da concorrência nas atividades que compõem a indústria do gás natural;

XII – quando for aplicável à indústria do gás natural o disposto no art. 19 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, ou quando houver conflito de interesses entre agentes de gás natural, solicitar a manifestação prévia da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça – SDE e da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda – SEAE;

XIII – articular-se com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e com órgãos reguladores estaduais, objetivando compatibilizar e uniformizar as normas aplicáveis aos mercados de gás natural e de energia elétrica;

XIV – interagir com os órgãos encarregados da administração e regulação das atividades de gás natural de outros países, em razão de acordos internacionais celebrados e no âmbito do Mercosul, objetivando promover o intercâmbio de informações e harmonizar o ambiente legal e regulamentar.

XV – fiscalizar as atividades do ONGÁS.

CAPÍTULO VI

Do Transporte de Gás Natural

Art. 11 A atividade de transporte de gás natural por meio de dutos será exercida mediante contratos de concessão, precedidos de licitação, na forma desta lei.

SEÇÃO I

Dos Gasodutos de Transporte Novos

Art. 12 A ANP, com base em estudos setoriais e técnicos desenvolvidos pela EPE ou por qualquer interessado, definirão os novos gasodutos de transporte a serem objeto de concessão.

Art. 13 A licitação será precedida de concurso público a ser promovido pela ANP, com o objetivo de identificar carregadores e dimensionar a capacidade de transporte do novo gasoduto.

Parágrafo único. Qualquer empresa interessada em adquirir capacidade de transporte ou em exercer a atividade de transporte de gás natural por meio de dutos poderá solicitar a ANP a realização do concurso público, justificando e fundamentando o pedido.

Art. 14. O concurso público observará os princípios de transparência, publicidade e igualdade entre os participantes, devendo a ANP editar regulamento dispondo sobre:

I – critérios utilizados para o dimensionamento do projeto;

II – pontos de entrega e recepção;

III – custo médio ponderado de capital, refletindo as condições de mercado e os riscos associados ao transporte;

IV – tarifa máxima de transporte prevista e metodologia de cálculo adotada;

V – condições para o redimensionamento do projeto.

§ 1º Caso a capacidade de transporte projetada seja compatível com as solicitações apresentadas pelos carregadores interessados, a ANP promoverá a licitação do novo gasoduto.

§ 2º Os carregadores que solicitarem capacidade de transporte no concurso público deverão assinar com a ANP termo de compromisso de compra da capacidade solicitada.

§ 3º O termo de compromisso referido no parágrafo anterior será irrevogável e irretratável e fará parte integrante do edital de licitação.

§ 4º Caso a capacidade de transporte projetada não seja compatível com as solicitações apresentadas pelos carregadores, ou caso não haja transportadores interessados, o projeto será redimensionado e novo concurso público será promovido, observados os princípios deste artigo.

SEÇÃO II

Dos Gasodutos de Transporte Existentes

Art. 15 Os proprietários de instalações classificadas pela ANP como gasodutos de transporte na data de publicação desta lei deverão, no prazo de noventa dias a contar da publicação, transferir a propriedade

de tais instalações para empresa coligada, já existente ou a constituir, que exercerá a atividade de transporte de gás natural, observado o disposto no art. 16 desta lei.

Parágrafo único. O disposto no **caput** não se aplica às empresas proprietárias de gasodutos de transporte que se dediquem, com exclusividade, à atividade de transporte de gás natural.

Art. 16 Cumprido o disposto no artigo 15 desta lei e dentro do prazo de cento e oitenta dias a contar da publicação desta lei, a ANP celebrará contratos de concessão para o exercício da atividade de transporte de gás natural com as empresas transportadoras proprietárias dos gasodutos de transporte existentes, dispensada a licitação prevista no art. 7º desta lei.

Parágrafo único. O prazo da concessão levará em conta a amortização e a depreciação dos investimentos realizados pelos proprietários.

SEÇÃO III

Da Concessão

Art. 17 Somente poderão obter concessão para o exercício da atividade de transporte de gás natural por meio de dutos as empresas que se dediquem, com exclusividade, a esta atividade e que atendam aos requisitos técnicos, econômicos e jurídicos estabelecidos pela ANP.

§ 1º Fica facultado ao transportador o exercício da atividade de armazenagem de gás natural, observado o disposto no Capítulo VIII desta lei.

§ 2º O transportador que exercer a atividade de armazenagem de gás natural deverá manter contabilidade distinta para ambas as atividades, na forma a ser estabelecida pela ANP.

§ 3º O transportador não poderá comprar ou vender gás natural, a não ser para consumo nas operações de transporte e para manter a segurança operacional do gasoduto, conforme as normas operacionais baixadas pela ANP.

Art. 18 As concessões extinguir-se-ão:

I – pelo vencimento do prazo contratual;

II – por acordo entre as partes;

III – pelos motivos de rescisão previstos no contrato.

§ 1º Extinta a concessão, os bens reverterão ao patrimônio da União, ficando sob a administração da ANP, não implicando a reversão ônus de qualquer espécie para a União ou para a ANP, nem conferindo ao concessionário qualquer direito de indenização.

§ 2º Em qualquer caso de extinção da concessão, o concessionário fará, por sua conta e risco, a remoção dos bens e equipamentos que não sejam objeto de reversão, ficando obrigado a reparar ou indenizar

os danos decorrentes de suas atividades e praticar os atos de recuperação ambiental determinados pelos órgãos competentes.

Art. 19 É permitida a transferência do contrato de concessão, preservando-se o seu objeto e as condições contratuais, desde que o novo concessionário atenda aos requisitos previstos no art. 17 desta lei,

Parágrafo único. A transferência do contrato somente poderá ocorrer mediante prévia e expressa autorização da ANP.

SEÇÃO IV Do Edital de Licitação

Art. 20. A licitação para outorga dos contratos de concessão referidos no art. 11 desta lei obedecerá ao disposto nesta Lei, na regulamentação a ser expedida pela ANP e no respectivo edital.

Art. 21. O edital de licitação será acompanhado do termo de compromisso referido nos §§ 2º e 3º do art. 14 desta lei e da minuta básica do contrato de concessão, devendo indicar, obrigatoriamente:

I – o percurso do gasoduto de transporte objeto da concessão, a capacidade de transporte projetada e os critérios utilizados para o seu dimensionamento e os pontos de entrega e recepção;

II – a tarifa máxima de transporte prevista e os critérios utilizados para o seu cálculo;

III – os requisitos exigidos dos concorrentes, nos termos do art. 17 desta lei, e os critérios de pré-qualificação, quando este procedimento for adotado;

IV – a relação dos documentos exigidos e os critérios a serem seguidos para aferição da capacidade técnica, da idoneidade financeira e da regularidade jurídica e fiscal dos interessados, bem como para o julgamento técnico e econômico-financeiro da proposta;

V – a expressa indicação de que caberá ao concessionário o pagamento das indenizações devidas por desapropriações ou servidões necessárias ao cumprimento do contrato, bem como a obtenção de licenças junto aos órgãos competentes, inclusive as de natureza ambiental;

VI – o prazo, local e horário em que serão fornecidos, aos interessados, os dados, estudos e demais elementos e informações necessários à elaboração das propostas, bem como o custo de sua aquisição.

Art. 22. No caso de participação de empresa estrangeira, o edital conterá a exigência de que a mesma apresente, juntamente com a sua proposta e em envelope separado:

I – prova de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal, nos termos da regulamentação a ser editada pela ANP;

II – inteiro teor dos atos constitutivos e prova de encontrar-se organizada e em funcionamento regular, conforme a lei de seu país;

III – designação de um representante legal junto à ANP, com poderes especiais para a prática de atos e assunção de responsabilidade relativamente à licitação e à proposta apresentada;

IV – compromisso de, caso vencedora, constituir empresa segundo as leis brasileiras, com sede e administração no país.

Parágrafo único. A assinatura do contrato de concessão ficará condicionada ao efetivo cumprimento do compromisso assumido de acordo com o inciso IV deste artigo.

SEÇÃO V Do Julgamento da Licitação

Art. 23. O julgamento da licitação identificará a proposta mais vantajosa segundo o critério de menor receita anual requerida, com fiel observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e igualdade entre os concorrentes.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a receita anual requerida será calculada multiplicando-se a capacidade de transporte projetada do gasoduto pela tarifa máxima de transporte prevista.

SEÇÃO VI Do Contrato de Concessão

Art. 24. O contrato de concessão deverá refletir fielmente as condições do edital e da proposta vencedora e terá como cláusulas essenciais:

I – a descrição do gasoduto objeto da concessão;

II – o prazo de duração da concessão e as condições para a sua prorrogação;

III – o cronograma de implantação, o investimento mínimo previsto e as hipóteses de expansão do gasoduto;

IV – as tarifas fixadas e os critérios para a sua revisão;

V – as garantias prestadas pelo concessionário, inclusive quanto à realização do investimento proposto;

VI – a especificação das regras sobre desocupação e devolução de áreas, inclusive retirada de equipamentos e reversão de bens;

VII – os procedimentos para acompanhamento e fiscalização das atividades da concessionária e para a auditoria do contrato;

VIII – a obrigatoriedade de o concessionário fornecer à ANP relatórios, dados e informações relativos às atividades desenvolvidas;

IX – as regras de acesso, por qualquer carregador interessado, ao gasoduto objeto da concessão, conforme o disposto na Seção VIII, do Capítulo VI, desta lei;

X – os procedimentos relacionados com a transferência do contrato, conforme o disposto no art. 19 desta lei;

XI – as regras sobre solução de controvérsias, relacionadas com o contrato e sua execução, inclusive a conciliação e a arbitragem;

XII – os casos de rescisão e extinção do contrato;

XIII – as penalidades aplicáveis na hipótese de descumprimento pelo concessionário das obrigações contratuais.

Parágrafo único. As condições contratuais para a prorrogação do prazo da concessão, referidas no inciso II deste artigo, serão estabelecidas de forma a assegurar a continuidade dos serviços e o respeito aos contratos de transporte celebrados.

Art. 25. O contrato estabelecerá que o concessionário estará obrigado a:

I – celebrar com os carregadores contratos de transporte para todas as modalidades de serviço oferecidas, que deverão ser previamente homologados pela ANP;

II – adotar, em todas as suas operações, as medidas necessárias para a preservação das instalações, das áreas ocupadas e dos recursos naturais potencialmente afetados, garantindo a segurança das populações e a proteção do meio ambiente;

III – comunicar, imediatamente, à ANP a ocorrência de acidentes e de quaisquer outros fatos ou circunstâncias que interrompam, ou possam interromper, os serviços de transporte;

IV – responsabilizar-se civilmente pelos atos de seus prepostos e indenizar todos e quaisquer danos decorrentes das atividades empreendidas, devendo ressarcir a ANP e a União dos ônus que venham a suportar em consequência de eventuais demandas motivadas por atos do concessionário;

V – adotar as melhores práticas da indústria internacional do gás natural e obedecer às normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes à atividade de transporte de gás natural;

VI – disponibilizar, em meio eletrônico acessível a qualquer interessado, informações sobre as características de suas instalações, os serviços prestados, as tarifas aplicáveis, as capacidades disponíveis e os contratos celebrados, especificando partes, prazos e quantidades envolvidas.

SEÇÃO VII

Dos Princípios Tarifários

Art. 26. As tarifas aplicáveis ao transporte de gás natural, bem como os critérios de cálculo e revisão, serão fixadas pela ANP de forma a:

I – garantir tratamento não discriminatório a todos os carregadores;

II – guardar relação com o tipo de serviço de transporte e grau de eficiência requerido;

III – garantir rentabilidade adequada ao transportador, compatível com os riscos inerentes à atividade de transporte de gás natural;

IV – garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão;

V – garantir a segurança e a confiabilidade dos serviços de transporte;

VI – incentivar o transportador a reduzir custos e ampliar a oferta de capacidade de transporte;

VII – refletir as alterações dos tributos incidentes sobre as atividades de transporte de gás natural.

§ 1º As tarifas aplicáveis às atividades de transporte de gás natural serão publicadas pelo transportador, na forma a ser estabelecida pela ANP.

§ 2º Nenhum tipo de subsídio poderá ser considerado na remuneração de investimentos realizados por empresas privadas, públicas, ou de economia mista.

SEÇÃO VIII

Do Acesso aos Gasodutos de Transporte

Art. 27. Fica assegurado a qualquer carregador interessado o acesso aos gasodutos de transporte, mediante o pagamento da tarifa aplicável.

Art. 28. O acesso se dará mediante oferta pública de capacidade, que deverá ser promovida pelo transportador sempre que houver capacidade disponível de transporte ou capacidade ociosa de transporte.

Parágrafo único. O transportador não estará obrigado a promover oferta pública de capacidade caso não haja capacidade disponível de transporte ou capacidade ociosa de transporte ou, ainda, em caso de impedimentos técnicos e de segurança declarados pela ANP.

Art. 29. A oferta pública de capacidade observará os princípios de transparência, de publicidade e de igualdade entre os participantes e será regida por regulamento a ser elaborado pelo transportador e aprovado previamente pela ANP.

§ 1º O transportador disponibilizará o regulamento em meio eletrônico acessível a qualquer interessado, devendo o mesmo dispor sobre:

I – o procedimento de oferta de capacidade, especificando prazos, termos e condições para as solicitações dos carregadores interessados, inclusive por meio eletrônico;

II – o modelo dos contratos de transporte a serem celebrados;

III – os critérios da alocação de capacidade entre os carregadores interessados, caso as capacidades solicitadas sejam superiores às capacidades ofertadas;

§ 2º O transportador disponibilizará, em meio eletrônico acessível a qualquer interessado, as capacidades passíveis de serem contratadas como serviço firme ou interrompível e as tarifas aplicáveis;

§ 3º A solicitação de capacidade vinculará os carregadores interessados a todos os termos e condições do regulamento;

§ 4º A alocação de capacidade a que se refere o inciso III deste artigo deverá estar baseada em critério objetivo e de fácil mensuração.

SEÇÃO IX

Da Expansão dos Gasodutos de Transporte

Art. 30. O transportador deverá submeter à ANP projeto para a expansão do gasoduto de transporte, nas hipóteses previstas no contrato de concessão ou em circunstâncias que a justifiquem.

Art. 31. Qualquer empresa interessada poderá solicitar à ANP a expansão dos gasodutos de transporte, mediante justificativa fundamentada.

Parágrafo único. Aprovada a solicitação, a ANP determinará ao transportador a apresentação de projeto para a expansão do gasoduto, especificando as características a serem observadas.

Art. 32. A implementação do projeto de expansão será precedida de concurso público a ser promovido pelo transportador, na forma de regulamento a ser previamente aprovado pela ANP, observando-se os princípios de transparência, publicidade e igualdade entre os participantes.

§ 1º O regulamento do concurso público disporá sobre:

I – critérios utilizados para o dimensionamento do projeto de expansão,

II – novos pontos de entrega e recepção;

III – custo orçado para o projeto, a tarifa de transporte prevista e a metodologia de cálculo aplicada;

IV – condições para o redimensionamento do projeto de expansão.

§ 2º Caso a capacidade de transporte projetada seja compatível com as solicitações apresentadas pelos carregadores interessados, o projeto será implementado.

§ 3º Os carregadores que solicitarem capacidade de transporte no concurso público deverão assinar com o transportador termo de compromisso de compra e venda da capacidade solicitada, em caráter irrevogável e irretratável.

§ 4º O carregador interessado que já esteja utilizando mais de cinquenta por cento da capacidade de transporte do gasoduto, somente poderá concorrer a, no máximo, quarenta por cento da capacidade ofertada na expansão.

§ 5º Caso não haja solicitação de capacidade por outros carregadores, o carregador interessado que já esteja utilizando mais de cinquenta por cento da capacidade de transporte do gasoduto poderá concorrer à totalidade da capacidade ofertada na expansão.

§ 6º Caso a capacidade de transporte projetada não seja compatível com as solicitações apresentadas pelos carregadores, ou caso não haja carregadores interessados, o projeto será redimensionado e novo concurso público será promovido, observados os princípios deste artigo.

SEÇÃO X

Da Interconexão

Art. 33. O transportador permitirá a conexão de outros gasodutos de transporte ao gasoduto objeto da concessão.

Parágrafo único. Os contratos de conexão a serem celebrados e as tarifas a serem praticadas deverão ser previamente homologados pela ANP.

SEÇÃO XI

Da Cessão de Capacidade

Art. 34. A ANP estabelecerá normas para a cessão de capacidade de transporte entre carregadores, assegurando a publicidade e a transparência do processo para inibir práticas discriminatórias.

CAPÍTULO VII

Dos Gasodutos de Transferência e de Produção

Art. 35. Observadas as disposições legais pertinentes, qualquer empresa que atenda ao disposto no art. 4º desta lei poderá receber autorização da ANP para construir e operar gasodutos de transferência e gasodutos de produção.

§ 1º A ANP baixará normas sobre a habilitação dos interessados e as condições para a autorização, bem como para a transferência de sua titularidade, respeitados os requisitos de proteção ambiental e segurança das instalações.

§ 2º No prazo de cento e oitenta dias a contar da publicação desta lei, as empresas proprietárias de

gasodutos de transferência e gasodutos de produção receberão da ANP as respectivas autorizações, ratificando sua titularidade sobre os mesmos.

Art. 36. Os gasodutos de transferência e gasodutos de produção não estarão sujeitos ao regime de acesso previsto na Seção VIII, do Capítulo VI, desta lei.

Art. 37. Os gasodutos de transferência serão reclassificados pela ANP como gasodutos de transporte caso haja comprovado interesse de carregadores em sua utilização, observados os requisitos técnicos e de segurança das instalações, ou caso se verifique a utilização do gás para fins comerciais.

Parágrafo único. Em caso de reclassificação, aplicar-se-ão as regras da Seção II, do Capítulo VI, desta lei.

CAPÍTULO VIII

Da Armazenagem de Gás Natural

Art. 38. A atividade de armazenagem de gás natural será exercida mediante contratos de concessão, precedidos de licitação, na forma estabelecida nesta lei.

Parágrafo único. A construção e operação de outras instalações de armazenagem de gás natural e de gás natural liquefeito, inclusive terminais marítimos, ficam submetidas ao regime de autorização, na forma estabelecida nesta lei e na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

Art. 39. A ANP definirá as formações geológicas naturais a serem objeto de concessão, com base em estudos setoriais e técnicos desenvolvidos pelos órgãos competentes ou por qualquer interessado.

Art. 40. Qualquer empresa interessada em exercer a atividade de armazenagem de gás natural poderá solicitar à ANP a realização de licitação, mediante justificação fundamentada.

Art. 41. Somente poderão obter concessão para o exercício da atividade de armazenagem de gás natural as empresas que se dediquem, com exclusividade, a esta atividade e que atendam aos requisitos técnicos, econômicos e jurídicos estabelecidos pela ANP, ressalvado o disposto no § 1º do art. 13 desta lei.

§ 1º Quando a atividade de armazenagem de gás natural for exercida, com exclusividade, o armazenador não ficará sujeito ao regime de acesso previsto na Seção VIII, do Capítulo VI, desta lei e poderá praticar tarifas diferenciadas mediante prévia homologação da ANP.

§ 2º A atividade de armazenagem de gás natural, quando exercida por transportador, ficará sujeita ao

regime de acesso previsto na Seção VIII, do Capítulo VI, desta lei e às tarifas fixadas pela ANP.

§ 3º o armazenador não poderá comprar ou vender gás natural, a não ser para consumo próprio e para manter a segurança operacional das instalações de armazenagem, conforme as normas operacionais baixadas pela ANP.

Art. 42. As concessões de que trata o art. 39 desta lei extinguir-se-ão:

I – pelo vencimento do prazo contratual;

II – por acordo entre as partes;

III – pelos motivos de rescisão previstos no contrato.

§ 1º Extinta a concessão, as formações geológicas serão devolvidas ao patrimônio da União, juntamente com os bens reversíveis, ficando sob a administração da ANP. A devolução e a reversão não implicarão ônus de qualquer espécie para a União ou para a ANP, nem conferirá ao concessionário qualquer direito de indenização.

§ 2º Em qualquer caso de extinção da concessão, o concessionário fará, por sua conta e risco, a remoção dos bens e equipamentos que não sejam objeto de reversão, ficando obrigado a reparar ou indenizar os danos decorrentes de suas atividades e praticar os atos de recuperação ambiental determinados pelos órgãos competentes.

Art. 43. É permitida a transferência do contrato de concessão, preservando-se o seu objeto e as condições contratuais, desde que o novo concessionário atenda aos requisitos previstos no art. 41 desta lei.

Parágrafo único. A transferência do contrato somente poderá ocorrer mediante prévia e expressa autorização da ANP.

Art. 44. O edital de licitação, o julgamento da licitação, o contrato de concessão, os princípios tarifários e o acesso à capacidade de armazenagem serão regidos, no que for aplicável, pelo disposto nas Seções IV, V, VI, VII e VIII do Capítulo VI desta lei.

CAPÍTULO IX

Da Importação, Exportação e Processamento do Gás Natural e Condensado

Art. 45. Qualquer empresa que atenda ao disposto no art. 40 desta lei poderá receber autorização da ANP para exercer as atividades de importação, exportação e processamento de gás natural e condensado.

Parágrafo único. O exercício das atividades de importação e exportação de gás natural e condensado

do observará as diretrizes do CNPE, em particular as relacionadas como cumprimento do art. 4º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, e obedecerá às demais normas legais e regulamentares pertinentes.

CAPÍTULO X

Da Compressão, Descompressão, Liquefação e Regaseificação de Gás Natural

Art. 46. Qualquer empresa, ou consórcio de empresas, que atenda ao disposto no Art. 4º desta lei poderá receber autorização da ANP para construir e operar unidades de compressão, descompressão, liquefação e regaseificação de gás natural.

Parágrafo único. A ANP baixará normas sobre a habilitação dos interessados e condições para a autorização, bem como para a transferência de sua titularidade, respeitados os requisitos de proteção ambiental e segurança das instalações.

CAPÍTULO XI

Da Distribuição de Gás Canalizado

Art. 47. Cabe aos estados explorar os serviços públicos locais de gás canalizado, diretamente ou mediante concessão, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e de suas legislações.

Art. 48. Somente poderão obter concessão para o exercício da atividade de distribuição de gás canalizado as empresas que se dediquem, com exclusividade, a tal atividade e que atendam aos requisitos técnicos, econômicos e jurídicos estabelecidos pelo órgão estadual competente, ressalvada a atividade prevista no capítulo VIII desta lei.

Art. 49. Os estados poderão atribuir às distribuidoras, nas respectivas áreas de concessão, prazos de exclusividade na distribuição e comercialização de gás natural aos diversos segmentos usuários.

CAPÍTULO XII

Da Comercialização de Gás Natural

Art. 50. Findo o prazo de exclusividade na comercialização de que trata o art. 49 desta lei, facultar-se-á aos usuários não-residenciais e não-comerciais adquirir gás natural junto a comercializador, utilizando-se das redes de gasodutos das distribuidoras para transportar o gás natural até as suas instalações.

Art. 51. Qualquer usuário que atenda os requisitos previstos nos arts. 4º e 5º desta lei e aos requisitos técnicos, econômicos e jurídicos estabelecidos pela ANP poderá receber autorização do Poder Concedente Estadual para exercer a atividade de comercialização de gás natural.

Parágrafo único. As empresas transportadoras, armazenadoras e distribuidoras não poderão exercer,

diretamente, a atividade de comercialização de gás natural, ressalvada a comercialização de gás natural, pelas empresas distribuidoras, nas suas respectivas áreas de concessão, nos termos os contratos de concessão celebrados.

CAPÍTULO XIII

Da Empresa Integrada

Art. 52. Para os fins desta lei, serão consideradas integradas:

I – as empresas que exercerem a atividade de transporte de gás natural e que participarem, com mais de vinte por cento, com poderes ou não de controle, do capital de outras empresas que exerçam qualquer das atividades de produção, armazenagem e comercialização de gás natural;

II – as empresas que exercerem qualquer das atividades de produção, armazenagem e comercialização de gás natural e que participarem, com mais de vinte por cento, com poderes ou não de controle, do capital de outras empresas que exerçam a atividade de transporte de gás natural.

Art. 53. A ANP, com relação à empresa integrada, deverá:

I – exigir estrutura gerencial própria e a elaboração de relatórios de desempenho para cada atividade;

II – exigir que pessoas que já exerçam cargos de administração e gerência em uma empresa integrada não ocupem cargos similares em outra, de modo a assegurar a tomada de decisões de forma autônoma e independente;

III – estabelecer período de impedimento para que as pessoas que exerçam cargos de administração e gerência em uma empresa integrada possam exercê-los em outra;

IV – exigir que os planos orçamentários, financeiros e de investimentos das empresas integradas sejam elaborados individualmente, para aprovação dos órgãos de administração e gerência de cada uma delas;

CAPÍTULO XIV

Das Disposições Finais

Art. 54. As atividades de exploração e produção de gás natural regem-se pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

Art. 55. Os incisos IV e V do art. 2º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art 2º
.....

IV – estabelecer diretrizes para programas específicos, como os de uso do carvão, da energia termonuclear, dos biocombustíveis,

da energia solar, da energia eólica e da energia proveniente de outras fontes alternativas;

V – estabelecer diretrizes para a importação e exportação, de maneira a atender às necessidades de consumo interno de petróleo e seus derivados e assegurar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis; de que trata o art. 4º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991.

..... (NR)”

Art. 56. Dê-se aos incisos III e IV do art. 40 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a seguinte redação:

“Art 4º

.....
III – a importação e exportação de petróleo e de seus derivados;

IV – o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem como o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto e de seus derivados.

..... (NR)”

Art. 57. Os incisos VII e XIX do art. 6º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

.....
VII – transporte: movimentação de petróleo e seus derivados em meio ou percurso considerado de interesse geral:

.....
XIX – indústria do petróleo: conjunto de atividades econômicas relacionadas com a exploração, desenvolvimento, produção, refino, transporte, importação e exportação de petróleo e outros hidrocarbonetos líquidos e seus derivados.

..... (NR)”

Art. 58. O inciso I do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

I – implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de petróleo e de biocombustíveis, contida na política energética nacional, nos termos do Capítulo I desta lei, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo e de biocombustíveis, em

todo o território nacional, e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;

Art. 59. O **caput** do art. 53 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art 53. Qualquer empresa ou consórcio de empresas que atenda ao disposto no art. 5º poderá submeter à ANP proposta, acompanhada do respectivo projeto, para a construção e operação de refinarias e de unidades de processamento e de armazenagem de gás natural, bem como para a ampliação de sua capacidade.

..... (NR)”

Art. 6º O título do Capítulo VII da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO VII

Do Transporte de Petróleo e de seus Derivados

Art. 61. O **caput** do art. 56 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art 56. Observadas as disposições das leis pertinentes, qualquer empresa ou consórcio de empresas que atender ao disposto no art. 5º poderá receber autorização da ANP para construir instalações e efetuar qualquer modalidade de transporte de petróleo e de seus derivados, seja para suprimento interno ou para importação e exportação.

.....NR)”

Art. 62. O título do Capítulo VIII da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO VIII

Da Importação e Exportação de Petróleo e de seus Derivados

Art. 63. O **caput** do art. 6º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 60. Qualquer empresa ou consórcio de empresas que atender ao disposto no art. 5º poderá receber autorização da ANP para exercer a atividade de importação e exportação de petróleo e de seus derivados

..... (NR)”

Art. 64. O título do Capítulo VI da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO VI
Do Refino de Petróleo (NR)

Art. 65. O **caput** do art. 53 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 53. Qualquer empresa ou consórcio de empresas que atenda ao disposto no art. 5º poderá submeter à ANP proposta acompanhada do respectivo projeto, para a construção e operação de refinarias, bem como para a ampliação de sua capacidade. (NR)”

Art. 66. Esta lei entra em vigor sessenta dias após a sua publicação.

Art. 67. Ficam revogados o inciso VI do art. 1º e os incisos VI, XXII e XXIII do art. 6º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

Justificação

Este projeto de lei, que trago à apreciação de meus pares, é de fundamental importância para o desenvolvimento da economia nacional e objetiva estabelecer um regime legal mais adequado para a indústria do gás natural, cujas atividades não foram tratadas, com o devido detalhamento, na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a chamada Lei do Petróleo. Ele se reveste dos requisitos de relevância e urgência, características próprias das Proposições que requerem celeridade na sua tramitação nesta Casa.

A sua relevância baseia-se em causas estruturais e regulatórias. A Lei nº 9.478, de 1997, veio regulamentar a Emenda Constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995, que flexibilizou o monopólio estatal e permitiu o exercício das atividades a ele submetidas por empresas privadas. A citada norma infra-constitucional procurou dar tratamento abrangente às atividades das indústrias do petróleo e do gás natural, sem, contudo, levar em conta as especificidades técnicas e econômicas desta última.

A Lei do Petróleo tornou-se, assim, ao longo do tempo, instrumento legal insuficiente para desenvolver a indústria do gás natural e inadequado para o exercício de algumas de suas atividades, sobretudo aquelas sujeitas aos chamados monopólios naturais, como o transporte por gasodutos, cujos regimes estão a necessitar de urgente revisão que elimine conflitos imprevistos e que permita uma maior concorrência na comercialização do produto.

A ausência de um marco legal adequado para o gás natural tem inibido investimentos na indústria e agravado a concentração do mercado na empresa estatal, na contra-mão da flexibilização do monopólio pretendida pela Constituição. Apesar da abertura do setor, a Petrobrás continua responsável pela produção de noventa e cinco por cento do gás natural nacional e pela comercialização de quase noventa por cento do gás importado. No segmento de transporte por gasodutos, a estatal é proprietária da totalidade da rede operada pela Transpetro, sua subsidiária integral, detendo, ainda, o controle da TBG (operadora do gasoduto Bolívia-Brasil) e participação relevante na TSB (operadora do gasoduto Uruguiana-Porto Alegre). A Petrobrás participa, ainda, em vinte das vinte e cinco concessionárias estaduais de distribuição de gás canalizado, além de possuir interesses na geração termelétrica e na petroquímica.

Tal concentração, pelo ônus que impõe ao Estado em um cenário de crescente escassez de recursos públicos, poderá impedir que o País venha a usufruir, plenamente, os benefícios ambientais e econômicos decorrentes do uso do gás natural, que hoje ainda representa insignificantes oito por cento da matriz energética nacional, contra a média mundial de 24%.

Por se tratar de indústria onde algumas atividades não são naturalmente competitivas, a intervenção do Estado é necessária para assegurar uma concorrência saudável entre os agentes e uma adequada proteção aos direitos dos consumidores, em face dos princípios consagrados no art. 170, incisos IV e V, da Constituição Federal. Assim, sem prejuízo no disposto na Lei do Petróleo, o novo modelo legal para a indústria do gás natural deverá ainda:

a) Promover o investimento, criando um ambiente atrativo para a expansão das atividades de exploração, produção, transporte e armazenagem.

b) Aperfeiçoar a regulação de determinadas atividades, estabelecendo regimes transparentes que previnam o exercício do poder de monopólio, que impeçam práticas anticompetitivas e que garantam a utilização da infraestrutura existente, mediante tarifas justas e adequadas.

c) Promover a concorrência nos setores de distribuição e comercialização, ampliando a oferta de gás natural aos diversos segmentos consumidores, sobretudo indústrias e unidades geradoras de energia elétrica.

Portanto, na busca desse aperfeiçoamento normativo, o presente projeto de lei mantém os regimes estabelecidos na Lei do Petróleo, para o exercício de determinadas atividades e institui, para outras, regimes mais adequados às peculiaridades da indústria do gás. O regime de concessão é mantido para as atividades de exploração e produção, permanecendo as atividades de processamento, importação e exportação submetidas ao regime de autorização. Propõe-se também o regime de autorização para atividades não contempladas na Lei do Petróleo, como a compressão, a liquefação, a regaseificação e a comercialização de gás natural, ressalvada a competência do Poder Concedente Estadual nesta última. A atividade de transporte, por não ser naturalmente competitiva, e a de armazenagem em formações geológicas naturais serão exercidas mediante concessão da União, ampliando-se as atribuições da Agência Nacional do Petróleo (ANP), que passa a atuar como órgão licitante e tarifário para tais atividades. O projeto introduz, ainda, definições técnicas próprias para a indústria.

No que diz respeito à distribuição de gás canalizado, o projeto vem complementar a legislação estadual nas interações entre agentes que necessitam de autorização simultânea dos poderes concedentes estadual e federal, respeitando rigorosamente a competência estadual estatuída no art. 25 da Constituição Federal.

Finalmente, o projeto de lei prevê ajustes na Lei do Petróleo, de modo a transferir para o projeto de lei todas as definições e prescrições próprias das indústrias do gás natural.

Não bastassem essas justificativas estruturais do PLS, altamente relevantes para o desenvolvimento da indústria do gás natural no Brasil, não podemos olvidar que, conjunturalmente, o País passa por uma grave ameaça de desabastecimento energético. Duas são as causas conjunturais para essa ameaça: a falta de infra-estrutura de gasodutos, principalmente para o Nordeste, e a crise da Bolívia. Ambas impõem a urgente necessidade de se apreciar o projeto de lei que ora apresento.

A Região Nordeste já é, hoje, dependente do gás natural porque esgotou toda a capacidade de geração de energia hidroelétrica do seu único rio, o São Francisco. Dependente porque não tem mais como importar, no curto-médio prazo, energia por linhas de transmissão, quer do Norte, quer do Sudeste, a menos que outros empreendimentos hidroelétricos de porte venham a ser construídos. No prazo referido, é impossível que isso aconteça: desde 2003 não foi dada concessão nova alguma pela Aneel para construção de

novas hidroelétricas. A curto-médio prazo, a solução é o gás natural, e sem ele afirmo que faltará energia no Nordeste, mesmo que as demais Regiões estejam em situação normal.

A esse prognóstico preocupante para o Nordeste, soma-se a crise institucional boliviana, que tem potencial para afetar todo o País, mas sobretudo a região Nordeste. Convém lembrar que os atuais acontecimentos são frutos da exigência de setores radicais para que se aumentasse a tributação sobre aqueles produtos de 18% para 50%, o que afinal foi aprovado pelo congresso boliviano. O agravamento vem, agora, pelas exigências de desapropriação das multinacionais, entre elas a Petrobrás, a britânica BP, e a Repsol.

Há uma ameaça real de aumento do preço do gás no Brasil, e mesmo de desabastecimento, por força da potencial paralisação da produção advogada por movimentos sociais que contestam o marco regulatório estabelecido naquele País. Urge, portanto, criar condições para que a indústria de gás natural se desenvolva no Brasil, inclusive com a participação de investidores que venham a deixar a Bolívia. Creio ser da maior relevância que o marco regulatório do gás seja separado do de petróleo, tratando específica e unicamente das suas questões. O objetivo é criar condições para esses novos investimentos que serão necessários.

Somente agora se cogita uma mudança na política nacional para o gás natural, com vistas a acelerar o desenvolvimento do campo de Mexilhão, na Bacia de Santos. A Ministra de Estado de Minas e Energia está empenhada em antecipar para 2008 a entrada em operação do campo de Mexilhão, inicialmente previsto para 2010. Mas o atendimento dessa meta só será alcançado com esforço de guerra. O Projeto de Lei que ora apresento, se aprovado, terá o condão de apoiar esse esforço pela auto-suficiência no abastecimento de gás natural em todas as regiões do País, em futuro próximo, porque dará aos potenciais investidores a segurança regulatória de que necessitam para investirem no longo prazo.

Por todas essas razões é que peço o apoio de Vossas Excelências para a aprovação da presente proposição legislativa, a qual contribuirá enormemente para o desenvolvimento econômico de nosso País e para a preservação ambiental decorrente de uma maior participação do gás natural na matriz energética nacional.

Sala de Sessões, 16 de Junho de 2005. – Senador **Rodolpho Tourinho**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....
 “Art. 25 Os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º.....

§ 2º Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.”

“Art. 170, A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a toda existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I –

IV – livre concorrência,

V – defesa do consumidor;”

.....
 EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 9
 DE 9 DE NOVEMBRO DE 1995

Dá nova redação ao art. 177 da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos.

.....
 LEI Nº 8.176. DE 8 DE FEVEREIRO DE 1991

.....
 Art. 4º Fica instituído o Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis.”

.....
 LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995

Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

.....
 LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

“Art. 2º.....

.....
 IV – estabelecer diretrizes para programas específicos, como os de uso do gás natural, do carvão, da

energia termonuclear, dos biocombustíveis, da energia solar, da energia eólica e da energia proveniente de outras fontes alternativas;

V – estabelecer diretrizes para a importação e exportação, de maneira a atender às necessidades de consumo interno de petróleo e seus derivados, gás natural e condensado, e assegurar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, de que trata o art. 4º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991.”

.....
 “Art. 4º Constituem monopólio da União, nos termos do art. 177 da Constituição Federal, as seguintes atividades:

I – a pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos;

II –

III – a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades previstas nos incisos anteriores;

IV – o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem como o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e de gás natural.”

.....
 “Art. 6º Para os fins desta lei e de sua regulamentação, ficam estabelecidas as seguintes definições:

I – Petróleo: todo e qualquer hidrocarboneto líquido em seu estado natural, a exemplo do óleo cru e condensado;

II – Gás Natural ou Gás: todo hidrocarboneto que permaneça em estado gasoso nas condições atmosféricas normais, extraído diretamente a partir de reservatórios petrolíferos ou gaseíferos, incluindo gases úmidos, secos, residuais e gases raros;

III – Derivados de Petróleo: produtos decorrentes da transformação do petróleo;

IV – Derivados Básicos: principais derivados de petróleo, referidos no art. 177 da Constituição Federal, a serem classificados pela Agência Nacional do Petróleo;

V – Refino ou Refinação: conjunto de processos destinados a transformar o petróleo em derivados de petróleo;

VI – Tratamento ou Processamento de Gás Natural: conjunto de operações destinadas a permitir o seu transporte, distribuição e utilização;

VII – Transporte: movimentação de petróleo e seus derivados ou gás natural em meio ou percurso considerado de interesse geral;

VIII – Transferência: movimentação de petróleo, derivados ou gás natural em meio ou percurso considerado de interesse específico e exclusivo do proprietário ou explorador das facilidades;

IX – Bacia Sedimentar: depressão da crosta terrestre onde se acumulam rochas sedimentares que podem ser portadoras de petróleo ou gás, associados ou não;

X – Reservatório ou Depósito: configuração geológica dotada de propriedades específicas, armazenadora de petróleo ou gás, associados ou não;

XI – Jazida: reservatório ou depósito já identificado e possível de ser posto em produção;

XII – Prospecto: feição geológica mapeada como resultado de estudos geofísicos e de interpretação geológica, que justificam a perfuração de poços exploratórios para a localização de petróleo ou gás natural;

XIII – Bloco: parte de uma bacia sedimentar, formada por um prisma vertical de profundidade indeterminada, com superfície poligonal definida pelas coordenadas geográficas de seus vértices, onde são desenvolvidas atividades de exploração ou produção de petróleo e gás natural;

XIV – Campo de Petróleo ou de Gás Natural: área produtora de petróleo ou gás natural, a partir de um reservatório contínuo ou de mais de um reservatório, a profundidades variáveis, abrangendo instalações e equipamentos destinados à produção;

XV – Pesquisa ou Exploração: conjunto de operações ou atividades destinadas a avaliar áreas, objetivando a descoberta e a identificação de jazidas de petróleo ou gás natural;

XVI – Lavra ou Produção: conjunto de operações coordenadas de extração de petróleo ou gás natural de uma jazida e de preparo para sua movimentação;

XVII – Desenvolvimento: conjunto de operações e investimentos destinados a viabilizar as atividades de produção de um campo de petróleo ou gás;

XVIII – Descoberta Comercial: descoberta de petróleo ou gás natural em condições que, a preços de mercado, tomem possível o retorno dos investimentos no desenvolvimento e na produção;

XIX – Indústria do Petróleo: conjunto de atividades econômicas relacionadas com a exploração, desenvolvimento, produção, refino, processamento, transporte, importação e exportação de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos e seus derivados;

XX – Distribuição: atividade de comercialização por atacado com a rede varejista ou com grandes consumidores de combustíveis, lubrificantes, asfaltos e gás liquefeito envasado, exercida por empresas especializadas, na forma das leis e regulamentos aplicáveis;

XXI – Revenda: atividade de venda a varejo de combustíveis, lubrificantes e gás liquefeito envasado, exercida por postos de serviços ou revendedores, na forma das leis e regulamentos aplicáveis;

XXII – Distribuição de Gás Canalizado: serviços locais de comercialização de gás canalizado, junto aos usuários finais, explorados com exclusividade pelos Estados, diretamente ou mediante concessão, nos termos do § 2º do art. 25 da Constituição Federal,

XXIII – Estocagem de Gás Natural: armazenamento de gás natural em reservatórios próprios, formações naturais ou artificiais

XXIV – Biocombustível: combustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna ou, conforme regulamento, para outro tipo de geração de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil;

XXV – Biodiesel: biocombustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna com ignição por compressão ou, conforme regulamento, para geração de outro tipo de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil.

.....
“Art. 8º.....

I – implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, contida na política energética nacional, nos termos do Capítulo I desta lei, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados, e de biocombustíveis, em todo o território nacional, e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;

.....
“Art. 19 As iniciativas de projetos de lei ou de alteração de normas administrativas que impliquem afetação de direito dos agentes econômicos ou de consumidores e usuários de bens e serviços da indústria do petróleo serão precedidas de audiência pública convocada e dirigida pela ANP.”

.....
“Art. 53 Qualquer empresa ou consórcio de empresas que atenda ao disposto no art. 50 poderá submeter à ANP proposta, acompanhada do respectivo projeto, para a construção e operação de refinarias e

de unidades de processamento e de estocagem de gás natural, bem como para a ampliação de sua capacidade.”

CAPÍTULO VI

Do Refino de Petróleo e do Processamento de Gás Natural

“Art. 53 Qualquer empresa ou consórcio de empresas que atenda ao disposto no art. 5 poderá submeter à ANP proposta, acompanhada do respectivo projeto, para a construção e operação de refinarias e de unidades de processamento e de estocagem de gás natural, bem como para a ampliação de sua capacidade.”

“CAPÍTULO VII

Do Transporte de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural”

Art. 56 Observadas as disposições das leis pertinentes, qualquer empresa ou consórcio de empresas que atender ao disposto no art. 5 poderá receber autorização da ANP para construir instalações e efetuar qualquer modalidade de transporte de petróleo, seus derivados e gás natural, seja para suprimento interno ou para importação e exportação.”

“CAPÍTULO VIII

Da Importação e Exportação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural”

“Art. 60 Qualquer empresa ou consórcio de empresas que atender ao disposto no art. 50 poderá receber autorização da ANP para exercer a atividade de importação e exportação de petróleo e seus derivados, de gás natural e condensado.”

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 161, DE 2005

(Nº 356/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto no art. 42, § 1º do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e os arts. 39 e 59 do Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto a apreciação de Vossas Excelências a escolha que desejo fazer do Senhor Luciano Ozorio Rosa, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Grande Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República de Malta, desde que obtido o **agrément** do governo desse País.

Os méritos do Senhor Luciano Ozorio Rosa que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 178DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 2 de junho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, o art. 42, § 1º do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986 e os arts. 39 e 59 do Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de mensagem ao Senado Federal relativa à indicação do Senhor Luciano Ozorio Rosa, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Grande Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia.

2. Caso mereça a aprovação do Senado Federal, o Senhor Luciano Ozorio Rosa poderá ser nomeado, também, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, cumulativamente, na República de Malta, desde que obtido o **agrément** do governo desse País.

3. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e **curriculum vitae** do Senhor Luciano Ozorio Rosa que, juntamente com a mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

**INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE**

**MINISTRO DE PRIMEIRA
CLASSE LUCIANO OZORIO ROSA**

CPF.: 9056831100

ID.: 45 MRE/DF

1939 – Filho de Pedro Rosa e Maria Luiza Ozório Rosa nasce em 18 de dezembro no Rio de Janeiro/RJ.

1962 – Patente de Segundo Tenente da Reserva da Marinha (Corpo de Fuzileiros Navais).

1963 – CPCD-IRBr.

1963 – Terceiro Secretário em 7 de novembro.

1963 – Divisão de Organização (DORG), Assistente do Chefe.

1963 – Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara/RJ (atual UERJ), em 20 de dezembro.

1967 – Segundo-Secretário, por merecimento, em 1º de janeiro.

1967 – Embaixada em Roma, Segundo-Secretário.

1970 – Embaixada no Cairo, Segundo-Secretário.

1970 – Ordem do Mérito, Itália, Cavaleiro.

1972 – Ordem do Mérito, Egito, Oficial.

1972 – Divisão do Pessoal, Assistente e Subchefe.

1973 – Primeiro-Secretário, por merecimento, em 1º de janeiro.

1975 – Embaixada em Trípoli, Primeiro-Secretário.

1977 – Embaixada em Bruxelas, Primeiro-Secretário.

1979 – CAE-IRBr: O Mundo Árabe – Unidade, Conflito, Projeção.

1979 – Conselheiro, por merecimento, em 30 de junho.

1979 – Divisão do Oriente Próximo (DOP), Chefe

1983 – Divisão do Oriente Próximo -I (DOP-I), Chefe

1983 – Departamento do Oriente Próximo (DEOP), Chefe substituto.

1983 – Medalha Mérito Tamandaré, Brasil.

1984 – Ordem do Mérito Naval, Oficial, Brasil.

1984 – Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 27 de dezembro.

1985 – Embaixada na Haia, Ministro-Conselheiro.

1988 Ordem de Orange-Nassau, Comendador, Países Baixos

1988 Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata, Representante Alterno do Brasil

1988 Embaixada em Buenos Aires, Ministro-Conselheiro

1990 Ordem do Libertador San Martin, Grande Oficial, Argentina

1990 Seminário Regional das Nações Unidas sobre a Questão Palestina, Buenos Aires, Conferencista

1992 Embaixada em Maputo, Embaixador

1993 Embaixada na Suazilândia (Imbabane) Embaixador cumulativo

1994 Embaixada em Lesoto, (Maseru), Embaixador cumulativo

1994 Embaixada na Tanzânia (Dar-el-Salaam), Embaixador Cumulativo

1994 Ordem do Rio-Branco, Brasil, Grã-Cruz

1994 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Comendador

1995 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 21 de dezembro

1996 Embaixada em Seicheles, (Vitória), Embaixador cumulativo

1997 Embaixada em Budapeste, Embaixador

2000 “O Brasil e o Oriente Médio (1930-90)” in Sesenta anos de política externa brasileira – o desafio estratégico, NUPRI-SP, São Paulo

2002 Comenda da Ordem do Mérito da Hungria

2003 ERERIO, Secretaria Administrativa, Assessor

2003 Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, ESG, Rio de Janeiro/RJ. Monografia: Consequências da campanha anglo-norte-americana no Iraque para a ordem mundial.

– **Claudia D’Angelo**, Diretora do Departamento do Serviço Exterior.

LÍBIA. SUBSÍDIOS. MENSAGEM

Introdução

A Líbia situa-se no Norte da África, à margem do Mediterrâneo, e faz fronteira com a Tunísia, Argélia, Nigéria, Chade, Sudão e Egito. Sua superfície territorial é de 1.759.540km², povoados por cerca de 5,6 milhões de habitantes, dos quais quase 90% residem em áreas urbanas. A maior parte da população compõe-se de árabes (97%).

O país conta com importantes recursos petrolíferos, que respondem por cerca de 30% do PIB e 95% das receitas de exportação.

Política Interna e Externa

Abolida a monarquia em 1969, criou-se a “República Árabe da Líbia”, governada por um “Conselho de Comando Revolucionário” liderado por Muammar Khaddafi. Inspirado no modelo nasserista, o novo regime deu início à completa reorganização do sistema político e econômico, com a nacionalização de todas as empresas e propriedades estrangeiras e a criação, em 1971, do partido único “União Socialista Árabe”. Em 1977, criou-se o Congresso Geral do Povo, com funções de parlamento, e adotou-se a denominação de “Grande Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia” para o país (“Jamahiriya” significa Estado das massas).

Nominalmente o país é governado pelo Comitê Geral do Povo, chefiado por um Secretário (equivalente a Primeiro-Ministro) e integrado por secretarias (equivalentes a ministérios). O poder legislativo incumbe ao Congresso Geral do Povo, que se compõe de representantes escolhidos pelos 1.500 "mahallats". organismos de governo local, equivalentes a prefeituras, com orçamento e poderes executivo e legislativo próprios. Na prática, tanto o Comitê quanto o Congresso têm pouca autonomia, tendendo a endossar, em geral, as decisões do Coronel Khaddafi.

No final dos anos 80, o Governo líbio foi acusado de envolvimento nos atentados contra aviões da Pan Am (Lockerbie, Escócia) e da UTA, o que motivou a imposição de regime de sanções pela ONU, em março de 1992. Em abril de 1999, o Governo líbio finalmente entregou os dois suspeitos do atentado de Lockerbie para julgamento na Haia. Com isso, no dia 8 de abril, o Conselho de Segurança adotou declaração presidencial a respeito da consequente suspensão das sanções contra a Líbia. Em carta entregue em 15 de agosto) de 2003 ao Presidente do CSNU, a Líbia assumiu, oficialmente, a responsabilidade pelo atentado de Lockerbie. Na ocasião, Trípoli concordou em indenizar as famílias das vítimas. Em 12 de setembro de 2003, o Conselho adotou a Resolução nº 1.506, que declara extintas as sanções impostas pelas Resoluções nºs 748/1992 e 883/1993.

O Governo líbio tem adotado iniciativas voltadas para a normalização de suas relações com a comunidade internacional. Khaddafi condenou os atentados contra as torres de Nova York, em setembro de 2001, e qualificou de diabólico o uso da bactéria Antraz contra a população norte-americana. Em 2002, a Líbia ratificou a Convenção da OUA para a Prevenção e a Luta contra o Terrorismo, dando mais um passo na projeção de nova imagem externa do país.

Com o firme intuito de superar o perfil radical que o caracterizou anteriormente, o Governo líbio vem-se empenhando em ampliar suas relações econômico comerciais, como no caso dos países europeus, e em exercer maior protagonismo nos foros intergovernamentais.

Economia

Após um período de estagnação durante os anos 90, as perspectivas de desenvolvimento para a Líbia estão sendo significativamente alteradas. A suspensão das sanções da ONU, em 1999, permitiram a retomada do crescimento econômico e da captação de investimentos estrangeiros. A abolição definitiva das sanções, em setembro de 2003, vem estimulando a atividade econômica e as oportunidades de negócios ainda mais.

A economia baseia-se no setor petrolífero, responsável por 30% do PIB e 95% das receitas de exportação.

Em 2004, essas exportações renderam 18,1 bilhões de dólares e, segundo se estima, poderão gerar acima de US\$ 19 bilhões em 2005. Agricultura e indústria respondem, em conjunto, por cerca de 15% do PIE, com o setor de serviços representando os restantes 45%.

A economia do país tem crescido à média anual de 1,47%. Há estimativas de que o crescimento tenha sido de 7,7% em 2004 e seja de 6,8% em 2005.

O comércio externo da Líbia teria registrado, em 2004, um total de US\$24,5 bilhões, com exportações de US\$15,1 bilhões e importações de US\$9,4 bilhões. O principal parceiro comercial do país é a União Europeia, que tem fornecido em torno de 60% das importações e absorvido até 80% das exportações da Líbia. Dentro da UE, a Itália, Alemanha e Reino Unido destacam-se como parceiros de Trípoli. A pauta de exportações do país africano consiste quase exclusivamente de petróleo e seus derivados, além de gás natural, ao passo que suas compras abrangem ampla gama de manufaturados, bem como alimentos.

O país vem buscando, especialmente a partir de 2003, introduzir reformas em sua economia, entre outros objetivos com o de reduzir o papel desempenhado pelo Estado. A integração gradativa da Líbia à economia internacional deverá exigir maior demanda de mão-de-obra, bem como de cooperação e investimento em formação profissional.

Relações com o Brasil

O relacionamento bilateral chegou a alcançar certa densidade na década de 70, com troca de visitas bilaterais, reuniões da Comissão Mista e participação de empresas brasileiras em projetos naquele país. Com o gradual isolamento internacional da Líbia, decorrente das tensões com os EUA, Reino Unido e França, e das sanções impostas pela ONU, as relações bilaterais passaram a desenvolver-se em nível bastante discreto.

Por Decreto Presidencial, publicado no **Diário Oficial** de 16 de abril de 1992, o Governo brasileiro colocou em vigor, no território nacional, as sanções de caráter compulsório impostas à Líbia pela Resolução nº 748 do CSNU. Foi determinada a retirada de Conselheiro e do Adido Financeiro da Embaixada da Líbia no Brasil, reduzindo-se a três o número de cidadãos líbios com **status** diplomático na referida missão diplomática. Pelo Decreto Presidencial nº 3.044, de 5 de maio de 1999, suspendeu-se o citado regime de sanções. A partir de 1º de agosto de 2000, a Embaixada do Brasil em Trípoli voltou a ter representante de nível de embaixador.

Foi publicado, em 29 de outubro de 2003, o Decreto Presidencial nº 4.865, que revogou, em território nacional, o regime de sanções imposto à Líbia.

A visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Líbia, em dezembro de 2003, reveste-se de particular significado, ao haver contribuído para elevar o nível do diálogo bilateral e consolidar a gradual tendência à reaproximação entre o Brasil e a Líbia.

Em que pese a importância da reinserção política do país africano no cenário internacional, é a dimensão econômica da visita presidencial que tende a apresentar maiores possibilidades concretas de incremento das relações entre os dois países. Ademais do interesse mútuo existente nesse sentido, a Líbia possui o segundo maior PIB **per capita** do continente africano, além de baixíssimo endividamento externo. Apesar de o intercâmbio comercial entre Brasil e Líbia ainda se encontrar em níveis inferiores ao potencial de ambas as economias, tanto em termos de volume de trocas quanto de diversidade dos produtos exportados e importados, já se verificou significativo aumento de 2003 para 2004 (de 78 para 173 milhões de dólares). Desse modo, a presença de empresários brasileiros na visita do Presidente Lula da Silva à Líbia constituiu importante fator de estímulo à retomada do comércio e do investimento bilateral.

A Embaixada brasileira em Trípoli comunicou, no início de 2005, que se têm intensificado as visitas de cidadãos líbios ao Brasil e que é crescente o número

vigentes entre os dois países :

EXPORTAÇÕES P/ A LÍBIA (X) - US\$ Mil - fob	2001	2002	2003	2004
Minérios de ferro aglomerados e não-aglomerados (minérios, escórias e cinzas)	31.835	25.894	37.501	69.885
Carnes desossadas de bovino (carnes e miudezas)				17.727
Açúcares de cana, beterraba etc.			5.040	12.005
Automóveis			6.700	
Papéis (papel e cartão, obras de pasta de celulose)			487	
Produtos químicos orgânicos	0	1.220		
Fumo e tabaco	1.467	1.068		
SUBTOTAL	33.302	28.182	49.728	99.617
DEMAIS PRODUTOS	1.965	1.495	2.823	16.756
TOTAL EXPORTADO (X)	35.267	29.677	52.551	116.373

IMPORTAÇÕES DA LÍBIA (M) - US\$ Mil - cif	2001	2002	2003	2004
Metanol (produtos químicos orgânicos)	0	1.792	13.264	3.149
Naftas para petroquímica (combustíveis, óleos e ceras minerais)	0	0	12.799	53.543
Adubos ou fertilizantes	3.710	0		
Produtos químicos inorgânicos	4.485	0		
SUBTOTAL	8.195	1.792	26.063	56.692
DEMAIS PRODUTOS	0	0	1	1
TOTAL IMPORTADO (M)	8.195	1.792	26.064	56.693
INTERCÂMBIO COMERCIAL (X+M)	43.462	31.469	78.615	173.066
BALANÇA COMERCIAL (X-M)	27.072	27.885	26.487	59.680

Quadro Jurídico Bilateral

Acordo	Assinado	Entrada em vigor	Status
Acordo de cooperação técnico-científica e tecnológica	Brasília	8/4/86	Em vigor
Acordo básico de cooperação	Brasília	4/10/81	Em vigor

DAF-III, maio de 2005.

de pedidos de vistos de negócios e de turismo. Nos mercados do país africano, já se encontram diversos produtos brasileiros, como café, sucos de frutas, carne bovina, porcelana, automóveis, artigos médico-hospitalares e equipamentos odontológicos.

Também no início de 2005, a Petrobras venceu licitação para a prospecção e posterior exploração de um campo **offshore** no Noroeste da costa líbia, empreendimento esse que, além de sua importância específica e imediata, abre margem à participação da empresa brasileira em futuros projetos.

Outras iniciativas (no campo da cooperação técnica, v.g.) poderão ser contempladas no futuro próximo, no contexto da reaproximação em curso. Durante a visita do Presidente Lula, houve reunião entre as delegações brasileira e líbia (chefiadas respectivamente pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e pelo Secretário Assistente para a Produção do Comitê Geral Popular), na qual se identificaram, entre outras, possibilidades de cooperação nos setores de agricultura, saúde animal, turismo, cultura, energia, habitação e serviços de infra-estrutura.

Seguem, abaixo, informações sobre o comércio bilateral e os acordos

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INFORMAÇÃO

SOBRE MALTA

2005

Sumário

Avaliação das relações bilateraisp.3

Comércio Bilateral.....p.3

Política Interna e Externap.4

Economia.....p.4

Dados Básicos.....p.5

Avaliação das Relações Bilaterais

Brasil e Malta mantêm relações diplomáticas desde o ano de 1975. A Embaixada do Brasil junto ao Governo de Malta é cumulativa com a Embaixada em Trípoli, na Líbia. A Embaixada de Malta em Washington responde pelos assuntos malteses junto ao Governo Brasileiro.

O Cônsul Honorário do Brasil em Valletta, capital de Malta, é o Senhor Louis Scerri Montaldo, desde 1993, tendo sido reconfirmado em seu cargo em 2002, por um período de mais quatro anos. Malta mantém consulados honorários no Brasil, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Não há registro de visitas de caráter bilateral.

Comércio Bilateral

US\$ FOB

	2003	2004	2005*
Exportações	17.910.562	48.451.196	16.382.764
Importações	25.832.876	15.684.908	5.867.571

*jan/abril

Fonte: Secex/MDIC

Os principais produtos da pauta de exportação brasileira para Malta são "fuel oil" (76%) e carnes bovinas e derivados(14%). Os principais produtos importados de Malta são componentes elétricos e eletrônicos, como microcontroladores (35%), circuitos integrados (13%) e interruptores (12%).

Política Interna e Externa

Situado no centro do Mediterrâneo, a 97 km ao sul da Sicília e a 290 Km da costa norte da África, o país é composto de ilhas, principalmente Malta, Gozo e Comino. Malta é um dos países mais densamente povoados do mundo, com cerca de 400 mil habitantes concentrados em uma área de pouco mais de 300 Km². Sua população é predominantemente católica romana (98%).

Em decorrência da saída da Ordem de São João em 1798, forças napoleônicas ocuparam Malta até 1800, quando foram expulsas pela Grã-Bretanha. Em 1814, Malta tornou-se formalmente um protetorado britânico. A ilha ganhou independência em 1964 e tornou-se uma república em 1974.

Em 2004, Malta aderiu à União Européia.

Seu sistema político é República Parlamentarista. O Presidente de Malta é eleito pelo parlamento por um período de 5 anos. O Parlamento é unicameral e tem 65 membros eleitos diretamente pelo sistema de representação proporcional. A última eleição foi em 2003, com maioria do Partido Nacionalista (PN), com 51,7%, seguido do Partido Trabalhista de Malta (MLP), com 47,6%.

O Primeiro-Ministro Lawrence Gonzi assumiu o cargo em 23 de março de 2004. O Presidente Edward Fenech-Adami é chefe de Estado desde 4 de abril de 2004.

Economia

A agricultura contribui com 3% e os produtos manufaturados compõem 23% do PIB. O setor de serviços, com 74%, tornou-se o motor da economia maltesa, destacando-se o turismo e os serviços financeiros.

A União Européia é o principal parceiro comercial de Malta. A participação da UE nas importações da ilha atinge 69% , enquanto as exportações para a UE são da ordem de 48%. Os principais parceiros europeus são França, Alemanha, Itália e Reino Unido. Por sua vez, no continente americano, que respondeu por 16% das exportações e 6 % das importações maltesas, os Estados Unidos destacam-se. Cingapura e Japão, por sua vez, são os principais parceiros asiáticos.

Dados Básicos

Nome oficial: República de Malta

Língua: Maltês e Inglês

População: 398.534 hab (est 2005)

Área: 316 km², divididos pelas ilhas de Malta(246 km²), Gozo(67km²) e Comino(3km²)

Capital: Valletta

Cidades principais: Birkirkara(22.100 hab), Qormi (20.200 hab), Silema (12.500) e Valletta (9.100).

Moeda: Lira maltesa

PIB: US\$ 7.223 bilhões (est 2004)

PIB per capita: US\$ 18.200 (est 2004)

Chefe de Estado: Presidente Edward Fenech-Adami

Chefe de Governo: Primeiro-Ministro Lawrence Gonzi

Ministro dos Negócios Estrangeiros: Michael Frendo

Aviso nº 576 – C. Civil.

Em 14 de junho de 2005

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Luciano Ozorio Rosa, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Grande Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil, junto à República de Malta, desde que obtido o **agrément** do governo desse País.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Maguito Vilela, à Senadora Ideli Salvatti e ao Senador Aelton Freitas.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero requerer a minha inscrição para uma comunicação de caráter inadiável, neste primeiro momento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, com base no §1º, do art. 66, peço a minha inscrição em seguida ao Senador Maguito Vilela.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, da mesma forma peço a minha inscrição, podendo ser na prorrogação do dia. Não há necessidade de ser agora.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^{as} estão inscritos, nos termos do art. 158, §2º, do Regimento Interno.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide, pela ordem.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço também a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a é a terceira inscrita.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição, se ainda houver possibilidade, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a fica na primeira suplência dos inscritos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Espero ser honrado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela por cinco minutos.

Em seguida, fará uso da palavra a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer à ilustre Senadora Serys por ter aberto mão da sua inscrição, pois ela era a primeira inscrita e tinha o direito de falar. Agradeço muito sua gentileza.

Tenho sido questionado, nas últimas horas, pela imprensa do meu Estado e do Brasil, com relação a CPMI que foi instalada ontem, para apurar irregularidades nos Correios. Dizem que a CPMI é integrada por homens da base do Governo e, ironicamente, dão-lhe o cognome de “chapa branca”.

Preciso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dar uma satisfação aos opositores, que não suportam ficar na Oposição; aos opositores, que já exerceram o Governo por oito anos e não se acostumam, agora, com a condição de Oposição.

Quando o povo elege um governante, automaticamente, escolhe também a Oposição, cuja função não é menos brilhante do que a de quem tem a missão de governar: a Oposição deve fiscalizar, fazer críticas construtivas e, de repente, na democracia, ela tem um papel extraordinário. No entanto, na democracia, quando não há acordo a maioria deve ser respeitada. E foi o caso dessa CPMI.

O PT e a Base do Governo propuseram composição. O próprio Delcídio Amaral, Presidente da Comissão, chegou a afastar a sua candidatura para que pudesse acontecer o consenso. Quando não existe consenso, inclusive dentro dos nossos Partidos Políticos, democraticamente deve-se votar – isso é da essência da democracia – e quem tem maioria, naturalmente,

eleger; quem tem minoria deve entender e ficar na sua posição. Foi o que aconteceu.

Eles não quiseram o acordo proposto, segundo o qual a Presidência e a Relatoria seriam exercidas por um membro do PFL, do Bloco PFL/PSDB, e um membro da Base do Governo. Se um bloco escolhesse a Presidência, o outro ficaria com a Relatoria. Mas nada serve para a Oposição. Nesta Casa, a Oposição quer comandar Governo e CPMI.

Ora, a Oposição, para comandar, deve disputar novamente as eleições, ganhá-las, fazer maioria no Senado e na Câmara, e eleger um Presidente. Aí, sim, vão governar, vão realmente comandar.

Não podemos aceitar essas críticas irônicas que estão sendo feitas. Afinal, Delcídio Amaral tem uma história, uma biografia, é um Senador respeitado e a Oposição deveria também respeitá-lo. O Deputado Osmar Serraglio, outra figura importante da política do Paraná, merece também ser respeitado.

Nem se iniciaram os trabalhos e a Oposição já começa a criticar. Eu já disse, desta tribuna, que a Oposição tem sido excessivamente incompreensível para com os problemas do Brasil; tem sido, sem dúvida nenhuma, exagerada na sua forma de atuar.

Quero dizer, também, a todos esses da Oposição que estão levantando dúvidas, que fui Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Governador de Goiás, Vice-Governador de Goiás e tenho uma vida limpa, capaz de me honrar e dignificar em qualquer posto ou função pública que eu vier a exercer. Não tenho mancha nenhuma na minha vida, e, se alguém tiver, deve levantar, deve apontar, portanto, não posso aceitar essas críticas destrutivas, inoportunas, de que a CPI é “chapa branca”. Não vamos tirar problemas dos outros para transferir para a nossa história, para a nossa biografia. Nem o Presidente Delcídio, nem o Relator Osmar, nem eu e nem ninguém da Comissão vai acobertar coisa alguma para livrar a pele dos outros e trazer problemas para a nossa história política. Portanto, podem estar tranquilos os oposicionistas do Senado, da Câmara e do Brasil, porque a CPMI vai funcionar de forma transparente, correta, com muita honestidade e seriedade, e vamos dar uma satisfação à altura ao povo brasileiro.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Com muito prazer, concedo um aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Preciso de apenas 30 segundos, Senador. Ontem, adiantei-me na tribuna do Senado para dizer que é exatamente

te isso que não apenas nós, do Senado Federal, mas toda a Nação brasileira aguardamos de V. Ex^{as}. Pela maturidade e ética, sabemos que terão total isenção na condução desses trabalhos. Quero até repetir o que disse ontem: “Esta Comissão não tem cor de chapa; a cor desta Comissão é a cor do...”

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ... Brasil”. Portanto, V. Ex^a está de parabéns pelo seu posicionamento.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Todos os integrantes da Comissão são políticos experientes, maduros, honestos e vão, naturalmente, apurar com muita tranquilidade todas as denúncias que estão sendo feitas. Manifesto o meu apoio e a minha confiança em todos os integrantes desta Comissão.

Eu disse e repito: “Não vamos acobertar erros de ninguém para manchar a história dessa CPMI, para manchar a nossa história, a nossa biografia pessoal”. Assim, podem o Brasil e os brasileiros estar tranquilos e serenos no sentido de que esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito irá cumprir, com dignidade e altivez a sua missão. Temos responsabilidade e não receamos fazer as apurações necessárias.

Agradeço muito, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Mais uma vez, agradeço a Senadora Serys pela deferência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – SC) – Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, nos termos regimentais, para usar a palavra como Líder do Governo.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

A Sra. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela Liderança do Governo. Sem revisão do oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no meio de tanta turbulência política nos últimos dias, é bom não nos esquecermos do mundo real, do que está acontecendo no cotidiano das pessoas. Sempre me tenho pautado para trazer essas questões à tribuna, porque, do jeito que as coisas andam por aqui, parece que o mundo caiu e acabou.

Efetivamente, o País está andando, produzindo, realizando programas de Governo importantes, como aconteceu ao longo desta semana. Houve duas solenidades profundamente representativas e importantes, de articulação e de ação do Governo Lula com setores fundamentais do nosso País. A primeira delas foi a assinatura daquela que foi batizada de “MP do Bem”, na sequência de uma série de outras iniciativas de desoneração tributária de determinados setores pro-

dutivos do nosso País para dar sustentabilidade ao crescimento econômico.

O Governo vai abrir mão, só neste ano, de R\$1,5 bilhão, com essas medidas de desoneração tributária. Para o ano que vem, a renúncia fiscal será da ordem de R\$3,319 bilhões. Portanto, essas medidas de desoneração tributária, que vão reduzir a arrecadação, têm um objetivo muito claro: incentivar determinados setores produtivos que têm dado sustentação e gerado emprego em nosso País. Essa medida provisória vai contemplar os investimentos voltados para a exportação e a inovação tecnológica, a redução dos tributos sobre bens de capital, máquinas e equipamentos, e à mudança dos prazos para recolhimento de impostos.

Também há medidas que beneficiam o setor da construção civil, que, todos sabemos, é grande gerador de emprego e de aquecimento da economia. As pequenas e microempresas fazem parte de outro setor que, de forma larga, extensiva, capilar, em todos os cantos do País, emprega muita gente. E também há a desoneração do PIS e da Cofins da comercialização de microcomputadores com preço de até R\$2,5 mil.

Portanto, é preciso que um número cada vez maior de pessoas tenha acesso à área da informática.

Essas medidas, que estão contempladas na chamada "MP do bem", vêm na lógica das parcerias que o Governo Lula faz com os setores comprometidos com a produção, com os setores produtivos, que geram emprego, e não com os setores especulativos.

Essa foi a solenidade da quarta-feira.

Hoje, pela manhã, tive a oportunidade de participar, no Palácio do Planalto, de uma das solenidades mais emocionantes. Refiro-me à solenidade de sanção do primeiro projeto de iniciativa popular deste País. Nos anos de 1988 e 1989, percorreram-se ruas e ruas deste País, em busca da coleta de mais de 1,2 milhão de assinaturas para a criação do Fundo de Habitação Popular. Foi essa lei que aprovamos no Senado, num prazo de 45 dias, mas que ficou na Câmara por mais de 13 anos!

Portanto, foi exatamente no Governo Lula, sob a batuta do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo, e, aqui no Senado Federal, sob o comando do Presidente Renan Calheiros – desculpem-me os tropeços nas palavras; realmente foi uma solenidade extremamente emocionante –, que se deu a sanção desse projeto, criando o Fundo de Habitação Popular, permitindo que a população de mais baixa renda...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já lhe concederei o aparte, Senador Sibá Machado.

Hoje, o déficit habitacional das pessoas que ganham até três salários mínimos é de 87%. Ou seja, 87% da população que ganha até três salários mínimos não tem casa própria: ou mora em favela, ou mora em barraco, ou mora em cortiço, ou mora de aluguel, suando para pagar.

Então, a transformação desse projeto em lei gerou uma emoção profunda. As pessoas estavam emocionadas, choravam! Foi uma longa história, de mais de 15 anos, entre a coleta das assinaturas e a sanção da lei.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Ideli Salvatti, não sei por que estamos chamando essa Medida Provisória de "MP do bem". Acredito que todas as medidas provisórias são para o bem do País; todas elas estão indo ao encontro de um marco regulatório das atividades econômicas, buscando o crescimento da economia, a distribuição de renda, a melhoria na geração de oportunidades, e assim por diante. E isso se dá não só em relação às medidas de iniciativa do Executivo, do Governo Federal, como também em relação às matérias produzidas aqui, no Legislativo. Acredito que ambas as partes, Oposição e Situação, estão buscando esse marco. O que quero dizer é que essa medida provisória desonera a exportação. Sabemos todos nós que o País precisa, sim, de um mercado interno consolidado, que consubstancie...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ...a capacidade de distribuição de renda, pois são as exportações que trazem dinheiro novo para o Brasil. É nas exportações que está centrada, digamos assim, a expansão dos investimentos nacionais. Mas temos de nos lembrar das outras medidas, como a da tabela do Imposto de Renda, que desonerou uma série de trabalhadores, melhorando a distribuição na massa salarial mais importante do Brasil. E me lembro de muitas outras, como essas que V. Ex^a acaba de mencionar. Ontem, analisamos também a medida provisória que promove um estudo melhorado de novas áreas de conservação, além de outras matérias de grande importância que foram apresentadas no Senado. Portanto, não só essa Medida Provisória serve para o bem; todas as outras que por aqui já passaram, as que ainda virão e também matérias de iniciativa desta Casa têm esse propósito. Parabênzo V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço ao Senador Sibá Machado.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, queria pedir a colaboração de V. Ex^a.

A Sr^a Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senadora Ideli, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não vou poder conceder o aparte à Senadora Fátima Cleide, tendo em vista que o meu tempo já está esgotado.

Sr. Presidente, concluo dizendo que concordo plenamente com o que disse o Senador Sibá Machado: as medidas provisórias têm servido para o bem. E o bem está colocado quando o País voltou a crescer, voltou a gerar emprego, voltou a criar oportunidades para que as pessoas pudessem realizar-se efetivamente.

Uma outra questão muito me emocionou naquela solenidade. Além de estar sancionando a lei, criando o Fundo, criando o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social exatamente para essa faixa de menor poder aquisitivo, o Presidente Lula foi muito claro. No dia anterior, Sua Excelência falou com os setores produtivos, os que geram empregos e oportunidades de trabalho no nosso País, e, no dia de ontem, falou exatamente com as faixas da população que têm na figura de Sua Excelência, no seu Governo, a consolidação de sonhos, de esperanças, de expectativas, de lutas de décadas.

Então, sancionar essa lei, que foi fruto de uma ampla movimentação popular, Senadora Fátima Cleide, é algo que, indiscutivelmente, só nos pode emocionar.

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Como as pessoas disseram de forma muito clara, só nesse tipo de Governo, só num Governo comprometido com as classes populares, num Governo que tem atuado no sentido de implementar a luta e o anseio da população, aquilo que ela precisa para viver com dignidade, é que pode haver a consolidação da democracia no Brasil.

Sr. Presidente, fiquei ainda mais satisfeita quando, no discurso, o Presidente Lula sinalizou a possibilidade de dar continuidade a essas medidas, dizendo, de forma clara, que está estudando, com delicadeza, a possibilidade de haver desoneração tributária para os produtos da construção civil, para a população de mais baixa renda. E essa – digo com muita emoção – foi uma proposta vinda dos setores...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço que V. Ex^a conclua.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já vou concluir, Sr. Presidente, Senador Tião Viana.

Trata-se de proposta vinda dos setores da produção, da indústria, do comércio e da construção civil de Santa Catarina. Nós a levamos ao Ministro Furlan, e ela foi encampada pelo Ministério do Desenvolvi-

to, Indústria e Comércio como uma proposta viável. Agora estamos aguardando a audiência com o Ministro Furlan para entregar a proposta da cesta básica dos produtos da construção civil, exatamente na lógica que o Presidente já anunciou: a de que o Governo Lula vai desonerar os artigos da construção civil ou vai criar algum mecanismo, para que as pessoas de baixa renda, que constroem sua casa com muito sacrifício, pedacinho a pedacinho, puxadinho a puxadinho, possam ter acesso a produtos da construção civil mais baratos. Que esses produtos fiquem ao alcance da maioria da população!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Agradeço-lhe a gentileza de me conceder mais uns minutinhos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra à nobre Senadora Ana Júlia Carepa, pela ordem.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, sei que já estão todos inscritos para fazer comunicações inadiáveis, mas eu gostaria de me inscrever como suplente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Nobre Senadora Ana Júlia Carepa, V. Ex^a fica inscrita como terceira suplente.

Concedo a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, cumprimento V. Ex^a e as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores.

Nobre Senadora Ideli Salvatti, antes de iniciar a minha fala, gostaria de falar meio minuto sobre o discurso de V. Ex^a. Acredito que a imprensa, amanhã, estampará as palavras proferidas por V. Ex^a, as quais não vou repetir, por causa do meu tempo, tendo em vista ter sido sancionado o projeto de lei do Fundo Nacional de Habitação Popular, com relação à criação da cesta básica para a construção, destinada à camada popular. Que esses sejam os temas da grande imprensa amanhã! Que as grandes manchetes da nossa imprensa, amanhã, tratem dessas questões! Essas questões são importantíssimas para a grande parcela do povo brasileiro.

É importante a escolha do Presidente e do Relator da CPMI, mas essa questão deve correr paralelamente. Deve-se dar ênfase às ações positivas do Governo; essas ações devem ser mostradas ao povo brasileiro.

Esse projeto de lei tramitou aqui por 13 anos! Quantos Governos se passaram! E foi no Governo Lula que começou a sua implementação. Isso não é visto, não é dito e não é lembrado por ninguém.

Portanto, acredito que, amanhã, as manchetes, no Brasil, serão nessa linha.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, saí há pouco de uma reunião conjunta de três Comissões: da área agrária, da Agricultura e do Meio Ambiente, onde ainda está presente a nossa grande Ministra Marina Silva, falando sobre uma questão muito importante: o desmatamento na Amazônia, especialmente no meu Estado de Mato Grosso, que, infelizmente, bateu o recorde de todos os tempos, com 48% de desmatamento, em 2003 e 2004.

Essa situação é grave, Sr^{as} e Srs. Senadores. É gravíssima. O debate lá foi muito importante, pois, além dos Senadores e da Ministra Marina Silva, participaram técnicos do Ministério do Meio Ambiente, que, com certeza, propiciaram à população brasileira, por meio da TV Senado, a oportunidade de observar, perceber e entender a postura do nosso Governo com relação a essa questão, que obviamente a nossa Ministra deixou muito clara.

Mas na discussão e, principalmente, na fala da nossa Ministra ficou bastante clara a importância do trabalho de preservação do meio ambiente, que tem de ser feito nas três instâncias de Poder: federal, estadual e municipal. Não adianta ou pouco adianta uma ação do Governo Federal se os governos estaduais e municipais também não entrarem nessa luta. É disso que vou falar aqui agora, especialmente fazendo uma conclamação ao Governador Blairo Maggi, que declara que só planta 150 mil hectares de soja em Mato Grosso, em áreas de cerrado, e que é o maior exportador de soja individual do mundo. Com essas duas questões, não estou preocupada. O problema é dele se planta 150 mil hectares de soja e se é o maior exportador de soja do mundo. Estou preocupada com as ações dele em relação à preservação ambiental em Mato Grosso, porque essas inexistem, realmente. Quero que S. Ex^a me aponte e ao Brasil quais as ações que vem tomando, as que já tomou e as que pretende tomar, pelo menos as que ele pretende tomar daqui para frente, depois desse escândalo mundial que ressaltou a inexistência de uma política de preservação ambiental por parte do Governo do Estado de Mato Grosso.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Serys, V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não, Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a. Contemplando o pronunciamento de V. Ex^a,

fico realmente bastante preocupado. É que o Mato Grosso, não só pelo índice de desmatamento, traz a triste notícia nacional: a de que há uma lei estadual querendo interferir, sobrepor-se a uma lei nacional, usando o artifício da conceituação para florestas. Ou seja, o cerrado não é floresta. A Amazônia é floresta. E sobre aquela vegetação chamada de intermediária, o cerradão, é que as ações da soja estariam atuando. Como ela não é floresta Amazônica nessa conceituação e muito menos cerrado, então caberia uma ação violenta de desmatamento, de plantação da soja etc. Esse problema do Mato Grosso vem crescendo. O Ministério do Meio Ambiente foi obrigado a interpelar judicialmente para que essa lei estadual do Mato Grosso seja revogada. Ela não pode se sobrepor a uma lei nacional, porque até mesmo pessoas, empresários que queiram trabalhar corretamente ficarão induzidos a cometerem um erro ambiental por conta de uma interpretação legal do Estado do Mato Grosso. Portanto, penso que V. Ex^a está corretíssima quanto às preocupações. Caberia ao Governador tomar uma atitude imediata, a de revogar essa lei, baixar alguma outra medida, ou que a Assembléia Legislativa do Estado de V. Ex^a também tome essa providência. Obrigado pela oportunidade.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Com certeza, Senador Sibá. Agradeço a V. Ex^a. Aproveitando o aparte do Senador Sibá, houve uma declaração do Governador Blairo Maggi, que eu não saberia repetir com as palavras dele, porque me ocorreu agora diante do aparte do Senador Sibá, em que disse que, daqui para frente – não sei bem em que contexto foi, mas isso apareceu na grande imprensa televisiva brasileira e foi onde vi –, ele vai procurar se amoldar à legislação federal. Quer dizer, um Governador de Estado dizer isso é muito complicado, ou seja, confessou que desrespeita a lei. Isso é muito grave.

Vou tentar ler aqui, porque já tenho pouco tempo.

O Governador de Mato Grosso, o nobre sojicultor Blairo Maggi, quase entrou literalmente em pânico, na tarde desta quarta-feira (dia 15) quando visitava uma escola estadual no bairro Jardim Aroeiras, lá em Cuiabá.

É que o governador e sua comitiva, da qual fazia parte sua esposa, a Secretária do Trabalho, Terezinha Maggi, e a Secretária de Educação, Ana Carla Muniz, foram surpreendidos pela visita de artistas do programa dominical “Pânico na TV” – não conheço esse programa, Sr. Presidente –, da Rede TV!, que viajaram até Cuiabá com o intuito de entregar ao Governador o troféu “Motosserra de Ouro”. Se não fosse trágico, seria cômico.

Sr. Presidente, felizmente a motosserra não era usada para aparar gente como foi usada lá no Acre. Está sendo usada para aparar madeira.

Foi contemplado com um troféu “Motosserra de Ouro”.

Infelizmente, Governador Blairo Maggi...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Peço mais cinco minutos, Sr. Presidente.

Infelizmente, Governador Blairo Maggi, V. Ex^a foi contemplado com esse troféu e precisa se reabilitar diante da sociedade mundial, brasileira e mato-grossense.

Governador Blairo Maggi, faz-se urgente que V. Ex^a reformule a sua política de meio ambiente. É preciso acabar com essa imagem de que V. Ex^a foi eleito para governar o Estado de Mato Grosso e só se preocupa em faturar com a expansão dos seus negócios de soja, em detrimento da preservação ambiental.

A Operação Curupira, desencadeada pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, com todo apoio do Presidente Lula, da Ministra Marina Silva, representou um alerta importante para as autoridades públicas que atuam em Mato Grosso, no sentido de que é preciso assumir um rumo na questão ambiental.

O compromisso que queremos do Governador Blairo Maggi é que ele assuma conosco, que venha a este Senado, atendendo ao convite da Comissão do Meio Ambiente e assuma conosco o compromisso de preservação ambiental em Mato Grosso.

V. Ex^a precisa ter coragem, Governador Blairo Maggi, reunir todo o secretariado e assumir esse compromisso com o povo de Mato Grosso, com os ecologistas, com a Nação brasileira, assumir esse compromisso diante dos olhos do mundo. É isso que todos esperam de V. Ex^a. V. Ex^a, que acaba de ser premiado com o prêmio “Motosserra de Ouro”, para dar a volta por cima e resgatar a imagem do nosso Estado diante do Brasil e do mundo, não deve vacilar. Precisa ter a coragem de se transformar em um dos grandes defensores da floresta brasileira, especificamente do nosso Mato Grosso.

Eu gostaria de dizer – infelizmente, o tempo urge – que, com a Operação Curupira, todas as madeiras estão paradas por 30 dias, por determinação do Ibama.

Faço uma conclamação, para que o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente estudem essa questão com carinho. Existem madeireiros que estavam absolutamente dentro da regularidade. Os irregulares têm de ser punidos, devem sofrer todas as sanções da lei, mas, para aqueles que estavam trabalhando dentro

da regularidade, é preciso que seja tomada uma decisão séria, determinada, no sentido de que possam continuar trabalhando.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Não simplesmente por eles, mas também por eles, porque são pessoas sérias. Existem madeireiras sérias, sim, em Mato Grosso, que procedem com a maior lisura, dentro da lei. Que essas não sejam apenadas, principalmente por causa de seus trabalhadores, que são as pessoas mais humildes, mais pobres, dos lugares mais distantes, mais longínquos do nosso Estado, e que não têm realmente como sobreviver.

Neste caso, meu Presidente, não sei o que tem de ser estudado. É uma espécie de entressafra. Em Mato Grosso, durante a piracema, há a entressafra do peixe...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – ... e existe um salário para os pequenos pescadores. Que se faça uma entressafra, não sei de que forma, também para os pequenos trabalhadores das madeireiras, que estavam procedendo de forma absolutamente regular. É isso que defendo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella, Líder do PL.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma comunicação rápida ao Plenário. Voltei do Palácio da Alvorada...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem a palavra, como Líder, por cinco minutos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, passamos momentos muito importantes para o Brasil, porque o Senhor Presidente da República sancionou uma lei votada nesta Casa, a que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

O acontecimento é muito importante para o Senado Federal, porque esse projeto de lei é o primeiro de iniciativa popular, após a Constituição de 1988, aprovado pelo Congresso Nacional. Ele passou 13 anos na Câmara dos Deputados e, nesta Casa, foi aprovado em 45 dias.

Foi ressaltado na cerimônia o valor do Senado e dos Senadores, que trabalharam muito. Destaco o nome da Senadora Ideli Salvatti, de Santa Catarina, e do Senador Garibaldi Alves Filho, do Rio Grande do

Norte, que apresentaram em plenário requerimento, para que esse projeto, que é importantíssimo para o País, tramitasse sob esse regime de urgência nesta Casa. E nós o aprovamos em apenas 45 dias. Isso foi ressaltado na solenidade, quando o Senhor Presidente da República falou ao Brasil da importância do Senado Federal.

Portanto, Sr. Presidente, ficam as minhas palavras de que hoje o Brasil conta com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, o primeiro passo do Governo Federal para dar uma resposta ao setor, com sete milhões de casas populares. A sociedade brasileira tem um déficit com o povo mais humilde, aqueles que ganham até três salários mínimos. Esta Casa teve um trabalho extraordinário – não só por ter aprovado o projeto, mas também por ter criado uma jurisprudência. Aqui se debateu a juridicidade, a constitucionalidade desse projeto, sobre o qual os Senadores chegaram ao consenso de que o art. 61 da Constituição, que dispõe sobre as prerrogativas do Presidente da República, não cerceia projetos de iniciativa popular. Portanto, hoje, sob essa jurisprudência, as pessoas podem organizar-se, recolher assinaturas e apresentar ao Congresso Nacional projetos que tratem de qualquer matéria. Existe a jurisprudência no Senado Federal, e não há mais nenhuma limitação para o poder de ação dos projetos de iniciativa popular.

Temos, então, a celebrar três pontos. Primeiro, houve presteza do Senado Federal, já que esse projeto tramitou treze anos na Câmara e, em 45 dias, foi aprovado nesta Casa. Segundo, foi criada a jurisprudência da iniciativa popular em qualquer área do Governo; não se pode mais dizer que isso é prerrogativa do Presidente ou de qualquer outro Poder: o povo, do qual emana todo o poder, tem autoridade para apresentar projetos que podem ser debatidos e aprovados. E, finalmente, o mais importante: criou-se hoje, com a sanção do Presidente da República, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, um instrumento importantíssimo para fazermos frente ao déficit de mais de sete milhões de habitações populares, que são necessárias em nosso País.

Senador Tião Viana, V. Ex^a é do Acre – nunca estive no seu Estado e gostaria de conhecê-lo um dia –, mas, no Rio de Janeiro, estamos cercados de favelas; são mais de 700 comunidades carentes. Tenho certeza de que esse projeto de iniciativa popular, sancionado pelo Presidente Lula, será um instrumento extraordinário, para que amanhã possamos continuar a olhar para as comunidades carentes e para o morro com a cabeça erguida.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Marcelo Crivella, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Ouço, com o maior prazer, o aparte do Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Marcelo Crivella, em primeiro lugar, digo a V. Ex^a que, com certeza, eu, o Senador Tião Viana e os demais colegas do Acre teremos o maior orgulho em recebê-lo em visita ao nosso Estado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Em segundo lugar, afirmo que sempre observei a preocupação de V. Ex^a em ver essa matéria aprovada. Como dizia minha velha mãe, quem casa quer casa. É uma família que cresce com seus filhos, seus descendentes.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Nas faixas mais pobres, a tentativa natural dessas pessoas é a disputa geralmente por áreas de risco, por lugares aonde a inundação chega e desaloja os moradores. É um transtorno! Nada como um projeto como esse, que facilita ao órgão público, ao Estado brasileiro, propiciar esse tão salutar bem para a vida de uma família carente. Parabênize V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Muito obrigado. Parabéns ao nosso Senado.

Senador Tião Viana, nosso Vice-Presidente, quem sabe, no ano que vem, estaremos aqui, na mesma data, celebrando um milhão de casas financiadas pelo novo SNHIS, Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, criado no Governo do Presidente Lula.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Obrigado a V. Ex^a.

Registro, com grata satisfação, a presença do ilustre Senador Francelino Pereira, que visita o Plenário do Senado Federal. S. Ex^a representa a história viva do Parlamento brasileiro na segunda metade do século XX.

Seja muito bem-vindo à Casa.

Concedo a palavra à nobre Senadora Fátima Cleide, por permuta com o Senador João Batista Motta, por dez minutos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, agradeço a deferência do Senador João Batista Motta.

Como disse a Senadora Ideli Salvatti, o Brasil que assiste à TV Senado vê ou pensa que existe outro Brasil, neste momento. Associe-me às palavras da Senadora Ideli Salvatti e do Senador Marcelo Crivella,

no sentido de saudar o Presidente da República, pela sanção de tão importante projeto.

Senador Tião Viana – neste momento, V. Ex^a preside a Mesa –, sou uma funcionária pública que, se não estivesse no Senado, estaria nessa faixa salarial e sei exatamente o que significa lutar pela obtenção da casa própria. Também me sinto emocionada por ter participado da luta pela coleta de assinaturas para a instituição do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

Mas, Sr. Presidente, como representante da sociedade rondoniense nesta Casa, não poderia deixar de registrar fatos noticiados na edição de domingo passado, dia 12 último, do jornal **O Estado de S. Paulo**, envolvendo o Governador Ivo Cassol, do Estado de Rondônia.

Não bastassem os fatos expostos recentemente pelas reportagens da TV Globo, referentes a negociações financeiras entre o Governador e alguns Parlamentares da Assembléia Legislativa de Rondônia, que, de tão graves, são agora objeto de exame de comissão externa do Senado, nobremente presidida pelo Senador Sibá Machado; não bastassem os processos que correm por iniciativa do Ministério Público Federal, aos quais o Governador Ivo Cassol responde por improbidade administrativa e por envolvimento em crimes ambientais de drásticas consequências sociais no Estado de Rondônia, agora vem à tona mais uma fita de vídeo, em poder da Polícia Federal, que compromete gravemente o Governador Cassol com a prática de garimpo ilegal na reserva Roosevelt, do povo Cinta Larga, com contrabando de diamantes e incentivo à violência que culminou com a morte de 29 garimpeiros, dentro daquela reserva indígena, em abril de 2004.

Segundo denúncia do jornalista Nilton Salina do jornal **O Estado de S. Paulo**, “Índios alertaram Cassol para morte em garimpo ilegal antes de massacre”. Neste caso, a fita foi gravada abertamente em 4 de setembro de 2003, quando o Governador pousou de helicóptero na reserva Roosevelt, sem prévia comunicação ou autorização por parte da Funai, aparentemente com o intuito claro e exclusivo de tratar com as lideranças da comunidade Cinta Larga sobre a exploração de diamantes naquela área.

A matéria publicada pelo jornal é bastante extensa e fundamenta-se em fatos comprovados, com data e local precisos.

Em função do pouco tempo, relatarei brevemente alguns dos fatos que, com a participação do Governador Cassol, infelicitam mais uma vez o Estado de Rondônia.

1. No dia 3 de setembro de 2003, aqui em Brasília, o Governador Cassol discutiu com a

Ministra do Meio Ambiente, tentando em vão convencê-la a permitir o desmatamento de 50% em áreas onde a legislação ambiental brasileira determina que não ultrapasse 20% – eu estava presente àquela reunião.

2. No dia seguinte, 4 de setembro, o Governador chega de helicóptero à reserva Roosevelt, dos Cinta Larga, e conversa com algumas lideranças indígenas. Essa surpreendente visita, muitas vezes negada publicamente pelo Governador, está nitidamente registrada em imagem e áudio na fita que agora está em poder da Polícia Federal, apreendida na quinta-feira passada na casa do Governador.

Ali, o Governador aparece incentivando o garimpo na reserva, como já havíamos previsto antes; declarando conhecimento de prática de corrupção por parte de policiais; desacreditando as iniciativas e intenções do Governo Federal; sugerindo aos índios vantagens na cumplicidade com exploradores ilegais e contrabandistas de diamantes.

3. Segundo o depoimento dos caciques Cinta Larga à Polícia Federal, o Governador Ivo Cassol pediu uma comissão de 2% sobre produção ilegal de diamantes em troca da instalação de máquinas de extração, estradas, escolas, postos de saúde e parceria na luta pela legalização do garimpo.

4. Em março de 2004, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, preso em Porto Velho, com cerca de mil quilates de diamantes oriundos da reserva Roosevelt, o doleiro Marcos Glikas declara relações pessoais com o Governador de Rondônia e alega que tinha sua autorização para contrabandear os diamantes.

5. Como os Cinta Larga não aceitaram a proposta do Governador Cassol, ele ordenou a retirada dos policiais que apoiavam o programa federal de proteção da reserva e, em 7 de abril, se dá a trágica morte dos garimpeiros que invadiram a área sem autorização dos líderes Cinta Larga e sem autorização da Funai. Desde então, multiplicam-se as declarações do governador Ivo Cassol, inclusive nesta Casa, acusando genericamente os Cinta Larga de terem matado por dinheiro e mordomia.

6. Em setembro de 2004, a Polícia Federal prende o contrabandista de diamantes José Roberto Gonzalez dentro da reserva Roosevelt. Na ocasião, o notório contrabandista portava um crachá da Companhia de Mineração de Rondônia (presidida pela chefe de gabinete

do Governador Ivo Cassol), Senador Sibá Machado. Além disso, apresentou uma declaração oficial do Governo do Estado que o autorizava a representar Rondônia em assuntos comerciais no Brasil e no exterior.

Essa seqüência de fatos, somada às cenas registradas na fita de vídeo – que não foram gravadas com câmera escondida, como faz o Governador –, agravam ainda a mais as suspeitas sobre o dirigente do Executivo do meu Estado e as justas preocupações da sociedade rondoniense.

Lamento, portanto, este penoso destino das nossas instituições estaduais, ao mesmo tempo em que celebro os tempos de faxina nas instituições públicas, tempos de informação e de esclarecimento à sociedade brasileira, revelando, finalmente, os esquemas de corrupção que há séculos consomem a vida nacional.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Fátima Cleide, permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pois não, Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Fátima Cleide, eu já a conheço há algum tempo, mas V. Ex^a tem sido uma revelação para esta Casa, para o povo de Rondônia, para todo o Brasil, principalmente para o nosso Partido, o PT, que tem uma Senadora equilibrada, batalhadora, uma pessoa incansável na condução daquilo que é, digamos assim, o cerne dos seus princípios pessoais e coletivos. Tem sido para nós uma grata satisfação trabalhar ao seu lado durante esse período e saber que V. Ex^a tem sempre levantado os mais importantes temas para o povo daquele Estado e para toda a nossa região. Agora, acompanhando também o desenrolar daqueles fatos, fico, às vezes, muito pensativo: a sociedade fica procurando a autoridade responsável pela condução, pela ética e pela moral no trato com a coisa pública. O Estado de Rondônia passa por um momento muito difícil. É muito difícil a situação que envolve – não estou aqui julgando ninguém – o Governo do Estado, a Assembléia Legislativa e até outros Poderes, que já começam a aparecer nessas denúncias. É muito ruim. V. Ex^a também já atravessou fases muito difíceis: a situação de Corumbiara naquele momento, o conflito agrário do Estado de V. Ex^a, o conflito indígena, a situação de roubo de minérios, mais voltado a esse caso dos diamantes. Devo dizer que esse Estado tem realmente de elogiar V. Ex^a por ter sido uma das lideranças mais contundentes na busca de soluções para problemas tão graves e tão nocivos à índole daquele povo tão batalhador, o povo rondoniense. Só me resta aqui,

pelo que conheço de V. Ex^a e pelo que a nossa Bancada tem recebido de V. Ex^a, agradecer-lhe por esse incansável trabalho. V. Ex^a tem sido digna de todos nós aqui, no Senado Federal. Parabéns.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada, Senador Sibá Machado, por suas palavras que muito nos honram.

Sr. Presidente, para finalizar, cumprimento, muito especialmente, a atuação da Polícia Federal que se tem desdobrado para dar consequência e agilidade às investigações e ações de combate à corrupção instalada na máquina pública em todos os níveis. Trabalho necessariamente sigiloso e cuidadoso, absolutamente indispensável à mudança que todos queremos para este País, mas que, em Rondônia, se torna cada vez mais necessário, precisando da credibilidade e da solidariedade da sociedade rondoniense. No nosso Estado, até a Polícia Federal tem dificuldades para trabalhar.

Nesse sentido, Sr. Presidente, na pessoa dos meus companheiros e companheiras do Partido dos Trabalhadores – onde fiz minha formação política, Senador Sibá Machado, assim como V. Ex^a, que também aprendeu na luta aguerrida do dia-a-dia pela necessidade de sobrevivência –, cumprimento todos os homens e mulheres de bem que participam da vida pública brasileira no exercício de cargos eletivos, no leal cumprimento da missão que a sociedade nos confia.

Porém, ainda mais especialmente, os saúdo na pessoa do trabalhador estadista, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem reitero, desta tribuna, a minha mais profunda admiração e incondicional lealdade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pela ordem.) – Eu gostaria de fazer uma comunicação de interesse partidário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem a palavra, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a” do Regimento Interno, por cinco minutos, Senador Delcídio Amaral, Líder do Bloco de Apoio ao Governo e do Partido dos Trabalhadores.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho a esta tribuna para dirigir ao Presidente Lula uma carta aberta de toda a Bancada do Partido dos Trabalhadores no Senado.

Ela diz o seguinte, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores:

A grave crise vivida hoje no País precisa ser objeto de reflexão por todos, que, como nós, querem uma Nação mais justa, fraterna e solidária. Nosso partido – o PT – nasceu das lutas do povo do campo e da cidade. Em nossa origem, uniram-se o movimento sindical, as comunidades eclesiais de base e intelectuais que não suportavam a tirania que, desde 1964, se abatera sobre o Brasil. Quando nascemos, tivemos de superar todas as barreiras e todos os desafios: desde a legislação autoritária sobre partidos políticos, do regime militar, até a descrença e o desdém dos “de cima” em relação à capacidade de organização dos trabalhadores. Não nos deixamos seduzir, naquela quadra, pelo canto de sereia dos que duvidavam que os “de baixo” pudessem ter vez e ter voz. Por isso, criamos um partido de baixo para cima, trazendo para a cena política brasileira a crença na ética na política como farol a guiar os passos de todos os que buscam a libertação.

Querem agora aviltar nossa história. Não hesitam em atingir, indistintamente, partidos políticos, o Congresso Nacional e setores do próprio Executivo, fazendo deste um dos momentos mais graves por que já passou o Brasil.

Mas nós, Senadoras e Senadores do Partido dos Trabalhadores, não nos deixamos abater: com enorme tranquilidade, não nos furtamos à tarefa de fazer a defesa de nosso Governo e do Presidente da República.

Lula, por sua trajetória de homem do povo, de líder sindical, de vítima dos opressores, por sua integridade e por sua solidariedade com os excluídos, não é um patrimônio só do PT: ele é um patrimônio dos homens e das mulheres de bem, que querem construir um país com justiça social. Ele tem demonstrado, à frente de nosso governo, total intransigência em relação às práticas ilícitas: aí estão as quase oitenta operações já realizadas e as cerca de mil e quinhentas pessoas presas nas investigações realizadas conjuntamente pela Polícia Federal, a Controladoria-Geral da União e o Ministério Público. Dentre os punidos, estão servidores, parlamentares, ocupantes de cargos públicos, de toda origem social e de todos os matizes político-partidários, evidenciando-se, assim,

que o compromisso com a ética é a principal realização do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Por essas razões e por tudo que vimos arduamente construindo há 25 anos – com transparência, retidão de caráter e compromisso com o povo – é que hoje reafirmamos [todos os 13 Senadores da Bancada] o nosso mais absoluto apoio ao Presidente Lula, a seu governo e ao Partido dos Trabalhadores, ao qual nos orgulhamos de pertencer.

Sr. Presidente, falo pela Bancada do nosso Partido, falo pelos 13 Senadores e Senadoras e, aproveitando a oportunidade, quero dizer também que, compreendendo a responsabilidade de todos nós, Senadores e Senadoras, e entendendo o posicionamento de cada Parlamentar da nossa Bancada, reitero a nossa defesa, a nossa confiança e, acima de tudo, o nosso empenho e o nosso trabalho junto ao Presidente José Genoíno para, com ele, discutir nossos pontos de vistas, colocar as nossas divergências, mas, principalmente, tratar com respeito e consideração aquilo que é mais importante e crucial para o nosso Partido, que foi construído ao longo desses 25 anos, que é a ética e a moral, uma belíssima história. Junto com o Presidente José Genoíno, estaremos alinhados, caminhando, construindo, ajudando cada vez mais a consolidar e, talvez, a construir o Partido mais importante, que nasceu há 25 anos e que hoje nos orgulhamos de representar, carregando essa grande bandeira, a bandeira da justiça, da solidariedade e da fraternidade.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Delcídio Amaral, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pois não, Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a. Foi muito oportuna a leitura da carta neste momento, e muito oportuna pela seguinte razão: V. Ex^a, ao ler essa carta, traz ao Congresso Nacional, à esta Casa e à sociedade brasileira a razão das nossas consciências. Há 25 anos que militantes não só do PT mas todos aqueles que sonharam com este Brasil democrático que nós temos hoje vêm derramando, em alguns momentos, lágrimas, em outros, suor, em alguns outros, até o próprio sangue para chegarmos a esse equilíbrio. A unidade expressada na carta lida por V. Ex^a traduz isso para a sociedade brasileira. Eu quero aqui reiterar tudo o que V. Ex^a já disse: nós não nos arredaremos em nenhum momento dos nossos princípios morais e éticos e da condução política. Naquilo que for ético e moral nós não arredaremos um milímetro: qualquer militante do PT que porventura

estiver envolvido em qualquer coisa haverá de ser punido, essa é a nossa prática. Além disso, aquilo que for político nós vamos tratar politicamente. Portanto, a Bancada, unida e reafirmando a liderança do Presidente Lula, as decisões da nossa direção partidária e aquilo que for construído dentro deste Senado Federal pelos 13 Senadores, estará bem representada por todas as palavras, gestos e atos de V. Ex^a. Para mim, V. Ex^a tem sido uma surpresa muito grata. Como Líder, sem se sobrepor a nenhum dos outros – Senador Tião Viana, Senadora Ideli Salvatti –, num momento como este, tem nos transmitido um grande equilíbrio. Queremos retribuir essa segurança: seus gestos, atos e palavras nesta Casa responderão por todos nós. Parabéns pelo mandato e parabéns pela atuação como Líder na condução de nossa Bancada.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Obrigado a V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

Sr. Presidente, encerro registrando, mais do que nunca, o nosso compromisso com o Presidente Lula e com o Partido dos Trabalhadores, que todos nós temos a honra de representar aqui no Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa por cessão do Senador César Borges e, em seguida, ao Senador Rodolpho Tourinho.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, quero dizer que concordo com o Líder da nossa Bancada, que, como já foi colocado aqui, tem sido muito firme. Aliás, acho que toda a Bancada tem merecido elogios pela postura que tem tido.

Eu não poderia deixar de ocupar esta tribuna hoje, e digo isso por vários motivos. Um deles refere-se à bela audiência que tivemos com a Ministra Marina Silva na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle junto com a Comissão de Desenvolvimento Regional sobre Desmatamento na Amazônia.

Antes de falar especificamente desse assunto, quero lembrar que, alguns dias atrás, foi feita aqui uma acusação quanto a existirem grileiros financiando nossa campanha, falando da empresa Precious Woods Belém Ltda.

Vou entregar, nesta Casa, um expediente do Gerente do Ibama ao Procurador da República, Dr. Ubiratan Cazetta, no qual se diz:

1. Fazendo referência ao Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS Empresarial, protocolado nesta Gerência do Ibama, sob o nº 02018.002149/01-32, do interesse da Pre-

cious Woods Belém Ltda., localizado na área denominada Fazenda Laranjal III, no Município de Portel/PA, com área da propriedade de 45242000 ha, área do PMFS com 406375000 ha (...), que obteve a aprovação técnica e a emissão da Autex do referido POA **em caráter excepcional, temporário – com vigência de 180 dias improrrogáveis –, com as seguintes condicionantes:**

a) qualquer divergência entre o documento apresentado e as atividades de campo, detectada durante a vistoria técnica de acompanhamento, esta aprovação será imediatamente cancelada e serão adotadas as sanções previstas nos artigos 51, 52, 53 e 54 do capítulo II da IN 04/02 do Ministério do Meio Ambiente; (...)

São vários condicionantes, e destaco o último deles:

g) condicionado ao cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta assinado por esse MPF, de não exploração florestal em área impugnada por litígio de terceiros.

Prossegue o documento:

2. Pelo exposto acima, comunicamos a nossa decisão de aprovação do POA, considerando que o MPF já manifestou no processo, através do TAC, consultamos a V. S^a na existência de objeção por parte do Ministério Público Federal da referida decisão de continuidade da atividade florestal em caráter excepcional e temporário.

3. No aguardo de sua manifestação, a fim de que possamos autorizar a referida exploração condicional.

Tenho aqui o documento do Sr. Procurador da República, Dr. Ubiratan Cazetta, que diz:

(...) As premissas que levaram à formalização do Termo de Ajustamento de Conduta ainda não foram desfeitas (a saber, adequado manejo florestal; garantia pela eventual perda da titularidade do PMFS; exigência da certificação, o que contempla, por óbvio, entre outras coisas, respeito a populações tradicionais e outras formas de ocupação de moradores na área objeto de exploração; não exploração da área objeto de litígio, em que se apresenta como proprietário o Sr. Mário Peixoto), estando ainda em vigor o TAC.

Assim, embora existam procedimentos pendentes de solução, não tem o MPF objeção

a fazer às condicionantes mencionadas por V. S^a [no caso, o Gerente do Ibama], especialmente diante da manifestação da autarquia fundiária e da constatação, já no TAC, de que não se está afirmando ser a Precious Woods proprietária da área em questão.

As condicionantes mencionadas por V. S^a devem ser objeto de acompanhamento, a fim de que o manejo florestal se dê em condições de efetiva sustentabilidade.

Atenciosamente,
Ubiratan Cazetta
Procurador da República.

Eu gostaria, inclusive, de solicitar que isso ficasse nesta Casa, Sr. Presidente, para provar que não há nenhum tipo de irregularidade, apesar de que essa empresa contribuiu legalmente, como todas as outras, aliás, com nossa campanha, com a imensa quantia de R\$10 mil. E isso jamais pautou a minha atuação aqui em relação ao combate firme à grilagem ou ao trabalho escravo.

Quem quiser contribuir ou tenha contribuído para a campanha, se o faz com outro objetivo, vai quebrar a cara.

A Sr^a Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senadora Ana Júlia, permita-me um aparte?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pois não, Senadora Fátima Cleide.

A Sr^a Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Quero parabenizá-la pela coragem e pela firme determinação de vir a este plenário e, dessa tribuna, esclarecer os fatos. Penso ser extremamente importante a sua atitude, porque passou o tempo de ficarmos escutando inverdades que se ficam repetindo todos os dias e todas as horas com a única intenção de manchar a história de pessoas como V. Ex^a, que, sabemos, tem uma luta aguerrida em defesa das classes populares no Estado do Pará e no Brasil. Apenas registro que lhe parabenizo, neste momento.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senadora Fátima Cleide. Incluo o seu aparte no meu pronunciamento e lhe agradeço muito a sua generosidade.

Na terça-feira, dia 15, o Juiz da 4^a Vara da Justiça Federal, Seção Pará, Dr. Antônio Campelo, proferiu sentença condenando o Presidente do Sindifloresta, Mário Rubens de Souza Rodrigues, pelo crime de ameaça contra o gerente do Ibama, em Belém, Dr. Marcílio de Abreu Monteiro.

Exatamente esse senhor é o responsável pelas infundadas denúncias publicadas pela revista **Veja** contra o Ibama e o PT no Pará. Como disse antes,

esse Sindicato fantasma tem tido os seus interesses contrariados pela ação do Ibama.

Já disse e repito: as denúncias do Sr. Mário Rubens decorrem do fato de este ter tentado aprovar no Ibama um Projeto de Manejo Florestal Sustentável, utilizando terras que não eram de sua propriedade, como informou o Instituto de Terras do Pará – Iterpa. Pior, no processo foi juntado parecer pela aprovação do projeto pertencente à outra proposta de manejo florestal. Ou seja, houve fraude nos autos para tentar beneficiar o Sr. Mário Rubens e enganar a gerência do Ibama, que, tão logo tomou conhecimento do disparate, indeferiu o projeto de manejo florestal fraudulento, como revela o parecer do Procurador Federal do Ibama que aqui tenho em mãos.

Esse senhor, já condenado pela Justiça, é que vem a ser a fonte de gravação apresentada pelo Parlamentar Federal à revista **Veja**. Tenho certeza de que o Deputado nem tinha conhecimento da atuação desse meliante, mas não posso aceitar que um elemento desses, que claramente busca aproveitar o atual momento da opinião pública, onde qualquer denúncia, por mais frágil que seja, ganha ares de verdade, venha enlamear o PT e o Ibama no Pará e, assim, buscar afastar justamente aqueles que se têm oposto à depredação da floresta. E o pior é que é um elemento que faz tudo isso manipulando um Deputado Federal, para assim tentar dar um ar de veracidade às suas falsas acusações.

Qualquer denúncia, qualquer acusação que parta desse Sindifloresta tem a marca da fraude e da empulhação. É nesse Sindicato fantasma que se estão organizando alguns dos principais madeireiros ilegais. É justamente esse Sindicato e seu Presidente que não vêm dando trégua ao Ibama, tentando, a todo custo, derrubar a direção do Ibama no Estado do Pará, com a nítida finalidade de poder voltar a agir impunemente.

Espero que, com a condenação pela Justiça do Sr. Mário Rubens, haja o mínimo de sensatez, para que se verifique que esse senhor não pode merecer a menor credibilidade, mesmo quando, infelizmente, acabe sendo escoltado por Parlamentar federal.

Não é à toa que, apesar de ter crescido o índice de desmatamento na Amazônia – hoje, inclusive, o Senador Sibá Machado e a Ministra Marina Silva estavam presentes –, no Pará, nos últimos dois anos, diminuiu o índice de desmatamento em mais de 20%, em uma curva decrescente.

E faço um registro: sabemos que isso decorre de uma ação firme do Ibama, mas, embora eu seja Oposição ao Governador do Estado, reconheço que há, sim, uma contribuição do Governo do Estado do Pará nessa diminuição do desmatamento.

Isso mostra, inclusive, que, que, apesar da dificuldade – todos sabem – do imenso território paraense, o Ibama tem buscado cumprir o seu papel com firmeza e honestidade. E é por isso que eles tentam tanto derrubar o gerente do Ibama e, agora, jogar lama no PT.

Ouçô o Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Ana Júlia, esse debate tem sido se não o mais forte, um dos mais discutidos nesta Casa. Quero apenas acrescentar que fiquei um pouco indignado com a decisão do STJ pelo não acatamento do pedido de federalização do caso do assassinato da irmã Dorothy. Por que digo isso? Porque, no Pará, tem-se demonstrado que há uma interligação de fatos; eles não são isolados. A grilagem não acontece de um lado, a questão de assassinatos para outro, o roubo de madeira para outro, ou coisa parecida. As coisas têm sido interligadas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Se há uma interligação, não tem como tratar do caso de um assassinato estanque. Creio que houve um erro de visão. Não estamos querendo substituir instância nenhuma para avaliação. Penso que aquele gesto não contribuiu para ajudar essa onda da elucidação dos fatos. Porém, V. Ex^a traz uma informação muito boa, da qual o Brasil precisa saber: há uma iniciativa da sociedade do Pará de retomar sua imagem, porque aquele é um Estado brilhante, pulsante, com uma economia admirável, líder na nossa região e não pode ficar eternamente com a marca do fora da lei, do atrasado, do retrógrado ou coisa parecida. Acredito que V. Ex^a represente o lado desse esforço, de pessoas de ambas as categorias, seja da classe política, da classe administrativa ou da sociedade civil. E voltamos a insistir: há no Pará uma série de empresas sérias, corretas, de empresários que pensam nas coisas corretamente.

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Já vou concluir meu pensamento, Sr. Presidente. Não podemos nivelar todos por baixo, dizer que todo mundo agora está num poço de lama, está errado. V. Ex^a está coberta de razão. Estaremos juntos para o que der e vier. Obrigado, Senadora, e parabéns!

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Sibá.

Sr. Presidente, peço mais dois minutos para concluir meu pronunciamento, pois houve apartes.

Tanto é verdade a atuação firme e honesta do Ibama que, no bojo do desenvolvimento do projeto Safra Legal, apresentado de forma mentirosa como um meio de favorecer algumas empresas com o des-

matamento legal, das mais de 2.700 solicitações de autorização de desmatamento feitas ao Ibama apenas 1.600 foram deferidas, ou seja, todo o restante foi negado pelo Ibama, o que revela bem a forma criteriosa com que foram analisados.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – AC) – Os que querem desmoralizar o Safra Legal o fazem porque com ele, pela primeira vez, os trabalhadores assentados começaram a ter acesso à exploração de madeira de forma racional e sustentável, o que deixa sem mercado as madeiras ilegais.

Apesar disso, do dado insofismável de que a ação do Ibama no Pará tem diminuído o ritmo de devastação, não duvido de que tenhamos no final de semana nova onda de denúncias. Novamente sem provas, novamente feitas pelos que se opõem ao uso racional da floresta, aos que se opõem aos planos de desenvolvimento sustentável, como esse cidadão que fez um discurso incisivo contra a irmã Dorothy e contra os Planos de Desenvolvimento Sustentáveis e vêem a Amazônia como um imenso território de pilhagem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senadora Ana Júlia Carepa, peço a V. Ex^a que conclua.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Serão esses que irão municiar, com fitas montadas, acusações atravessadas e falsos testemunhos, o noticiário do final de semana.

(Interrupção do som.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – E lamento muito que isso esteja sendo usado neste momento.

Contra essa tentativa de desmoralização, venha de onde vier, nossa postura será de defender a investigação do que quer que seja, mas sem deixar de dizer quem são os caluniadores e quais são os interesses escusos que representam, como é o caso da gangue que compõe o Sindifloresta. Não se espantem se encontrarem as impressões digitais dessa gangue naqueles que financiam o consórcio da morte no nosso Estado do Pará.

Sr. Presidente, eu gostaria de registrar um documento de pesquisadores da Universidade e de entidades sérias sobre a importância do Safra Legal no Estado do Pará.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA ANA JÚLIA CAREPA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Forjando Processos Produtivos Equitativos na Amazônia: Lições da Iniciativa Safra Legal - um Acordo entre Movimento Social, Madeireiros e Instituições do Governo para a Extração de Madeira de Áreas de Assentamentos na Transamazônica, Pará, Brasil

Gabriel Medina¹, Raimunda Monteiro² e Anderson Serra³

¹ Centro Internacional de Pesquisa Florestal (CIFOR). Endereço de correspondência:
Convênio Embrapa/CIFOR. Trav. Enéas Pinheiro s/n. Belém, Pa, Brasil. Cep 66095-100.

gmedina@cgiar.org

² Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) / Instituto Seiva

³ Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) / Instituto Seiva

Artigo submetido à revista Acta Amazônica

Resumo

O desenvolvimento na Amazônia brasileira ensaia uma nova fase caracterizada pela redefinição do papel do Estado nas mediações econômicas, pelo maior espaço para a participação da sociedade civil e pelo remodelamento dos processos produtivos com base em um maior equilíbrio de forças entre os setores econômicos e os grupos locais. Os primeiros passos desse momento inédito na história da Amazônia são avaliados à luz de um estudo sobre a iniciativa Safra Legal - um acordo feito em 2004 entre movimento social, madeireiros e agências do governo para a retirada de madeira de assentamentos ao longo da Rodovia da Transamazônica, Pará, Brasil. Há muitas implicações técnicas, éticas e políticas em um acordo desse tipo, no entanto, elas não devem desvalorizar o estabelecimento de um pacto de longo prazo entre setores historicamente antagônicos. Tanto os agricultores familiares como o setor madeireiro se beneficiaram na medida em que protagonizaram a negociação de seus interesses sob a mediação do Estado brasileiro. Lições para os próximos anos do Safra Legal e para experiências semelhantes já em curso no Pará são avaliadas a partir de um estudo de caso feito em um assentamento no município de Pacajá.

Palavras chave: parceria empresa-comunidade, pequenos produtores, madeireiros, desenvolvimento, Transamazônica/Amazônia

Abstract

Development in the Amazon has evolved into a new phase in which the State redefines its role, civil society is given room to participate and economic processes are reformulated in order to achieve greater equilibrium between economic sectors and local groups. The first steps of this unprecedented phase in the history of Amazon are assessed based on a case study of the Safra Legal Program - an agreement made in 2004 among grass root organizations, loggers and government agencies to regulate timber extraction in settlement areas along the Transamazon highway, in Pará, Brazil. There are innumerable technical, ethical and political concerns related to this kind of agreement, but these should not detract from the significance of establishing a long term coalition of historically antagonistic sectors. Both loggers and small farmers benefit from negotiating their terms with the mediation of the Brazilian government. Lessons learnt from a case study carried out in a settlement at the municipality of Pacajá will be used to assess the Safra Legal initiative and discuss similar cases currently taking place in the Amazon.

Key words: enterprise-community partnership, smallholders, loggers, development, Transamazon/Amazon.

Introdução

A Amazônia ainda se recupera do choque moral de eventos recentes como o assassinato de lideranças do movimento social (*O Liberal*, 2005), o avanço de grileiros em áreas tradicionalmente ocupadas por grupos locais (*Diário do Pará*, 2005) e os índices recordes de desmatamento (*Amazônia*, 2005). Tais eventos podem ser considerados corriqueiros em uma região que, desde a década de 1960, é palco do avanço da fronteira econômica nacional, promovido pelo Estado Brasileiro. Fronteira que opõe grandes empresários de regiões com um mercado capitalista mais desenvolvido a populações tradicionais de economia familiar, em uma batalha que não parece ter fim próximo.

Esses eventos, no entanto, não podem impedir que mudanças recentes na conjuntura político-econômica sejam percebidas. Se um dia foi verdade que o governo apoiou indiscriminadamente grupos econômicos de outras regiões (*Fernandes*, 1999), hoje seu financiamento é feito pelo capital privado globalizado e o governo tem se esforçado para a inclusão das populações tradicionais e agricultores familiares no processo de desenvolvimento. Se antes desenvolvimento significava liberar áreas de floresta para a o plantio de pastagens, hoje existem esforços de promoção do manejo florestal (*MMA*, 2005). Se até agora a sociedade civil teve pouco espaço para contra-propostas, hoje seu papel é extremamente proativo.

Se os conflitos sócio-ambientais vão continuar acontecendo na Amazônia, trata-se de resquícios de um contexto histórico que já não existe mais ou da reação de grupos historicamente favorecidos ao novo balanço de forças que fortalece setores antes

marginalizados. Esse maior equilíbrio de forças constitui a base para os primeiros ensaios do estabelecimento de relações produtivas mais equitativas na Amazônia.

Esse tema é discutido com base em lições da iniciativa Safra Legal, um acordo entre instituições do governo (INCRA e IBAMA), movimento social (FVPP, Fetagri e Instituto Seiva) e associações de empresas madeireiras (AIMAT, SIMBAX e AMMAPA), para a extração de madeira nos Projetos de Assentamentos (PAs) ao longo da Rodovia Transamazônica, Pará. Trata-se de um plano para garantir o abastecimento das serrarias da região com madeira legalizada, ao mesmo tempo em que se re-direciona o setor madeireiro para práticas produtivas de longo prazo e com maior contribuição para o desenvolvimento local.

Esse artigo resgata os principais passos dessa iniciativa, refletindo sobre: (1) lições para os próximos anos do Safra Legal na Transamazônica, (2) perspectivas para iniciativas semelhantes já em curso em outras áreas, como na Rodovia Santarém-Cuiabá e (3) novas formas de conceber o desenvolvimento na Amazônia. O artigo está dividido em duas partes: a primeira retratando cada etapa da iniciativa, desde sua articulação inicial até a retirada da madeira dos assentamentos, e a segunda sobre as lições aprendidas para os próximos anos e para iniciativas semelhantes em curso.

Método

Os autores Raimunda Monteiro e Anderson Serra estiveram diretamente envolvidos na concepção e implementação da inici Safra Legal na Transamazônica, participando ativamente de cada etapa de articulação. Gabriel Medina colaborou com a principal função de apoiar no

levantamento de informações como subsídio a reflexões posteriores sobre o andamento da iniciativa. Tratou-se, portanto, de um processo de pesquisa-ação (Sayer & Campbell, 2001) com forte colaboração entre os atores (Pokorny, Cayres & Nunes, 2003).

Todas as reuniões de articulação da iniciativa foram acompanhadas e um estudo de caso foi feito no município de Pacajá, em colaboração com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR-Pacajá). O principal objetivo foi avaliar como as negociações estavam ocorrendo na escala municipal e dentro dos assentamentos. Algumas famílias da Gleba Cobra Verde, em Pacajá, foram entrevistadas e seus lotes foram visitados em janeiro de 2005.

1- O Safra Legal

1.1- Contexto de surgimento

Nos municípios da Amazônia, o setor madeireiro tem reproduzido uma economia de crescimento seguido de colapso, em que o fim dos estoques naturais de madeira provoca um processo de migração das empresas (Veríssimo, Lima & Lentini, 2002). Empresas que migram têm pouco interesse em imobilizar capital na compra de terras e adotam como estratégia negociar a compra da madeira dos proprietários locais, muitas vezes pequenos proprietários. Levantamentos mostraram que 72% da madeira extraída na Amazônia é oriunda de áreas de terceiros (Lentini, Veríssimo & Sobral). Na Zona Madeireira Central do Pará (que inclui os pólos de Altamira, Santarém e Uruará), 61% da madeira em tora serrada é retirada de pequenas propriedades rurais com menos de 500 hectares (Veríssimo, Lima e Lentini, 2002).

São comuns madeireiros que procuram diretamente as famílias e negociam os direitos de extração da madeira em troca de uma pequena quantia de dinheiro e alguns “favores” como a

melhoria de estradas ou o transporte gratuito (Medina & Shanley, 2004). Nesses casos, a extração de madeira quase sempre se dá de forma predatória – pesquisas mostram que para cada árvore extraída na exploração convencional de madeira, outras 27 morrem ou são danificadas no processo (Veríssimo et al. 1996). Também, a madeira normalmente é explorada ilegalmente, uma vez que não provém de áreas manejadas ou com autorizações para desmatamento. Nesses casos, os proprietários locais se beneficiam de forma imediatista com a chegada do setor madeireiro (Castro, Monteiro & Castro, 2002), a possibilidade de manejo de longo prazo é sacrificada por interesses de curto prazo e o Estado brasileiro não arrecada impostos com a atividade ilegal.

Como tentativa de reverter esse quadro, recentemente o governo brasileiro começou a empreender diferentes ações de fiscalização de atividades madeireiras ilegais e predatórias e de promoção de práticas sustentáveis de manejo. Em 2003 o IBAMA realizou várias operações de fiscalização dos planos de manejo de empresas madeireiras do Pará, incluindo aquelas ao longo da Rodovia Transamazônica e Baixo Xingu, mais precisamente na região em que foi criada a Resex Verde para Sempre, no município de Porto de Moz. Como resultado, a maior parte dos planos de manejo até então aprovados foram considerados irregulares (IBAMA, 2005) e as autorizações de transporte de produtos florestais (ATPFs) foram suspensas. Em busca de alternativas para garantir as safras dos próximos anos, os madeireiros procuraram os representantes do governo e dos agricultores da região para discutir possíveis soluções de curto e médio prazos.

Em 2003, o setor madeireiro respondeu com mobilização social à fiscalização do IBAMA, fechando a rodovia Transamazônica. Em 2004, procurou os representantes do governo e dos

agricultores da região para discutir possíveis alternativas para garantir as safras dos próximos anos.

Em algumas reuniões realizadas em abril de 2004 (tabela 1), foi discutida a necessidade de um processo de longo prazo para o setor caminhar para a legalidade e foi elaborada uma proposta de transição para garantir a continuidade das atividades madeireiras na região. A proposta de transição tratou de negociar a madeira dos lotes de agricultores familiares assentados ao longo da Rodovia Transamazônica, ou seja, “uma ação emergencial de comercialização legal das madeiras que serão extraídas das áreas de reserva legal e das áreas desmatadas nos assentamentos” (Ata da reunião de 08/04/04).

De acordo com a legislação ambiental para a Amazônia, o agricultor deve manter uma área de floresta como reserva legal (80% do lote) e também preservar as áreas de proteção permanente (APPs) - próximas a rios, igarapés, morros e lagos. O restante do lote pode ser aberto para a agricultura, pecuária e outras atividades. Essa lei possibilita o uso dos recursos florestais tanto da área de reserva legal quanto das áreas de desmatamento. Para o aproveitamento comercial dos produtos florestais em áreas de reserva legal é necessário elaborar um plano de manejo. Nas áreas para desmatamento, os produtos podem ser aproveitados mediante a autorização do IBAMA, que é concedida quando o agricultor teve seu pedido de autorização de desmatamento (ADM) previamente concedido.

Tabela 1 – Reuniões de articulação da iniciativa Safra Legal

Data/Local/Pauta	Encaminhamentos
03/04/04 / Em Pacajá / Fórum	- Discutir as possibilidades de aproveitamento da madeira de área de agricultura

com os representantes dos sindicatos – preços e benfeitorias	ilegalmente e exercendo uma concorrência desleal, ou seja, empresas que estiveram fora do acordo e que chegaram para se beneficiar das informações sobre os estoques; c) Discutir com o IBAMA, soluções para liberar as 2 722 pedidos de ADM encaminhados e sem resposta no órgão
14/10/04 / Altamira, na ACIAPA / Com o IBAMA de Santarém para agilizar a liberação das ADM	<p>- Explicações do IBAMA Santarém sobre o atraso na liberação das ADMs (principalmente falhas técnicas na elaboração dos pedidos de ADM) e falta de pessoal para fazer as análises individuais de cada processo e "sisprofar" (no dialeto do IBAMA, significa inserir no sistema informatizado que controla a retirada de madeira)</p> <p>- Os setores, agora com os representantes dos STRs (Fetagri), AIMAT e SIMBAX pressionados pelos assentados e pelas empresas, exigiram a criação de uma força-tarefa (Ibama, INCRA e Fetagri) para acelerar as análises e acelerar a liberação dos pedidos de ADM</p> <p>- O IBAMA aceita liberar as ADMs sem "sisprofar", por meio de uma equipe especial montada em Altamira, que faria a análise individual dos pedidos, mesmo que os mesmos compusessem processos por PA, da forma como foi encaminhamento pelo INCRA. Os processos que foram para Santarém continuaram sendo analisadas e inseridos no SISPROF</p>
Outubro a Dezembro de 2004 / Várias reuniões por municípios para as negociações entre os madeireiros e STRs sobre os preços e estradas	<p>- Definição dos preços da madeira a serem negociadas quando da liberação das ADMS e ATPFs</p> <p>- Definição por município, dos travessões de atuação de cada empresa madeireira</p> <p>- Negociações por município sobre as estradas a serem construídas e recuperadas</p> <p>- Dirimir conflitos entre as empresas, de modo que aquelas que participaram do acordo com a Fetagri, Seiva e Sindicatos pudessem ter a matéria-prima negociada em primeira mão</p>

Depois da articulação entre os diferentes setores interessados (madeireiros, governo e representantes dos agricultores) os seguintes passos tomados foram: (a) fazer um

levantamento do potencial produtivo das áreas dos agricultores interessados em participar da iniciativa; (b) promover ajustes no Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre INCRA e IBAMA que já vinha sendo praticado em Marabá; (c) elabora os pedidos de ADM para o IBAMA; (d) fazer as negociações por municípios e; (e) acompanhar os trabalhos nos assentamentos.

1.2 - O mapeamento dos recursos

Como ponto de partida, era essencial saber qual o potencial de produção de madeira de cada assentamento. Foi aplicado um questionário junto a famílias de 32 Projetos de Assentamentos (PAs) e Acampamentos na Transamazônica. Em cada lote foi identificado o número de árvores por espécie existente nas áreas que os agricultores estavam planejando desmatar. Os resultados dos levantamentos feitos em 3.094 lotes mostraram um potencial de produção aproximado de 371.200 m³ de madeira (em geral 3 hectares por lote com 20 m³ de madeira mais 20 m³ de resíduo de cada hectare). Somente os pedidos para os PAs foram considerados, representando 2.722 pedidos de ADM (tabela 2); todos os pedidos para os acampamentos foram indeferidos por indefinição fundiária. Um total de 1.602 pedidos de ADMs foi liberado, gerando 192.240 m³ de madeira com documentação.

O levantamento foi organizado por município. Os custos de campo foram compartilhados pela AIMAT, SIMBAX e AMMAPA. Os custos de reunião dos representantes dos STRs e treinamento ficaram por conta da FETAGRI e FVPP. O Instituto Seiva fez a assessoria do processo, a articulação dos técnicos responsáveis pelo levantamento e as mediações entre os atores - um papel que marca a construção de uma base de confiança e cooperação entre as organizações. A alimentação das pessoas que fizeram os levantamentos foi oferecida pelos

moradores dos assentamentos. Nos municípios de Pacajá e Anapu, os levantamentos e a documentação dos assentados foram feitos pela empresa de consultoria florestal HB Lima.

As espécies com potencial madeireiro foram levantadas por seu nome vulgar e o volume foi estimado pelo agricultor. As principais espécies encontradas foram: amarelão, ipê, jatobá, muiracatiara, freijó, tauari, paricá, cumaru, tatajuba, cedro, jarana, andiroba, estopeiro, curupixa, samaúma, melancieira, angelim, acapu, garapeira, sapucaia.

Tabela 2 - Assentamentos envolvidos no Safra Legal (por município) e número de lotes levantados

Assentamentos	Número de lotes levantados
Pacajá	
Bom Jardim	685
Rio Aratau	650
Lontrão	65
Bela Vista-Talismã	19
Anapuzinho	37
Cupuzal	43
Guaxupé	23
Serra azul	63
Anapu	
Pilão Poente	38
Pilão Poente 1	61
Pilão Poente 2	3
Pilão Poente 3	43
Novo progresso	33

Altamira	
Acampamento do Espelho	34
Assurini	24
Campo Verde	20
Itapurana	30
Morro dos Araras	83
Ituna	3
Senador José Porfírio	
Expansão ressaca	293
Brasil Novo	
Igarapé Flores	56
Medicilândia	
Pontal	22
Surubim	27
Rurópolis	
Campo Verde	97
Novo Paraíso	86
Placas	
Rio das Pedras	34
Placas	73
Campo verde	11
Itaituba	
Gleba arraia	12
Gleba santa cruz	2
Mirituba	13
Jacareacanga	
	39
TOTAL	2722

1.3 - O Termo de Ajustamento de Conduta - TAC

O IBAMA não aprova planos de manejo e pedidos de ADM em áreas com situação fundiária *indefinida*. Nos Projetos de Assentamento, a terra ainda *pertence* à União e o INCRA responde como responsável legal. Como forma de viabilizar a exploração de madeira nessas áreas, o INCRA se responsabilizou junto ao IBAMA como detentor das terras dos PAs, avalizando que as famílias assentadas têm áreas para desmatamento legal. Isso foi formalizado no dia 14 de julho de 2004 em Altamira através de ajustes feitos ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e que já vinha sendo praticado em Marabá desde 17 de outubro de 2003.

1.4 - Os pedidos de ADM

Com base nos levantamentos de campo, foram elaborados os pedidos de ADM pelos técnicos do Instituto SEIVA e da HB Lima. Os pedidos que continham a documentação exigida foram imediatamente avaliados pelo INCRA e seguiram para o IBAMA de Santarém. Os documentos deram entrada no Sistema Integrado de Monitoramento e Controle dos Recursos e Produtos Florestais (SISPROF) e foram avaliados pelo corpo técnico e jurídico. Poucos foram aprovados de imediato no IBAMA; os documentos com irregularidades pequenas foram reavaliados posteriormente e aqueles com muitos problemas foram reprovados. Segundo o representante do IBAMA de Santarém, os principais problemas foram:

- 1- O processo atrasou porque todos os pedidos foram encaminhados para o IBAMA de Santarém, sobrecarregando sua capacidade operacional. Os municípios de Anapu e Senador

José Porfírio são responsabilidade do escritório de Belém e o município de Pacajá do escritório de Marabá;

2- Muitos pedidos foram feitos em nome de pessoas que não constam na relação de beneficiários da reforma agrária fornecida pelo INCRA; esse é caso dos Acampamentos, cuja situação só foi definida no segundo semestre, quando os levantamentos já haviam sido feitos;

3- Casos de lotes com reserva legal não averbada;

4- Casos de agricultores que desmataram anteriormente mais de 3 hectares por ano sem autorização. Isso foi detectado no SISPROF na análise caso a caso;

5- Alguns pedidos haviam sido feitos para agricultores que já desmataram além da área da reserva legal somada à de proteção permanente;

7- Em quase todos os pedidos, o cálculo da reserva legal estava errado. A reserva legal (80% da área total) deve ser somada com as áreas de preservação permanente (APP). Sobre esse equívoco, as organizações atribuíram o erro ao técnico do IBAMA que os treinou.

O web-site do IBAMA mostra os dados inseridos no SISPROF até abril de 2005, comprovando a lentidão do processo de avaliação dos pedidos de ADMs (tabela 3). Para acelerar a avaliação, foi encaminhada uma força-tarefa com técnicos do IBAMA de Altamira e Santarém, INCRA e Instituto Seiva. As autorizações aprovadas pela força-tarefa estabelecida em Altamira foram consideradas provisórias, mas permitiram o aproveitamento da madeira. Somente no município de Pacajá, foram feitos 1.335 pedidos de ADM envolvendo agricultores em todos os travessões dos PAs Bom Jardim e Rio Aratau. Dos pedidos encaminhados, 402 foram aprovados como provisórios até finais de dezembro de 2004.

Tabela 3 - Quantidade de ADM liberadas para Agricultura Familiar nos Municípios partes do Safra Legal, anunciadas no *site* do Ibama.

	Anapu	Itaituba	Uruará	Rurópolis	Placas
Ano 2002	0	0	0	0	0
Ano 2003	0	0	0	0	26
1 semestre de 2004	0	0	0	0	31
Julho 2004	0	4	0	0	6
Agosto 2004	3	0	0	3	10
Setembro 2004	20	1	3	3	43
Outubro 2004	82	0	0	0	19
Novembro 2004	82	0	0	0	20
Dezembro 2004	0	0	0	0	21
Janeiro a abril 2005	0	0	0	0	0

Fonte: *website* do Ibama

1.5 - As negociações pela compra da madeira por município – o caso de Pacajá

Depois das reuniões de articulação gerais, as negociações do processo de extração foram feitas independentemente por município entre agricultores, STRs e madeireiros. Um dos lugares onde a iniciativa Safra Legal começou e mais avançou em 2004 foi na gleba Cobra Verde. A gleba está localizada no Projeto de Assentamento Rio Aratau, no município de Pacajá, que fica a 22 quilômetros da sede do município, sentido Marabá, travessão norte. A negociação se deu entre os STRs e as empresas associadas à AMMAPA, que reúne cinco das dez empresas madeireiras do município.

As dez madeireiras instaladas em Pacajá consomem aproximadamente 80.000 m³ de madeira em tora por ano. A demanda das 5 empresas ligadas ao Safra Legal (Sagrada Família, Malacarne, Concren Madeireira do Tales e Pacajá) é por 50.000 m³ anuais. As 402 ADMs liberadas geraram um volume de 48.240 m³; praticamente o equivalente à demanda das empresas. A madeira da Gleba Cobra Verde foi negociada com a madeireira Sagrada Família; através das ADMs a empresa recebeu 5.800 m³ de madeira legalizada. Sua demanda anual (com uma serra-fita) é por 9.000 m³.

Em visita feita junto com o Sr. Deurival Xavier Santiago (STR Pacajá) à Gleba Cobra Verde foi possível ter uma impressão inicial de como a iniciativa está acontecendo na prática. Os agricultores assentados Srs. Pedro Pereira da Costa e Jorge dos Santos negociaram sua madeira com a Empresa Sagrada Família e, como principal benefício, tiveram, junto com as

outras famílias assentadas, acesso à estrada construída e ao pagamento pela madeira retirada de seus lotes. Em uma gleba contígua, onde a estrada ainda não chegou, o Sr. Nenzon queimou a madeira toda para o plantio da roça (Figura 1).

Tabela 4 – Agricultores da Gleba Cobra Verde, no Município de Pacajá e o pagamento recebido com o Safra Legal

Número do lote	Agricultor	Origem	Tempo que está no lote	Madeira comercializada	Valor recebido	O que fez com o dinheiro?
31 e 32	Pedro Pereira da Costa	Minas Gerais	8 anos	50 a 60 árvores	R\$ 1.100	R\$ 630 para pagar a topografia e o restante para despesas menores
29	Jorge dos Santos	Maranhão	6 anos	70 árvores	R\$ 1.200	Comprou arame para cerca
Gleba contígua	Nenzon	Ceará	5 anos	queimou	-	-

1.6 - Negociações nos assentamentos

Mais do que o pagamento em dinheiro, a maior conquista dos assentados da Gleba Cobra Verde foi ter garantido acesso a estradas construídas pelos madeireiros. O INCRA está promovendo a regularização fundiária, mas a região não tem recursos para a construção de estradas nos novos PAs. Por isso, a maioria das famílias continua com acesso muito restrito à sede do município. Na Gleba Cobra Verde, até 2003, o transporte para a cidade de Pacajá se dava através do Rio Aratau. Os poucos ramais existentes foram feitos algum tempo atrás por madeireiros em troca da madeira dos agricultores. Com o Safra Legal, a estrada foi construída e mantida pelo madeireiro independentemente da negociação pela madeira, que foi comprada a preço de mercado. Para a construção da estrada foi feita uma parceria entre o madeireiro,

que forneceu o trator e combustível, e a prefeitura, que emprestou a máquina Patrol. Uma estrada com 20 km foi construída junto com ramais de acesso para a casa de cada colono. Trata-se de ensaios de uma espécie de parceria público-privada, um dos aspectos estruturais da relação entre assentados, setor privado e Estado, que ainda avançou pouco nesse primeiro ano.

Segundo Sr. Pedro da Costa, a estrada é um investimento de longo prazo para o madeireiro: “Ele vai sempre ter interesse em endireitar a estrada porque vamos sempre negociar com ele. Aqui não entra ‘picareta’ (madeireiro que troca madeira por estrada)”. De acordo com o vice-prefeito de Paçajá, Dorin: “como estava só era justo para o picareta, que fazia os ramais em troca de 10 árvores de cada lote. O Safra Legal é uma primeira busca de alternativas”. A estrada do Safra foi feita conforme acordado previamente prevendo:

- **Pontes duradouras** - na estrada do Safra Legal foram usadas “pontes secas”, onde o igarapé é coberto com pranchões de madeira ou com toras ocas cobertas com terra (Figura 2). Não é mais usada a “bucha”, onde galhos de árvores são colocados nos rios e cobertos com terra. Esse método permite que a água passe por entre os galhos, mas as pontes nunca resistem ao inverno.

- **Os madeireiros não extraem madeira no inverno** – os madeireiros envolvidos com o Safra Legal só podem transportar madeira até o período em que a intensidade das chuvas ainda permite o tráfego sem comprometer a estrada. Os madeireiros “picaretas”, são impedidos de rodar durante todo o ano uma vez que a estrada é privada e em áreas privadas.

- **As estradas são bem construídas** – com declives que escoam a água de forma a evitar poças de lama.

Além da estrada, as famílias receberam uma média de R\$ 1.000,00 (tabela 3) em troca da madeira de suas áreas de desmatamento. Os preços pagos por espécie variaram em torno de R\$ 150 por árvore das espécies mais valiosas até R\$ 35 das espécies para laminação (tabela 4).

Tabela 4 - Preços pagos pela madeira das áreas de assentamento no município de Pacajá

Tipo	Espécies	Preço por árvore (R\$)*	Diâmetro de corte
Madeira de Lei	Ipê	100 a 150	Acima de 150 de rodo
Branca	Angelim, cumaru, jatobá, amarelão, andiroba, angico, corrupixá,	50 a 55	Acima de 200 de rodo
Lâmina	Faveira (paricá), samauma, copaíba	35 a 40	Acima de 200 de rodo

*A variação pequena de preços se deve a diferentes distâncias. Em geral os madeireiros estão buscando madeira entre 20 e 30 km. Os preços negociados seguem os preços do mercado local.

2 – Lições do Safra Legal

2.1 - Próximos anos da iniciativa

O Safra Legal se constitui em uma primeira tentativa de articulação política e produtiva entre setores que historicamente não interagiam. Muito tempo foi necessário para que madeireiros e organizações dos agricultores pudessem estabelecer as regras da negociação e também um esforço extra de flexibilização foi demandado das instituições governamentais que aceitaram se envolver no processo. A experiência desse primeiro ano tem lições que permitiram um grande aprendizado comum, essencial para o planejamento das atividades dos próximos anos:

1- Reserva Legal – Em 2004, as áreas de desmatamento foram a única fonte de madeira. Isso garantiu o aproveitamento da madeira de áreas cuja destinação agropecuária obedece a uma racionalidade de investimentos da agricultura familiar na região. Para os próximos anos, no entanto, existe interesse em priorizar o manejo em áreas de reserva legal como estratégia produtiva de longo prazo.

2- Modelo alternativo - Implementou-se uma alternativa ao modelo de queima da madeira em áreas de roça e aos mecanismos anteriores de troca da madeira por estradas. Isso permite que um considerável volume de madeira antes desperdiçada (principalmente madeira branca e com diâmetros menores, de menor interesse comercial) seja aproveitado em benefício dos agricultores.

3- Continuidade – Apesar de muitas dificuldades, o Safra Legal continua nos próximos anos e está inspirando iniciativas em outras áreas. Em reunião realizada no início de maio de 2005, as agências do governo manifestaram seu interesse em continuar apoiando o Safra Legal, controlando o ritmo das atividades em 2005 para garantir que ele não atrase e nem seja desvirtuado.

4- Dificuldades Como se trata de um plano emergencial, em muitos municípios os acordos iniciais ficaram restritos às lideranças do movimento social, sem a participação efetiva das

famílias assentadas. Em alguns casos, existem denúncias de que as ATPFs foram usadas para transportar madeira de outras áreas que não dos assentamentos ("esquentando" madeira).

5- Atraso na liberação das ADMs – O atraso na publicação do TAC, os muitos erros derivados da baixa capacidade técnica dos STRs na elaboração dos pedidos de ADM, agravado pela demora das análises no IBAMA, comprometeram a liberação das ADMs. A Força-tarefa estabelecida acelerou o processo burocrático, mas o atraso já era muito grande e as pretensões de uma "Safrá Legal" foram comprometidas com a chegada do inverno e a queima das roças pelos assentados. A madeira que não foi queimada foi transportada ilegalmente, implicando em perda de credibilidade do processo.

2.2- Lições para outras iniciativas

No dia três de fevereiro de 2005, IBAMA, MDA, MMA, INCRA e setor madeireiro acordam medidas que buscam viabilizar fontes legais de madeira para madeireiros do Pará. Entre as medidas mais concretas, está a política para a retirada de madeira de áreas de assentamentos, a ser viabilizada por projetos de manejo florestal nas áreas de reserva legal dos lotes (Diário do Pará, 2005b).

O IBAMA vai executar essa proposta junto as produtores familiares de áreas de colonização e assentamentos ao longo da rodovia Santarém-Cuiabá. Nesse sentido, as lições do Safrá Legal, que começou como uma iniciativa localizada, ganharam grande importância regional. Para iniciativas semelhantes, os seguintes aspectos são importantes de serem considerados:

1- A iniciativa é legítima – porque nasceu de uma discussão de atores sociais que estão na região há décadas e constituem a base produtiva dos municípios da Transamazônica. Do

ponto de vista dos agricultores, as instituições envolvidas são historicamente representantes da agricultura familiar na região. Do lado dos madeireiros estão as associações que identificaram na iniciativa uma oportunidade de acesso legal à madeira e uma aproximação a grupos que estão articulados com o governo e suas instituições.

2- *Mediação do movimento social* - não se tem registro de outra iniciativa na Amazônia de negociação entre madeireiros e pequenos produtores em que o movimento social estivesse mediando. A presença da FVPP, Instituto Sciva, Fetagri e STRs garantiu barganha e representatividade aos agricultores no momento das negociações. Experiências de negociações diretas entre madeireiros e pequenos produtores normalmente resultam em acordos com poucas vantagens para os produtores (Medina & Shanley 2004).

3- *Associa interesses individuais* - um motivo importante para a continuidade da iniciativa é que os interesses dos diferentes setores envolvidos se associam. O agricultor, que antes vendia a madeira de suas roças ilegalmente ou a queimava, agora pode ser pago e negociar a infraestrutura para seu PA. Os madeireiros têm acesso a uma fonte legal de madeira de longo prazo. As agências do governo garantem a presença do Estado nesses processos e o movimento social se fortalece diante de sua base (Figura 3, Tabela 5).

4- *Políticas públicas incorporando iniciativas locais* - a maior parte da política florestal para a Amazônia brasileira tem incorporado pouco as contribuições de iniciativas locais, diferente de outros países sul americanos como, por exemplo, a Bolívia (Pacheco, 2003). Exemplos em que, sem apoio externo, grupos locais conseguem propor alternativas de gestão florestal têm lições importantes para políticas públicas. Em alguns aspectos, o caso Safra Legal mostra a pouca capacidade propositiva do IBAMA, que mesmo com a assinatura do TAC teve pequena flexibilização institucional, atuando mais como uma instituição centralizada de avaliação burocrática dos pedidos de ADM do que como um parceiro ativo no processo. Foram

residuais as Autorizações de Desmate emitidas pelo IBAMA através do SISPROF. As dificuldades de manter a credibilidade do processo foram se avolumando e, aos poucos, foi se generalizando a impressão de que o Estado não está preparado para implementar medidas mais modernas de gestão e de que suas agências não se dispõem a fazer dispêndios extras em ações afirmativas como o fazem nas necessárias ações punitivas. A participação do INCRA foi muito mais descentralizada e afirmativa, embora pudesse ter sido mais ágil na definição de seu posicionamento sobre os acampamentos, onde a exploração e a comercialização ilegal de madeira continuará acontecendo com menos controle.

5 - Políticas públicas incorporando iniciativas locais 2 – Por outro lado, a institucionalização do Safra Legal pelo IBAMA na Transamazônica a partir de 2005 e a promoção de iniciativa semelhante para a região da Santarém-Cuiabá, mostra evoluções importantes do governo no atendimento de demandas locais sobre a gestão florestal na Amazônia Brasileira.

Tabela 5 – Interesses que o Safra Legal associa

Instituição	Interesse
INCRA	Desenvolver os assentamentos – renda para as famílias e infra-estrutura (estradas)
Movimento social (Fetagri, FVPP e STRs)	Fortalecimento político. Fetagri - criar condições para a legalização dos desmates de áreas de agricultura familiar, com vistas ao controle dos desmatamentos, promover o maior rendimento das atividades florestais e garantir acesso a crédito. FVPP - essa ação emergencial faz parte do estabelecimento de um planejamento estratégico de curto, médio e longo prazo para a utilização sustentável das florestas da região Transamazônica e Xingu
Madeireiros	Acesso à madeira de fonte legal
Agricultores familiares assentados	Dinheiro da venda da madeira, infra-estrutura e legalização de seus desmatamentos possibilitando acesso futuro ao crédito
Prefeituras	Algumas prefeituras (como a de Pacajá) parcerias com madeireiros para a construção

	e manutenção de estradas e geração de emprego e renda.
IBAMA	Contribuir para a regularização dos desmatamentos e do setor madeireiro madeireiro de forma pró-ativa

Conclusões

Com razão os atores envolvidos diretamente na iniciativa *Safra Legal* avaliam como delicadas as implicações técnicas, jurídicas, éticas e políticas em um acordo desse tipo. É alto o risco da iniciativa ser desvirtuada ao longo do processo ou de não conseguir ter continuidade. No entanto, as dificuldades imediatas não devem impedir que avanços conjunturais sejam reconhecidos.

É importante reconhecer o mérito desse ensaio de aproximação entre setores sociais

historicamente conflitantes em busca de estratégias de benefícios partilhados. O *Safra Legal* é uma articulação localmente estabelecida para manter as atividades do setor madeireiro enquanto beneficia as famílias assentadas. A iniciativa conta com o apoio das agências do governo através de suas estratégias de promover o desenvolvimento local de longo prazo. O setor madeireiro passa a ser entendido como um possível aliado na construção de um projeto de desenvolvimento local de longo prazo e passa a se beneficiar na medida em que se legaliza e busca fontes de madeira manejada. O Estado estabelece presença propositiva com suas agências contribuindo para novos arranjos produtivos, e os agricultores e suas organizações se fortalecem na medida em que suas estratégias de desenvolvimento são encampadas.

Avaliando a história do desenvolvimento regional, essa iniciativa, mesmo que pontual e em relativa pequena escala, aponta para mudanças significativas na forma de conceber os processos produtivos na Amazônia. Consigo, ela traz a mensagem de que novas formas de desenvolvimento integral estão sendo forjadas com a participação dos grupos locais e o papel

ativo do Estado na promoção de economias sustentáveis. A seguir as principais análises que podem ser feitas a partir da experiência do Safra Legal:

1. Historicamente na Transamazônica, o comércio de madeira da área de colonização foi estrutural ao processo de ocupação, assim como nos PAs. Na maioria dos municípios, essa comercialização ocorreu sem uma orientação política das organizações sociais mais importantes, como os STRs e a Fetagri. A relação direta entre empresas e colonos/assentados (antes com a mediação do INCRA) resultou em conflitos, acordos com vantagens reduzidas para os detentores da matéria-prima e no uso do mecanismo para “esquentar” madeira.
2. A utilização de madeira dos PAs é estrutural no atual modelo de reforma agrária na Amazônia. Até 2002, se dava por meio de acordos de legalidade e legitimidade duvidosas, em condições em as empresas madeireiras davam as regras do mercado e das condições de compensação (estradas, pontes, etc.). Quando a madeira acabava, os Projetos de Assentamento eram abandonados, pois a madeira era o primeiro e principal capital de ligação com o mercado.
3. Com as restrições impostas pela intensificação da fiscalização do IBAMA, a extração controlada das madeiras das áreas de desmate dos agricultores se tornou a opção mais viável de imediata aplicabilidade para suprir a demanda de matéria-prima legalizada. O TAC entre IBAMA e INCRA, regulamentando a extração da madeira nos PAs foi o marco de orientação para a viabilização dessa atividade.

4. Nos casos de Pacajá e Anapu onde, entre os grupos madeireiros oriundos de Paragominas estavam algumas empresas com planos de longo prazo, houve uma aproximação com os STRs, tornando-os os mediadores mais qualificados na relação com os PAs. Essa relação, ainda carente de estudos aprofundados, resultou em uma base de confiança entre os fornecedores e compradores. A relação serviu de modelo para a iniciativa Safra Legal na crise de 2004, aproximando as representações das empresas (AMMAPA, AIMAT e SIMBAX), das organizações dos colonos/assentados, aliados pela mediação do Instituto Seiva e da FVPP.
5. O Safra Legal foi então, uma ação planejada pelas organizações das empresas e dos fornecedores (PAs), com a participação e ciência do INCRA e IBAMA, em processo dialogado em todas as etapas. O mais importante, o planejamento do setor previra um projeto estratégico de conversão da exploração à legalidade, na qual o Safra Legal era a via imediata, mas com ações previstas para médio e longo prazos visando o incremento do manejo, dentro dos marcos de modernização que vem sendo implementados pelo Governo Federal. Nesse projeto, as organizações dos agricultores familiares têm como objetivo estratégico participar da economia florestal por meio do manejo em pequena.
6. A legislação ambiental e seus instrumentos regulatórios são satisfatórios, mas precisam de adequações para aplicação na realidade da região. Como se trata de um modelo de uso dos recursos naturais com raízes históricas, estruturais e institucionais fortemente alicerçadas no país, o Estado precisa aumentar o seu esforço para criar as condições de aplicabilidade

da sua legislação, estimulando as iniciativas que levem à conversão das maiores parcelas dos setores à legalidade.

7. O *Safra Legal* foi uma experiência relevante, principalmente como demonstrativa de limites estruturais que dificultam as intenções de se promover a legalidade a curto prazo nesse setor. Como primeira iniciativa de organização de uma iniciativa permeada de vícios e irregularidades, o *Safra Legal* pretendia iniciar o controle sobre a relação empresa-assentado, buscando a mediação de suas organizações representativas. A expectativa de correspondência documental-realidade era pequena nessa primeira experiência, considerando a complexidade de atores, interesses, ambiente institucional, dificuldades de ajustes à legislação, custos de organização, entre outros. Porém, as dificuldades impostas pelos próprios órgãos de governo contribuíram para que a expectativa de correspondência documental-realidade baixassem em muito, pois não houve como controlar os desmates em tempo real e o destino das madeiras.
8. Com a iniciativa do IBAMA em promover formas semelhantes de negociação na região da Rodovia Santarém-Cuiabá e dar continuidade às articulações na Transamazônica, todo o processo se institucionalizou. A iniciativa que nasceu de uma articulação de grupos locais e buscou envolver o governo agora foi incorporada e passou a ser conduzida pelas agências responsáveis.

Siglas:

FVPP – Fundação Viver, Produzir e Preservar

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

AIMAT – Associação das Indústrias Madeireiras de Altamira

AMMAPA – Associação Madeireira dos Municípios de Anapu e Pacajá

ACIAPA – Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Altamira, Pará

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores da Agricultura

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMA – Ministério do Meio Ambiente

SIMBAX – Sindicato das Indústrias Madeireiras do Baixo Xingu

Bibliografia

- Amazônia. 2005. Desmatamento da Amazônia é o Segundo Maior da História. www.amazonia.org.br. Acessado em 19 de maio de 2005.
- Castro, R.; Monteiro, R.; Castro, C. P. 2002. *Atores e Relações Sociais em Novas Fronteiras na Amazônia: Novo Progresso, Castelo de Sonhos e São Félix do Xingu*. (Relatório Técnico)
- Diário do Pará. 12 de fevereiro de 2005. Assentamentos vão Garantir Safra 2005: INCRA, IBAMA, Madeireiros e agricultores vão viabilizar a retirada de madeira dos Assentamentos. Madeira. *Diário do Pará*. Belém.
- Diário do Pará. 2 de fevereiro de 2005. Proteção para a Última Reserva Florestal do Pará: Terra do Meio Vai Ter Plano de Uso. Expedição: *Diário do Pará*. Belém.
- Fernandes, M. 1999. *Donos de Terras: Trajetória da União Democrática Ruralista – UDR*. Belém: NAEA/UFPA. 187p.
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. www.ibama.gov.br. Acessado em 5 de maio de 2005.
- Lentini, M.; Veríssimo, A. & Sobral, L. 2003. *Fatos Florestais da Amazônia 2003*. Belém: Imazon.
- Medina, G.; Shanley, P. 2004. Big Trees, Small Favors: Loggers and Communities in Amazônia. *Bois et Forêts des Tropiques*. 282 (4) 19-25.
- MMA – Ministério do Meio Ambiente. www.mma.gov.br. Acessado em maio de 2005.
- O Liberal. 18 de maio de 2005. CPT Cobra Ação do Estado: Nota Divulgada pela Comissão Pastoral da Terra Pede Providências do Poder Público Contra Violência e Mortes Recentemente Registradas em Anapu. Atualidades: *O Liberal*. Belém.
- Pacheco, P. 2003. *Municipalidades y Participación Local en la Gestión Forestal en Bolivia*. In: Ferroukhi, L. *La Gestión Forestal Municipal en América Latina*. San José: CIFOR / IDRC.
- Pokorny B, Cayres G. and Nunes W. 2003: Participatory Analysis of Heterogeneity, an Approach to Consolidate Collaborative Initiatives at Community Level. *Forests, Trees and Livelihoods* 13 (2). 161 - 175
- Sayer, J.A. & Campbell, B. 2001. *Research to Integrate Productivity Enhancement, Environmental Protection, and Human Development*. *Conservation Ecology* 5 (2): 32. URL: www.consecol.org/vol5/iss2/art32.
- Veríssimo, A.; Barreto, P.; Mattos, M.; Tarifa, R.; Uhl, C. 1996. *Impactos da Atividade Madeireira e Perspectivas para o Manejo Sustentável da Floresta numa Velha Fronteira Amazônica: o Caso de Paragominas*. In Barros, A. ; Veríssimo, A. (Edts). *A Expansão da Atividade Madeireira na Amazônia: Impactos e Perspectivas para o Desenvolvimento do Setor Florestal no Pará*. Belém: Imazon
- Veríssimo, A.; Lina, E.; Lentini, M. 2002 *Pólos Madeireiros do Estado do Pará*. Belém: Imazon.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, com mais dois de tolerância.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero começar homenageando o Estado de V. Ex^a, Senador Tião Viana, porque, quando vinha no carro, ouvi o Senador Marcelo Crivella dizer que infelizmente não conhecia o Acre. Eu conheci o Acre e guardo a melhor recordação, não só da eficiência do Governador, mas porque, quando eu era Ministro das Minas e Energia, houve ali o lançamento do programa Luz no Campo, na maior festa de integração. Foi ali que o programa, efetivamente, teve um grande avanço: no Acre, na sua terra, Senador Tião Viana. Esse programa foi transformado no Luz para Todos, do Governo Federal. Mas, no Acre, ele foi mais do que consolidado porque foi consolidado com muita emoção. Faço esse registro e aconselho o Senador Marcelo Crivella a ir ao Acre.

Outra vez, venho tratar dos problemas de energia. Na semana passada, estive aqui falando sobre o Nordeste.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Ouço o aparte do Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Como V. Ex^a abordou o assunto, não poderia deixar de fazer um breve comentário. Reiteradas vezes, disse que V. Ex^a, quando Ministro das Minas e Energia, foi quem nos abriu a oportunidade do programa Luz no Campo. Contemplamos hoje essa iniciativa de V. Ex^a, que sempre tratou nosso Estado com muito carinho enquanto Ministro de Estado. Volto a dizer que, até hoje, estamos em dívida com V. Ex^a para lhe trazer alguns dos resultados gerados pela matriz de energia que chegou ao nosso Estado.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Fico compromissado em trazer a V. Ex^a, no momento mais oportuno, uma lembrança do período em que V. Ex^a nos ajudou bastante.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Agradeço-lhe muito, Senador Sibá Machado.

Na semana passada, tratei de problemas de energia: o gás da Bolívia, a possível futura falta de energia no Nordeste por não ter opção de geração de energia desde que o nosso rio São Francisco está esgotado para essa finalidade, a nossa dependência de energia térmica.

O problema do gás ficou muito evidente com a questão da Bolívia, e todos sabemos que não é um assunto conjuntural, é um problema político, estrutural, antigo, que vai continuar.

Sobre o gasoduto feito com a Bolívia, aponteí vantagens e desvantagens. Entre as desvantagens, citei que a Petrobras havia abandonado um pouco o projeto de gás e, por isso mesmo, confiando no fornecimento de energia do gás da Bolívia não investiu o que devia, não deu a atenção que o assunto merecia. Esse problema não é da atual direção, é antigo, muito antigo. A Petrobras buscava os projetos mais rentáveis e o petróleo era muito mais rentável que o gás. Não tenho nada contra isso, mas o gás é absolutamente estratégico.

Baseado nisso e naquilo que aponteí na semana passada, e como já vinha trabalhando há algum tempo em cima de um projeto de regulação do gás, resolvi apressar a sua apresentação.

Deixo claro que é uma contribuição ao governo. Não entendo que meu projeto seja o melhor de todos, não é isso. Mas acho que, neste momento, sobretudo, na defesa do interesse da minha Região do Nordeste, tenho a obrigação de acelerar ou de facilitar essa questão do gás.

Desde que cheguei ao Senado Federal, tenho trabalhado em todas as áreas na busca de soluções para os problemas do meu País. Foi dessa forma que apresentei um voto em separado na reforma tributária; foi dessa forma que apresentei um projeto da universalização dos serviços de energia elétrica, que gerou o Programa Luz para Todos, que o Governo aproveitou – fiquei muito feliz com isso. Entendo que o meu projeto de autonomia do Banco Central também vai nessa direção e entendo, outra vez, que não deve ser o melhor projeto de todos, ou pode não ser, mas seguramente é um marco para que esse assunto venha a ser discutido.

Na questão do setor elétrico, trabalhei conjuntamente com o Senador Delcídio Amaral, Líder do Governo, em várias reuniões com o Ministério, algumas com duração de até seis horas, sempre buscando soluções. O mesmo ocorreu em relação à Lei de Informática, em relação ao biodiesel e ao programa do microcrédito produtivo. No tocante a esse último, hoje busco esclarecer bem o assunto, até junto com o Governo. Fui a Washington visitar o BID e o Banco Mundial, numa missão do Senado Federal, buscando os melhores caminhos, as melhores experiências em relação ao assunto.

Então, quero deixar muito claro que, na apresentação desse projeto, não há nenhum tipo de enfrentamento com o Governo, não é isso. Entendo que o

momento é delicado e que a Ministra sofreu toda sorte de dificuldades – as mesmas que eu sofri e outras adicionais. Creio que V. Ex^a, Senador Delcídio Amaral, concordaria comigo que, quando tratamos da questão do gás, aqueles problemas que impediam que se fizesse um programa prioritário de termoelectricidade mais rápido estão presentes até hoje: o preço do gás, a não-passagem para tarifa da variação cambial do preço do gás, não se ter um modelo absolutamente claro das agências reguladoras – esse assunto ainda está na Câmara. São dois assuntos da maior importância, como é a questão do ouvidor – que já existe – e do contrato de gestão, que onde existe não funciona.

Mas, em todo esse ambiente regulatório, existem os mesmos problemas de antes, agravados por outros. O primeiro deles que me parece importante lembrar é a preponderância política das questões ambientais, que faz com que, ao longo desses últimos três anos, não tenha a Aneel podido conceder nenhuma concessão nova – entre outros motivos, esse talvez seja o principal.

O Governo enfrenta dificuldades internas e dificuldades externas. Nas dificuldades internas, eu acrescentaria, hoje, o efeito perverso da alta carga tributária no setor de energia, que não é novo, mas que foi agravado sobretudo com a questão do ICMS, das alíquotas por dentro, das alíquotas por fora, um assunto que vai de encontro àquilo que o novo modelo do sistema elétrico brasileiro pretendeu, que era modicidade tarifária. O Governo fez o modelo, em que a modicidade tarifária, a tarifa mais baixa faz com que se tenha uma dificuldade para buscar investimento, mas, no mês seguinte a que o modelo estava em vigor, o Governo taxou com o PIS/Cofins, possivelmente aquele ganho que se teria tido, ou parte daquele ganho da modicidade tarifária de uma tarifa mais baixa. Isso é um problema sério e que tem reflexos futuros.

No plano externo, as dificuldades também existem, além da questão boliviana. Passamos, hoje, por um momento, talvez não percebido claramente, mas de mudança de financiamentos de infra-estrutura. Aquela idéia de que o setor privado podia e devia resolver os problemas da infra-estrutura do País, acho que está muito claro que, em primeiro lugar, não é verdadeira, e, em segundo lugar, ela muda conforme o setor.

Na área de energia elétrica, dificilmente, se vai conseguir algo maior que 50% de participação do setor privado. Na área de telefonia, de telecomunicações, isso pode chegar a 90%, e de uma infra-estrutura, de uma forma geral, a um terço.

Essas não são observações apenas minhas, são observações colhidas recentemente nessa viagem a Washington, da posição do Banco Mundial e do BID. Os

Estados, o Governo Federal e o Governo Estadual vão ter que voltar a investir em infra-estrutura. A iniciativa privada não vai dar conta de tudo de que precisa.

Além disso, nessas dificuldades externas, existe o momento político delicado; existe o ambiente regulatório, que não é dos melhores e que precisa ser aperfeiçoado. Então, repito, que é por essas razões todas que me apressei em apresentar aqui no Senado esse projeto de lei, novamente movido pelo mesmo espírito público e preocupado com essa questão, agravada por todas essas causas a que me referi.

As importações de gás natural, hoje, equivalem a 50% da oferta de gás natural no Brasil e são chaves para o atendimento, principalmente dos mercados do Centro-Oeste, do Sudeste e do Sul do País. São milhares de estabelecimentos industriais e comerciais, residenciais, usinas termoeletricas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – E aqui quero fazer um parêntese para a importância das usinas termoeletricas, hoje e futuramente. Eu conversava ontem, Senador Delcídio Amaral, com o Governador do Rio Grande do Sul sobre quão importante é hoje para o Rio Grande do Sul essa questão das termoeletricas; quão importante foi – e foi resolvida – a questão termelétrica no Rio de Janeiro; quão importante é a questão termelétrica no Norte; quão importante é a questão termoeletrica em São Paulo para que se tenha geração no centro de carga, que evidentemente daria um aspecto de segurança muito maior.

Além disso, não me refiro apenas à importância das termoeletricas hoje, mas a sua importância futura, porque, cada vez mais, vamos depender delas. Então precisamos realmente de uma regulamentação.

No Estado de São Paulo, por exemplo, mais de 70% da oferta de gás natural têm origem na Bolívia, e precisamos desenvolver o Campo de Mexilhões, precisamos que a Petrobras faça esse esforço de guerra.

Então, para mim, fica muito clara a necessidade de reduzirmos essa dependência. A utilização do gás natural na indústria eleva a produtividade de vários processos e incrementa a qualidade dos produtos fabricados nos setores de vidro, cerâmica e tantos outros. É uma fonte crescente de geração de energia elétrica, evita problemas de falta de segurança e, na medida em que se resolve esse problema, tem-se efetivamente a solução dos problemas do País, sobretudo os problemas do Nordeste.

Concedo um aparte ao Senador Delcídio Amaral.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Meu caro Senador Rodolpho Tourinho, tão competente, con-

sidero fundamental destacar alguns temas trabalhados e discutidos por V. Ex^a aqui no Senado Federal, desde o microcrédito, passando pela questão da reforma tributária, da reforma do setor elétrico, chegando à questão do gás. Senador Rodolpho Tourinho, ficou muito bem entendido o posicionamento de V. Ex^a, especialmente na apresentação do Projeto de Lei do Gás. É importante registrar que V. Ex^a é uma Oposição que discute com o Governo, que apresenta propostas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – E isso é fundamental para que tenhamos condições de construir boas soluções para o País. V. Ex^a apresenta, hoje, a Lei do Gás, fundamental para atender não apenas à geração de energia. E alguns insistem em questionar a termoeletricidade, que é definitiva para o País, principalmente na busca da otimização energética do nosso sistema, sem, evidentemente, esquecer que a vocação do Brasil é a hidroeletricidade. Mas, também, a utilização do gás natural, meu caro Senador Rodolpho Tourinho, para outros segmentos da economia, como V. Ex^a bem disse: o comércio, a indústria, as residências, o gás natural veicular e a necessidade de uma legislação para resolver aqueles problemas que já vêm de muito tempo, ainda quando V. Ex^a era Ministro de Minas e Energia. É pertinente que venhamos a discutir, no Senado, essa legislação, no sentido não só de consolidar o gás natural na matriz energética, mas de criar um arcabouço legal que promova os investimentos num setor tão importante para o País. Sr. Presidente, em função das dificuldades na Bolívia, tivemos oportunidade de ouvir as opiniões de muitas pessoas, algumas delas questionando o porquê de se fazer o gasoduto Bolívia-Brasil, uma vez que havia instabilidade na Bolívia, como se essa prática não fosse absolutamente consolidada em vários Continentes. Raciocínios desse tipo, meu caro Senador Tourinho, levam-nos a acreditar que, com base nesses conceitos, jamais seria levado, por exemplo, gás natural da ex-União Soviética, hoje Rússia, para atender os países europeus. O que falta, sim, Senador Rodolpho Tourinho, é uma malha de gás. O conceito é o mesmo do de linha de transmissão. Deve existir um sistema interligado, integrado, com gás natural da Argentina, da Bolívia, do Peru, de Camamu, para fortalecer esse sistema todo que está, hoje, em operação, mas que ficou obstaculizado pela falta de investimentos necessários para integrar a nossa malha. Por isso, Sr. Presidente...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O tempo de V. Ex^a já toma quatro minutos do discurs-

so do orador. Peço que conclua, uma vez que S. Ex^a já está além do limite.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Concluo, Presidente. Portanto, vem num momento fundamental a apresentação desse projeto de lei do gás natural, que, com certeza, vai contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Parabéns, Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Delcídio.

Eu pediria ao Sr. Presidente uma tolerância de dois minutos, para eu concluir.

No caso específico, esse projeto foi montado, Senador Delcídio Amaral, dentro da mesma concepção do sistema elétrico brasileiro, só que foi apartado da Lei do Petróleo, que acabou com o monopólio no Brasil. Ele representa essas duas coisas: a extração do gás de dentro do petróleo, colocando-o dentro do modelo do sistema elétrico brasileiro.

Vamos ter oportunidade de discutir isso aqui, mas essa é a informação que considero importante.

Considero importante, também, dizer e repetir que o que busco na discussão desse projeto é a solução dos problemas sobretudo do Nordeste, porque tenho certeza, Senador Tasso Jereissati, de que não teremos energia no Ceará e na Bahia se não tivermos equacionado o problema regulatório do gás natural.

Quero repetir que o que me preocupou em trazer imediatamente esse projeto à discussão foi a questão toda da Bolívia e o momento que passamos. De maneira nenhuma pretendo, neste momento, substituir o Governo. Entendo o esforço enorme que está sendo feito pela Ministra e S. Ex^a sabe da admiração e respeito que tenho por sua competência.

Então, quero me somar, trazendo minha colaboração, mas olhando sobretudo para essa questão do Nordeste, que me preocupa muito.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena, por cessão do Senador José Jorge.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, além de todos os assuntos relacionados à delinquência de luxo e às ratanzas de terno e gravata que circulam nas instituições do País, há um assunto que foi sacado com rapidez para tentar, por meio de uma tática diversionista, ludibriar a opinião pública, e que, ao mesmo tempo em que impede o aprofundamento das investigações, também atenua as tensões sociais, apresentando a

reforma política como a panacéia a resolver todos os males da estrutura política nacional.

Sabemos todos nós que a reforma política é extremamente necessária, inclusive para aumentar a permeabilidade dos espaços políticos ao controle da sociedade. Não é isso que está sendo discutido, verdadeiramente, até porque todos os crimes que estão sendo apresentados, entre o estarecimento e a indignação da sociedade de uma forma geral, toda a bandalheira que está sendo mostrada já é proibida pela ordem jurídica vigente. O Senador Jefferson Péres e outros Parlamentares falaram sobre isso por várias vezes. A ordem jurídica vigente, a legislação em vigor e o Código Eleitoral proíbem a delinquência que está sendo apresentada de forma ostensiva e nauseante para a opinião pública.

Qual debate está sendo feito, volto a repetir, como uma medíocre tática diversionista para impedir o aprofundamento das investigações e ludibriar a opinião pública? Muita gente pergunta: tem o Congresso Nacional autoridade para fazer alguma coisa antes do esclarecimento de todas as denúncias que são apresentadas? Como ficam as votações que foram feitas no Congresso Nacional? Várias votações foram feitas no Congresso Nacional, inclusive a da reforma da Previdência, em que Parlamentares eram comprados para votar. Um dos componentes de balcão de negócios sujos era o “mensalão”, além dos cargos, prestígio, liberação de emendas e, certamente, outros mais sofisticados, menos denunciados, mas que também são parte da velhaca, carcomida promiscuidade nas relações entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional.

Primeiramente, já estão sob suspeita todas as votações que se deram no Congresso Nacional. Votações com Parlamentares vendidos e Governo comprando já estão sob suspeita. Em segundo lugar, as pessoas perguntam: “Mas tem esse Congresso legitimidade para discutir alguma coisa?”

Quando se apresenta o debate da reforma política, isso chega a ser absolutamente cômico. Como ocorre com qualquer dona de casa, se a fossa estoura, conserta-se o banheiro. Como a “fossa estourou”, o mecanismo para consertar o “banheiro” é apresentar à sociedade a reforma política como a panacéia para resolver todos os males.

Por que não tratam de um tema essencial como o financiamento de campanha? Primeiro, mentem, de forma desvairada, usando três aspectos: ora é a permanência da cláusula de barreira, dizendo que ela impede a proliferação de muitos Partidos pequenos, como se não estivesse, inclusive, no seio dos grandes Partidos, em que os seus Parlamentares, muitas vezes, posam de alto clero mas têm a estatura moral da

ralé. Mas ficam dizendo que é isso que vai resolver a proliferação de Partidos.

Uma outra coisa é a tal fidelidade partidária. Esta é ainda mais nojentinha. O que é fidelidade partidária? É fidelidade ao programa do Partido, ou é fidelidade ao chicote do Líder e às conveniências das cúpulas partidárias que, por estarem vendidas, querem apresentar a conta aos Governos com o número de Parlamentares que tem, para traficar influência, intermediar interesse privado e explorar prestígio?

Precisamos discutir isso. Somos favoráveis à fidelidade ao programa do Partido. Isso é que é fidelidade partidária.

O que não podemos aceitar é que seja vendida à opinião pública a idéia de que a fidelidade partidária não deve ser ao programa do Partido, mas às conveniências de Líderes vendidos, cúpulas partidárias igualmente vendidas, que querem, simplesmente negociar, no balcão de negócios sujos, com os executivos a lista exata dos Parlamentares que eles têm para vender também, a lista das “mercadorias parlamentares” que eles têm para trambicar e, assim, traficar influência com os respectivos executivos. Isso é o que temos que discutir.

Quanto à questão do financiamento de campanha, quero dizer que ele é exclusivamente público, o que já não é um instrumento democrático, é verdade, porque, como a concessão do recurso para cada estrutura partidária dar-se-á conforme representação política na Casa, é evidente que muitos dos grandes Partidos conquistaram um número maior de assentos na Casa às custas da promiscuidade nas relações com o setor econômico. Se isso já não é um procedimento justo, pior ainda é o financiamento privado.

Eu sei que os escândalos que estão acontecendo – das malas pretas, que o Deputado Roberto Jefferson disse que o Tesoureiro do PT chegou lá para promover o trambique, a inovação do trambique da pseudo-esquerda – são terríveis e contra a legislação do País. Não é preciso mudar a lei em vigor para impedir que eles aconteçam. Eles são absolutamente contra a legislação do País. Mas, sabemos que muitos Parlamentares, patrocinadores da delinquência de luxo, usam o processo eleitoral para encherem seus respectivos bolsos, suas respectivas contas bancárias, para enriquecerem e, depois, ainda fazerem o jogo sórdido desses grupos econômicos que os financiaram quando de suas vindas para o Congresso Nacional. Esse é que é o problema.

O financiamento público é essencial. Alguns discordam do financiamento público porque entendem que é preciso ter lista fechada de Partido. Quem disse? Já existe uma lista fechada de Partido. Quem não sabe

disso? Quem é que passa nas convenções partidárias? Será que já não existe o autoritarismo das estruturas partidárias? Claro, nós, do P-SOL, não temos preocupação com lista partidária, porque não estamos entre jararacas, umas querendo assassinar e envenenar as outras. Sei que a lista fechada é um perigo muito grande, porque o Parlamentar independente, o representante do movimento social independente, vai ser lá.... A “cúpula palaciana” é quem escolhe. Será a “Lista de Schindler”. Aí tem a “Lista de Schindler” do Ministro tal, do amigo de não sei quem... Como poderemos resolver isso?

Para garantir o financiamento exclusivamente público, é preciso garantir as listas avulsas da sociedade, para que a pessoa possa ser candidato sem estar filiado a um Partido político. Essa conversa de fortalecer Partido político...! O que tem de Partido político fortalecido às custas do jogo sujo, sórdido, de conveniência promíscua com a estrutura do poder! Então, se existe o problema das listas fechadas, que, concordo, em muitas relações partidárias existirá, porque o cacique, o chefe, a suposta Liderança da estrutura partidária vai olhar para o Parlamentar que não se vende, vai olhar para o Parlamentar que não deixa que o Líder lhe ponha um cabresto e vai dizer que ele ficará fora da lista; ou então, vai colocá-lo no fim da lista. Ele pode ter dez vezes mais votos do que o primeiro da lista, mas quem entra é o primeiro da tal “listinha” das cúpulas partidárias. Então, é evidente que isso é grave!

Mas os mecanismos a serem feitos para minimizar esse risco são justamente as listas da sociedade. O Deputado Fernando Gabeira já defendeu essa idéia várias vezes e eu também já apresentei proposições nesse sentido. Por que, obrigatoriamente, tantas pessoas maravilhosas, que são militantes de movimentos sociais e que não querem estar inseridas nas estruturas partidárias, não podem ser candidatas? Claro que podem, sim, em um percentual menor, mas que tenham o direito de serem candidatas também.

Uma outra coisa essencial que também precisamos debater, inclusive o jurista Fábio Konder Comparato e a OAB apresentaram, por meio de Parlamentares, projetos de lei que dão conta de um aspecto essencial, é a democratização das decisões políticas. É preciso acabar com essa visão ridícula, elitista de que somente o Parlamentar pode decidir pelo povo. Essa é uma discussão ridícula, arcaica, preconceituosa. É essencial que o povo, que elege, possa estabelecer mecanismos, inclusive, para garantir o fim da irrevogabilidade dos mandatos, do sigilo bancário, fiscal e telefônico para todos os agentes públicos, obrigatoriamente, na legislação eleitoral, e que o Estado brasilei-

ro possa ser permeabilizado pelas estruturas sociais. Isso é essencial.

Todas as discussões que dizem respeito à soberania nacional, às políticas públicas, às políticas sociais, à construção do orçamento têm que ser partilhadas e decididas não pela meia dúzia dos que se acham aqui iluminados, e que vivem nas trevas da corrupção, mas com a participação da população de uma forma em geral.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque.

Já estou terminando, Senador Tião Viana; sei que estou me excedendo em meu tempo.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a trouxe uma quantidade de pontos que merecia a reflexão de todos nós aqui sobre a ética na política. Queria apenas pegar um ponto e apoiar essa idéia. Não vejo por que, com o caos ideológico que há hoje no mundo, termos camisas de forças partidárias, quando estamos em um momento de muita nitidez esquerda/direita, aí até se diz respeito a isso, e nesse caso nem precisa. Nos Estados Unidos, não há sequer chance de um outro partido, porque há nitidez. Os dois partidos representam, no fundo, quase a mesma coisa. Mas, no nosso País, se criarmos essa camisa de força da cláusula que elimina Partidos ou que impede as pessoas de serem eleitas individualmente, podemos estar freando grandes idéias, grandes propostas, e quem sabe uma nova idéia que surja. O meu Partido, se tivesse cláusula de barreira no tempo em que começou, hoje não estaria aqui. Então, alegro-me de V. Ex^a ter trazido esse problema. Há pessoas que dizem que isso vai contra o Partido. É possível. Mas não vai contra a democracia.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Com toda a certeza. Essa é exatamente a intenção. Tem que acabar com essa visão elitista de que a democracia representativa está restrita a estruturas partidárias. Muitas dessas estruturas partidárias burocratizadas, degeneradas, promíscuas, infiéis aos programas dos seus respectivos Partidos simplesmente pousam, aqui, como digo sempre, de alto clero e com a estatura moral da ralé do clero. Espero que esse debate seja feito de forma democrática, não como uma tática diversionista para impedir o aprofundamento das denúncias graves de corrupção que estão acontecendo no País, mas sim com o objetivo de aprimorarmos a estrutura combalida, falida da democracia representativa no Brasil.

É só, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra aos Senadores Marco Maciel e, posteriormente, aos Senadores Romeu Tuma, Heráclito Forte e Leonel Pavan.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para falar pela Liderança da Minoria, depois da Ordem do Dia.

A autorização será encaminhada à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito para falar após a Ordem do Dia.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos passando por um momento difícil. O Congresso Nacional está sendo julgado, os Parlamentares – Deputados Federais e Senadores – estão sendo julgados antecipadamente pela população brasileira. O Congresso passa por um dos mais difíceis momentos de sua história, apesar de a Câmara dos Deputados e o Senado Federal já terem demonstrado, em outras vezes, sua lisura, sua transparência, mostrando os fatos à população brasileira, punindo aqueles que se envolveram em casos ilícitos. Inclusive, recentemente, foi cassado um Deputado Federal do Rio de Janeiro.

Já temos demonstrado aqui que, independentemente de quem quer que seja, de que Partido seja, estamos punindo os Parlamentares, inclusive com a cassação de seus mandatos. Porém, a sociedade brasileira, em função dessas maracutaias, em função desse episódio triste por que passa a nossa Nação, está colocando todos os Parlamentares no mesmo balaio.

Eu já disse que essa carapuça não me serve, porém é preciso dar uma resposta à sociedade brasileira por meio de atos concretos, por meio de uma ação forte, punindo todos os envolvidos nesse episódio que mancha a história do Parlamento e a história do Governo Federal.

Por meio da CPI, temos de denunciar e punir todos, temos de chamar aqui aqueles que foram citados e continuar a investigação. Precisamos chamá-los para depor e esclarecer os fatos à opinião pública. Não poderemos esconder nada daquilo que será levantado na CPI.

Concedo o aparte à nobre Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Leonel Pavan, as coisas estão tão difíceis realmente, a lama da corrupção está tanta, que acabei de fazer um pronunciamento sobre a questão do financiamento e, para V. Ex^a ter uma idéia, ligaram para mim dizendo:

“Senadora, pelo amor de Deus, não deixe dinheiro na mão dos Presidentes dos Partidos, porque estão todos roubando”. Citaram os nomes dos Presidentes dos Partidos, do PT ao PTB, passando por todos os outros que estão sendo denunciados, como o PP.

Como eles estavam diretamente vinculados aos crimes contra a administração pública e estavam usando não apenas o dinheiro público, mas o dinheiro privado, para o balcão de negócios sujos, da promiscuidade Palácio do Planalto e Congresso Nacional, já achamos difícil o que vamos discutir. Talvez, isso tenha mesmo de ficar na mão de um conselho nacional, de uma grande estrutura do TSE, para que o próprio conselho distribua os recursos para todos os candidatos, a fim de se evitar essa vigarice e essa promiscuidade instalada no País. É só, Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nobre Senadora, veja que...

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Leonel Pavan, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pois não.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Leonel Pavan, aproveito para saudar os Parlamentares da Espanha que estão acompanhando o Vice-Presidente e que acabaram de entrar, a quem o Presidente certamente fará referência. Pedi para apartear também para cumprimentar as esposas dos militares, que são guerreiras na luta, buscando dias melhores para suas famílias. Senador Leonel Pavan, eu disse que são Parlamentares da Espanha, mas, na verdade, estão aqui Parlamentares da Argentina. Desculpem-me. Somos todos da América Latina. É verdadeiro o tema que V. Ex^a apresenta. A opinião pública está alerta e voltada para esta Casa muito mais do que antes. Gostaria de narrar para V. Ex^a que, na sexta-feira próxima passada, cheguei ao aeroporto para ir para o meu Estado, e o aeroporto estava lotado, com os vôos atrasados. Havia uma fila muito grande para passar pelo detector de metais, e, de repente, os vôos atrasados começaram a ser chamados. Muita gente estava no final da fila, e alguns Parlamentares foram chamados, porque o avião estava saindo. Quando eles romperam na frente da fila, todas as pessoas começaram a dizer: “São os Deputados do ‘mensalão’! Ladrões! Monte de safados!” Confesso a V. Ex^a que o meu vôo também estava atrasado e que ele também havia sido chamado. Confesso que também fui, porque a TAM havia chamado, mas, quando ouvi os gritos, recuei. Confesso a V. Ex^a que, num primeiro momento, em uma história como essa, todos somos colocados na vala comum. Mas, graças a Deus, os homens de bem têm um segundo momento! O rapaz

da TAM insistiu, e resisti e pensei que iria perder o avião, porque eu não ia passar, porque eu não queria ouvir o que estava sendo dito. Quando ele insistiu, chamando-me, as pessoas que estavam na fila olharam para trás. Uma delas me apontou e falou: “Esse é aquele Deputado da CPI do Narcotráfico. Esse assina CPI”. E eu passei sem ser molestado, mas, confesso a V. Ex^a, com o coração na boca.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – V. Ex^a diz que todos os citados precisam ser chamados e ouvidos. É preciso ir a fundo na investigação, quebrar sigilos, doa em quem doer. O Parlamento e os homens públicos de bem não podem ser levados à vala comum juntamente com os do mal. Não podemos ver o Parlamento brasileiro e algumas figuras extremamente importantes se diluírem em praça pública por causa de comportamentos nefastos de pessoas que, na verdade, não têm currículo, mas Boletim de Ocorrência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nobre Senador Leonel Pavan, como tínhamos combinado com V. Ex^a, peço licença para interromper seu pronunciamento, a fim de que esta Casa preste sua homenagem ao Vice-Presidente da República e Presidente do honorável Senado da Nação Argentina, Presidente Senador Daniel Scioli, que nos visita, a convite desta Presidência do Senado Federal.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, continuando nosso pronunciamento, cumprimento as esposas dos militares. Já nos pronunciamos em defesa de seus direitos, dos seus familiares e esposos, que ainda não foram reconhecidos por este Governo insensível às causas populares.

Sr. Presidente, retornarei à tribuna depois.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Leonel Pavan, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Muito obrigado, Senador Leonel Pavan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Cumprimento o Exm^o Sr. Vice-Presidente da República e Presidente do Senado da Nação Argentina, Daniel Osvaldo Scioli; o Exm^o Sr. Senador Nacional Mario Losada; o Exm^o Sr. Senador Nacional Marcelo López Arias; o Exm^o Sr. Senador Nacional Ruben Gius-tiniani; o Exm^o Sr. Deputado Nacional Eduardo Arnold; o Exm^o Sr. Embaixador da República Argentina no Brasil, Juan Pablo Lohlé; o Exm^o Sr. Embaixador do Brasil na Argentina, Mauro Vieira.

Com imenso prazer esta Casa abre suas portas para receber o Vice-Presidente da República e Presidente do Honorável Senado da Nação irmã Argentina, Daniel Scioli, que nos visita a convite desta Presidência.

(Art. 18, inciso I, d, do Regimento Interno do Senado Federal.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Presidente Scioli veio a Brasília a nosso convite, que lhe foi gentilmente transmitido pelo Senador Cristovam Buarque quando de sua passagem por Buenos Aires, em princípio de maio.

Aquela altura, os jornais brasileiros e argentinos refletiam supostos desentendimentos entre os Governos do Brasil e da Argentina sobre os rumos do Mercosul e da aliança estratégica entre nossos dois países.

É sabido que a opinião pública, por vezes, tende a magnificar acontecimentos assim, apresentando como crise o que não passa de mera divergência de opiniões, retratando, muitas vezes, como visões inconciliáveis o que são apenas diferenças de prioridades, chamando ultimatoss a inocentes propostas que visem a reorientar determinados aspectos da relação bilateral.

Embora não tenhamos perdido de vista essas nuances, ainda assim nos preocupou um pouco que eventuais diferenças fossem discutidas na imprensa e não pelos canais apropriados. Entendemos que, além do canal propriamente diplomático, o âmbito parlamentar pode ser muito útil na discussão franca e ponderada de projetos para o Mercosul e para a parceria entre Brasil e Argentina.

Por isso, decidimos convidar o Vice-Presidente da Argentina e Presidente do Senado, Daniel Scioli, para vir a Brasília. Muito nos alegra que V. Ex^a esteja aqui conosco. Convidamos V. Ex^a, porque pensamos que a simples visita do Presidente do Senado da nação-irmã constitui gesto político de impacto, capaz de ajudar a dissipar visões pessimistas sobre o nosso relacionamento bilateral; porque acreditamos que o diálogo entre Parlamentares de ambos os países é fundamental para que cada lado entenda, em sua justa dimensão, os anseios, as perspectivas e os projetos da outra parte; porque estamos todos engajados na futura formação de um Parlamento do Mercosul e entendemos que esse projeto precisa, para sua concretização, de um contato cada vez maior entre os Congressos de todos os países do Bloco.

Estamos, como disse, felizes e honrados com sua presença, Presidente Scioli. Ao dar as boas-vindas a V. Ex^a, em nome do Senado Federal brasileiro, desejo ainda, na condição de Presidente do

Congresso Nacional, colocar-nos a sua disposição para implementar quaisquer iniciativas que visem a aumentar o conhecimento mútuo, o diálogo frutífero e a amizade entre Parlamentares argentinos e brasileiros. Seja bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, para saudar o Vice-Presidente e Presidente do Senado argentino, Daniel Scioli.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Sr. Vice-Presidente da República da Argentina, senhores e senhoras, Senadores e Senadoras, não vou ler o currículo do Vice-Presidente Daniel Scioli, nem fazer nenhuma tese sobre a relação Brasil e Argentina. Quero apenas dizer aos meus colegas Senadores que o Vice-Presidente reúne três qualidades muito raras: além de jovem, é um grande político no seu País, um empresário de sucesso e um grande desportista, um herói nacional, de certa forma, na área da motonáutica – dizemos assim, aqui no Brasil.

Do ponto de vista das relações entre nossos países, quero apenas afirmar, Presidente Renan Calheiros, a satisfação de ter levado sua carta para o Vice-Presidente e de ter recebido sugestões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nesse sentido. Creio que nossos Congressos podem dar uma grande colaboração no fortalecimento das relações entre os dois países.

Não há futuro para o Brasil, se não for junto com a Argentina; não vou dizer o mesmo da Argentina para nós, porque pode parecer arrogância. E, às vezes, o Poder Executivo de cada país tem dificuldades para o diálogo. O diálogo entre os Congressos podem colaborar, de maneira permanente, para reduzir tensões, quando elas ocorrerem, e incentivar a colaboração.

Por isso, concluo, fazendo uma sugestão: a de que os dois Presidentes do Senado tentem transformar esta visita, que creio ser a primeira, em praxe entre os nossos dois países; que a cada seis meses o nosso Presidente vá a Argentina, para falar no Congresso, e o Vice-Presidente da Argentina, que é Presidente do Senado, venha falar para nós. Se criarmos essa praxe de relação entre os Parlamentares, entre os Parlamentos, poderemos colaborar para a união dos nossos povos.

Muito obrigado por sua visita.

Presidente Renan Calheiros, foi um prazer ter sido o portador de sua carta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Vice-Presidente e Presidente do Senado da Nação Argentina, Daniel Osvaldo Scioli, para se dirigir à Nação brasileira e às Sr^{as} e Srs. Senadores neste momento.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DE S. EX^a O SR. DANIEL OSVALDO SCIOLI, VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA E PRESIDENTE DO SENADO DA NAÇÃO ARGENTINA.

O SR. DANIEL OSVALDO SCIOLI – Sr. Presidente do Senado da República Federativa do Brasil, Renan Calheiros, Sr^{as} e Srs. Senadores; (manuscrito: /deputados)

(Manuscrito: Embaixadores)

Amigas e amigos:

É para mim uma grande satisfação compartilhar com os Senhores estas reflexões acerca de nossa relação bilateral e o projeto comum que nos une há vinte anos.

O Congresso da Nação Argentina considera fundamental avançar na consolidação desse espaço de integração.

Por essa razão, acompanham-me hoje aqui o Vice-Presidente da Câmara de Senadores, Dr. Marcelo López Arias, o Presidente do Bloco de Senadores da União Cívica Radical, Mario Losada, o Senhor Primeiro Vice-Presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Arnoldo e o Senador e Presidente do Partido Socialista, Ruben Giustiniani.

Temos a vocação e a vontade política necessárias para que nossos parlamentos sejam protagonistas e aprofundem a qualidade democrática do Mercosul.

As dificuldades são superadas com o funcionamento pleno dos três poderes de governo.

Os problemas da democracia são solucionados pelo aumento da confiança nas instituições.

Precisamente esse é um dos eixos da gestão do Presidente Kirchner, juntamente com a defesa e a promoção dos direitos humanos, o superávit fiscal e a saída da moratória.

Senhoras e Senhores, na atual conjuntura, os Poderes Legislativos devem atuar com decisão.

Assim como os chanceleres Amorim e Bielsa firmaram a Ata de Brasília em maio passado, da mesma forma que, esta semana, os ministros da Economia se reuniram em Buenos Aires e, como, na próxima segunda-feira, farão o mesmo nossos pre-

sidentes em Assunção, nossos Congressos devem somar esforços devem contribuir para a solução dos temas pendentes.

Um nível maior de convivência sempre aporta consigo mais questões para resolver.

O projeto em comum deve enfrentar as esperanças diferentes, assumindo-as com espírito construtivo e convicção superadora.

Isso nos deve levar a compreender a necessidade de avançar nos processos institucionais destinados a atingir avanços no longo prazo, mediante a utilização de mecanismos estáveis e previsíveis.

As assimetrias devem ser enfrentadas para que não entorpeçam a integração.

Queremos, necessitamos e defendemos um crescimento equilibrado.

Por isso, torna-se vital atingir um rápido entendimento no que diz respeito à Cláusula de Adaptação Competitiva, mecanismo que busca limitar o incremento brusco das importações e os prejuízos setoriais gerados por perturbações macroeconômicas.

Do mesmo modo, necessitamos de um Código de Condutas Multinacionais, fundamental para garantir o desenvolvimento com equidade dos investimentos estrangeiros produtivos.

Um Mercosul com regras claras de política industrial garante o crescimento sustentado para todos e as estratégias produtivas necessárias para nos inserirmos com êxito na globalização.

Senhoras e senhores, brasileiros e argentinos enfrentamos uma ameaça idêntica: as políticas agressivas provenientes de outros mercados que lançam mão de mecanismos desleais e prejudicam nossos produtores, apoiados nos subsídios e no **dumping** social.

Nesse sentido, surgem com propriedade os versos do **Mantín Fierro**, que dizem: *Os irmãos sejam unidos,/ porque essa é a lei primeira,/ tenham união verdadeira,/ em qualquer tempo que seja,/ porque se entre eles lutam,/ devoram-nos os lá de fora.*

Somos sócios de um projeto estratégico comum.

A única coisa em que somos adversários é o futebol. No mais, caminhamos juntos.

Uma excelente prova de integração exitosa está na área da defesa.

Nessa área, nossas forças armadas, além de desenvolver treinamento e capacitação conjunta, chegaram ao desenho de protótipos de veículos 4 x 4 e lanchas de patrulha que em pouco tempo poderão ser fabricadas em escala.

Torna-se fundamental avançar unidos também na modernização parlamentar e na qualidade institucional, para sermos protagonistas desse processo.

É por isso que nossas equipes técnicas aqui vieram para buscar experiências do Congresso deste país, em matéria de comunicação e acesso dos cidadãos à informação parlamentar.

Esse intercâmbio foi muito enriquecedor para iniciativas ora em andamento: o Plano de Fortalecimento Institucional e a Senado TV.

Impulsionadas de forma conjunta, podem contribuir decisivamente para a aproximação entre os poderes legislativos e a necessária harmonização legislativa.

Hoje mesmo firmamos um Convênio que permitirá projetar essa sinergia a longo prazo.

Assim poderemos visualizar o *e-Parlamento* no Mercosul, para aproveitar os benefícios das inovações tecnológicas e conectar nossas instituições, para que funcionem em rede.

É hora de avançar decisivamente em todas as frentes para coordenar iniciativas que valorizem os benefícios da integração para o cidadão comum.

É necessário atender as justas demandas expressas por nossos povos, em direção ao progresso social, ao emprego e a uma melhor distribuição da renda.

Devemos ter em conta que a experiência européia, sobretudo quanto aos últimos sucessos vinculados aos *referenda* sobre a Constituição comum.

As instituições devem responder com eficácia aos problemas cotidianos das pessoas.

Nossos Parlamentos podem contribuir para a criação de um clima de confiança necessário em busca da cooperação científica e tecnológica, da infra-estrutura comum, das estratégias de segurança regional, da integração energética e nuclear e da coordenação de nossas fronteiras.

Sr. Presidente do Senado da República Federativa do Brasil, Renan Calheiros, agradeço-lhe pelo convite e pela possibilidade de trazer-lhe as homenagens do Senado argentino, espaço institucional do federalismo de meu país, de trazer uma mensagem de amizade a este recinto, onde se encontram cada um dos representantes dos Estados Federados do Brasil.

Estou convencido de que esta é a oportunidade, que este é o momento de capitalizar com visão de futuro duas décadas de esforços compartilhados.

O próximo dia 30 de novembro, dia da amizade argentino-brasileira, deverá ser celebrado com realizações concretas, para que os jovens de nossos países possam vislumbrar com esperança e otimismo seu futuro comum.

Muito obrigado.

É o seguinte o pronunciamento do Senhor Daniel Osvaldo Scioli em sua língua pátria:

**Señor Presidente del Honorable
Senado de la República Federativa del
Brasil, Renan Calheiros.**

Señoras y señores senadores;

embajadores

Amigas y amigos:

Es para mí una gran satisfacción
compartir con Uds. estas reflexiones
acerca de nuestra relación bilateral y el
proyecto común que nos une desde hace
20 años.

El Congreso de la Nación Argentina
considera fundamental avanzar en la
consolidación de este espacio de
integración.

Por ello me acompañan hoy aquí el
Vicepresidente de la Cámara de
Senadores, Dr. Marcelo López Arias, el
Presidente del Bloque de Senadores de
la Unión Cívica Radical, Mario Losada, el
Señor Vicepresidente Primero de la
Cámara de Diputados, Eduardo Arnold y
el Senador y Presidente del Partido
Socialista, Rubén Giustiniani.

Tenemos la vocación y la voluntad política necesarias para que nuestros parlamentos asuman el protagonismo y profundicen la calidad democrática del Mercosur.

Las dificultades se superan con el funcionamiento pleno de los tres poderes de gobierno.

Los problemas de la democracia se solucionan aumentando la confianza en las instituciones.

Precisamente este es uno de los ejes de gestión del Presidente Kirchner, junto con la defensa y promoción de los derechos humanos, el superávit fiscal y la salida del default financiero.

Señoras y señores:

En la presente coyuntura, los poderes legislativos debemos actuar con decisión. Así como los cancilleres Amorín y Bielsa firmaron el Acta de Brasilia en mayo pasado, así como esta semana los

ministros de Economía se reunieron en Buenos Aires y como el próximo lunes harán lo propio nuestros presidentes en Asunción, los Congresos debemos sumar esfuerzos para contribuir a la resolución de los temas pendientes.

Un mayor nivel de convivencia, siempre trae aparejado más cuestiones para resolver.

El proyecto en común debe encarar las lógicas diferencias, asumiéndolas con espíritu constructivo y convicción superadora.

Esto nos debe llevar a comprender la necesidad de avanzar en los procesos institucionales para progresar en el largo plazo con mecanismos estables y previsibles.

Las asimetrías deben abordarse para que no entorpezcan la integración.

Queremos, necesitamos y defendemos un crecimiento equilibrado.

Por ello resulta vital alcanzar un rápido acuerdo en lo que refiere a la Cláusula de Adaptación Competitiva, mecanismo que busca limitar el incremento brusco de las importaciones y los daños sectoriales generados por perturbaciones macroeconómicas.

Del mismo modo necesitamos el Código de Conductas Multinacionales, fundamental para garantizar el desarrollo con equidad de las inversiones extranjeras productivas.

Un MERCOSUR con reglas claras de política industrial garantiza el crecimiento sostenido para todos y las estrategias productivas necesarias para insertarnos con éxito en la globalización.

Señoras y señores:

Brasileños y argentinos enfrentamos una amenaza idéntica: las políticas agresivas desde terceros mercados que acuden a mecanismos desleales y perjudican a nuestros productores apoyados en subsidios y dumping social.

Aquí bien valen los versos del **Martín Fierro**, que dicen **“Los hermanos sean unidos, porque esa es la ley primera, tengan unión verdadera, en cualquier tiempo que sea, porque si entre ellos pelean, los devoran los de afuera”**.

Somos socios de un proyecto estratégico común.

En lo único que somos adversarios, es en el fútbol. En todo lo demás, vamos juntos.

Una excelente prueba de integración exitosa la tenemos en el área de defensa. Allí, nuestras fuerzas armadas, además de desarrollar entrenamientos y capacitación conjunta, han alcanzado el diseño de prototipos de vehículos 4 x 4 y lanchas de patrullaje que en poco tiempo podrán ser fabricadas en escala.

Resulta fundamental avanzar unidos también en la modernización parlamentaria y en la calidad institucional para protagonizar este proceso.

Es por ello que nuestros equipos técnicos vinieron a intercambiar experiencias del Congreso de este país en materia de comunicación y acceso de los ciudadanos a la información parlamentaria.

Fue muy enriquecedor para las iniciativas que pusimos en marcha: el Plan de Fortalecimiento Institucional y el Senado TV.

Ellas, impulsadas de manera conjunta, pueden contribuir decisivamente al acercamiento entre los poderes legislativos y a la necesaria armonización normativa.

Hoy mismo firmamos un Convenio que permitirá proyectar esta sinergia en el largo plazo.

Así podremos encarar el E-Parliament en el Mercosur para aprovechar los beneficios de las innovaciones tecnológicas y conectar a nuestras instituciones para que funcionen en red. Es hora de avanzar decisivamente en todos los frentes para coordinar iniciativas que pongan en valor los beneficios de la integración para el ciudadano común. Hay que atender las justas demandas de progreso social, de empleo y de mejor distribución del ingreso que expresan nuestros pueblos.

Debemos tomar debida cuenta de la experiencia europea, sobre todo de los últimos sucesos vinculados a los referéndums por la Constitución. La institucionalidad debe responder con eficacia a los problemas cotidianos de la gente.

Los Parlamentos podemos contribuir a la creación del clima de confianza necesario para avanzar en la cooperación científico-tecnológica, la infraestructura común, las estrategias de seguridad regional, la integración energética y nuclear y la coordinación fronteriza.

Señor Presidente del Honorable Senado de la República Federativa del Brasil, Renan Calheiros

Le agradezco su invitación y la posibilidad que se le brinda al Senado argentino, espacio institucional del federalismo de mi país, de acercar un mensaje de amistad a este recinto donde están cada uno de los representantes de los Estados Federativos del Brasil.

Estoy convencido de que esta es la oportunidad, que este es el momento para capitalizar con Visión de futuro dos décadas de esfuerzos compartidos.

El próximo 30 de noviembre, día de la amistad argentino – brasileña, lo tenemos que celebrar con realizaciones concretas para que los jóvenes de nuestros países puedan mirar con esperanza y optimismo su futuro común.

Muchas Gracias

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Suspenderei a sessão por cinco minutos, para que o Presidente Daniel Osvaldo Scioli recolha os cumprimentos de seus Colegas brasileiros.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16 horas e 21 minutos a sessão é reaberta às 16 horas e 39 minutos.)

O Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Está reaberta a sessão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero fazer uma comunicação, se o Senador Leonel Pavan permitir, para anunciar a presença entre nós do Presidente da Associação de Municípios para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar Paulista, do meu Estado, Sr. Élbio Trevisan, Prefeito de Cesário Lange.

Desculpe-me e muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Arthur Virgílio, tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição como Líder do PSDB, após a fala da Senadora Patrícia Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Exª está inscrito, Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não chegou à Presidência informação sobre acordo de lideranças para apreciação do Item 1.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 14, DE 2005

*(Proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Justiça e da Defesa e dos Encargos Financeiros da União, no valor global de duzentos e noventa e nove milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e nove reais para os fins que especifica.

Relator revisor:

Prazo final: 1-8-2005.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000

(Votação nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002

*(Votação adiada, em virtude de requerimento aprovado em 23-2-2005)
(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que inclui § 8º no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento

do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 12, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, *que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos Municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 12, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, *que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 87, DE 2003

(Discussão adiada, em virtude de requerimento aprovado em 26-4-2005)

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como pri-

meira signatária a Senadora Fátima Cleide, *que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais* (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

7

PROJETO DE LEI DO CÂMARA Nº 73, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2004 (nº 834/2003, na Casa de origem), *que institui o Dia Nacional da Imigração Japonesa*.

Parecer favorável sob nº 9, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – “Desmanche”, *que altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º, e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os artigos 126-A e 126-B*.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra à eminente Senadora Patrícia Saboya Gomes, por cessão da Senadora Heloísa Helena.

V. Exª dispõe de até 20 minutos.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS

– CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero, antes de mais nada, agradecer à Senadora Heloísa Helena por ter me cedido o seu tempo para fazer um pronunciamento que considero importante para a minha vida.

Costumo, Sr. Presidente, dirigir-me a esta tribuna para falar das questões sociais que tanto afligem a nossa população, sobretudo me debruçando sobre o tema das crianças e dos adolescentes. Hoje, porém, quero tratar de outro tema igualmente importante para o Brasil. Eu gostaria, para isso, de pedir licença a V. Exª e aos meus colegas Parlamentares, para, a princípio, desta vez, dirigir-me diretamente ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Presidente Lula – permita-me assim chamá-lo –, V. Ex^a foi sagrado nas urnas como depositário da esperança de milhões de brasileiros, esperança na reconstrução ética, moral, social e econômica do País, esperança na adoção de uma agenda pública voltada para redução das gritantes desigualdades sociais, da pobreza e da miséria que, infelizmente, ainda assolam grande parte e a maioria da nossa população.

Assim como os eleitores brasileiros, gostaria de aqui afirmar que confio em Vossa Excelência. Confio na sua capacidade de liderar o processo que levará a essas transformações com que sonhamos há tantos anos. Afinal, Vossa Excelência sentiu na própria carne essas privações por que passa a maioria do povo brasileiro. Viu seus sonhos de criança muitas vezes serem interrompidos pela dura e cruel realidade. Foi obrigado, como tantos nordestinos, a abandonar sua terra natal e a ir para a cidade grande em busca de melhores condições de vida.

Vossa Excelência sabe o que é a pobreza. Vossa Excelência sabe o que é a miséria. Vossa Excelência sabe o que é passar fome. Vossa Excelência sabe, certamente, o que é ver sua casa desabando de madrugada, sem ter para onde ir. Vossa Excelência sabe o que é a tristeza e o sofrimento de uma família que não tem sequer o que comer. Vossa Excelência sabe de tudo isso, não porque leu nos livros ou nos romances brasileiros, mas porque vivenciou essas experiências.

Portanto, Presidente Lula, todos nós que confiamos em Vossa Excelência contamos com a sua força na superação de obstáculos para vencer a atual crise política, que assusta o País, mobiliza muitas vezes o Governo e envergonha o Parlamento.

Temos de reconhecer que, como nenhum outro governo, este tem combatido firmemente a corrupção, com a ação vigorosa da Polícia Federal, que já desbaratou diversas quadrilhas que agiam em diferentes órgãos da Administração Pública.

É verdade, estamos expondo as nossas feridas, mas talvez isso seja bom para que a sociedade brasileira saiba o que está acontecendo. Não temos interesse algum em acobertar qualquer mal que esteja acontecendo, de pessoas de qualquer partido, inclusive do seu próprio Partido. Mas não há dúvida de que precisamos ir mais fundo nessa cruzada. Precisamos investigar, com determinação, força e coragem, todas as denúncias apresentadas até agora, mesmo que isso signifique, como bem disse Vossa Excelência, “cortar na própria carne”, porque, como Vossa Excelência sabe, uma crise só é bem administrada quando é resolvida às claras. Por isso, Presidente Lula, temos de encarar essa crise não como uma porta que se fecha e, sim,

como uma janela que se abre, para que possamos jogar luzes nos porões da política brasileira.

No entanto, tenho convicção de que só vamos conseguir abrir essa janela ultrapassando barreiras, como o fisiologismo, a corrupção e a defesa de interesses pessoais espúrios, se enfrentarmos um desafio que é estrutural. Refiro-me à urgência de discutirmos, com serenidade, mas com rapidez e profunda seriedade, a reforma política. E essa discussão não se pode restringir aos momentos pré-eleitorais ou aos momentos de crise.

Os especialistas são unânimes em afirmar que já não dá mais para conviver com as atuais regras do jogo político-eleitoral. O sistema do jeito que está abre brechas para práticas como o constante toma-lá-dá-cá, que deixa a população cada vez mais desiludida com a classe política.

Prestei muita atenção, na semana passada, no pronunciamento da Senadora Heloisa Helena, em que dizia, fortemente – com certeza, era algo que vinha do seu coração, como é seu costume, ao se pronunciar nesta Casa –, que entende quando a população, às vezes, diz que sente certo nojo ou até certo asco em relação a todos nós, políticos.

Compreendemos isso, porque, quando abre os jornais, quando assiste aos programas de televisão e ouve o rádio, o que a população vê, o que a população ouve é sempre denúncia de corrupção. É triste, por exemplo, ter de ouvir um filho meu, o Ciro, que aqui está, dizer que não aguenta mais ouvir, pela televisão, notícias sobre quem rouba mais ou quem rouba menos, sobre quem corrompe ou quem é corrompido.

Por isso, sinto-me na obrigação de estar aqui hoje falando a cada uma das Sr^{as} Senadoras e a cada um dos Srs. Senadores que é preciso que nos debrucemos sobre a reforma política, para que o futuro dos nossos filhos seja mais digno, para que eles, em vez do sentimento de vergonha que muitas vezes têm de nós, políticos, possam ter orgulho. Quem sabe, será construído um caminho para que, no futuro, essa juventude de hoje possa servir de exemplo de uma política séria, de uma política com “P” maiúsculo, de uma política que realmente se importe com as pessoas mais pobres, mais sofridas e mais excluídas do nosso País.

Sabemos que o assunto é polêmico, mas, por outro lado, a matéria já vem sendo discutida no Congresso Nacional há pelo menos uma década. Portanto, os debates estão relativamente amadurecidos. Há pontos de convergência que podem dar um pontapé inicial nessas tão necessárias transformações.

A fidelidade partidária, por exemplo, foi aceita por boa parte dos Senadores quando o assunto foi analisado nesta Casa. Essa ferramenta importantíssi-

ma no fortalecimento dos partidos políticos ajudaria a evitar o troca-troca de legendas por motivos casuísticos, além de ser uma aliada de peso na luta contra as negociações de varejo, que muitas vezes acontecem entre o Executivo e o Congresso. Com partidos mais fortes, caminharemos para um cenário em que as negociações poderão se dar em torno das idéias e dos projetos para o País.

Outro ponto que obtive boa aceitação foi a chamada federação partidária, que contribui para a governabilidade na medida em que prevê a criação de coligações mais duradouras, que não poderão desfazer-se antes de três anos. Já os debates em torno da cláusula de barreira, do financiamento público das campanhas e do sistema eleitoral, também fundamentais para a reforma política que queremos fazer, ainda não obtiveram consenso entre os parlamentares. Precisamos, portanto, aprofundar essas discussões, trazendo para a arena do Congresso Nacional a relevante contribuição de especialistas e de entidades da sociedade civil.

Fui encarregada pelo Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, de coordenar uma comissão de acompanhamento dos procedimentos relativos à reforma política, ao lado do Senador Ramez Tebet e do Senador Wirlande da Luz. Sei que já há acordo entre o Presidente Renan Calheiros e o Presidente Severino Cavalcanti para que esses projetos sejam votados com urgência.

É preciso conhecer as regras que deram certo e as que deram errado nos sistemas políticos em diversos países, pavimentando a estrada para o aprimoramento das nossas propostas.

Por fim, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma ponderação a respeito de um dos itens da reforma política.

Como já disse anteriormente, é imprescindível fortalecer os partidos, mas precisamos ficar atentos para que o fortalecimento dos partidos se guie pelos princípios democráticos, não pela burocratização e pelo aparelhamento das máquinas partidárias.

Eu mesma, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho sido vítima desses exageros. Como todos têm acompanhado, a direção do PPS vem lançando mão dos mais diversos artifícios para afastar aqueles que não pensam como o Presidente do partido, o Deputado Roberto Freire.

Quero deixar bem claro aqui que a atitude dos dirigentes do PPS ao longo desse processo tem sido, acima de tudo, autoritária e arbitrária. Cancelaram a minha filiação, enviando ofícios ao Senado sem o meu conhecimento prévio e já fazendo a comunicação, pasmem Sr^{as} e Srs. Senadores, ao Tribunal Regional

Eleitoral do Ceará, o meu Estado. Tudo isso aconteceu sem que o comitê de ética do nosso partido tivesse a oportunidade de se pronunciar a respeito da questão e sem que me fosse sequer concedido o amplo direito de defesa que me garante o regimento interno do partido e a própria Constituição.

Sr. Presidente, acho que sou reconhecida nesta Casa e por onde já passei como uma pessoa ponderada. Não falo como uma qualidade minha, mas é o que ouço dos meus colegas parlamentares. Uma pessoa conciliadora, mas que luta e luta até o fim pelo entendimento. Mas peço-lhes hoje para fazer um desabafo.

Meus filhos Yuri e Ciro estão aqui; fizeram questão de estar comigo porque, desde que fui eleita Vereadora, me acompanharam em todos os momentos, no corpo a corpo, nas ruas, no porta a porta, pedindo à população do meu Estado que me desse uma oportunidade para me eleger Vereadora, meu primeiro mandato, por Fortaleza, aquela cidade tão linda e querida que tanto amo.

Como disse no início, quero que meus filhos tenham orgulho de mim, que não tenham vergonha se, na escola ou na faculdade, alguém disser ou generalizar que os políticos não prestam, que são corruptos ou ladrões, porque eles conhecem a minha história desde o princípio. Conhecem, acompanham, torcem por mim e discutem cada decisão que tomo, Sr. Presidente. É com eles que encontro o amparo para ser forte, para ser fiel aos meus princípios; amparo para que possa prosseguir e lutar por aquilo em que acredito, a vontade de dizer a verdade, a verdade do que sinto, a vontade que tenho de poder falar o que penso. São eles, Sílvia, Ciro e Yuri – a Lívia não está aqui, mas está nos assistindo neste momento – que me garantem essa força, a fortaleza em todos os momentos da minha vida, não apenas nos momentos públicos, de exposição, mas evidentemente também nos momentos pessoais, que cada um de nós, homens e mulheres, passa durante a nossa vida.

Entrei de cabeça erguida no PPS e quero sair de cabeça erguida. Saio de cabeça erguida, com a certeza do meu dever cumprido. Não aceito e não vou aceitar de ninguém patrulhamento ideológico. A época da ditadura já se foi, foi vencida.

Deputado Roberto Freire, V. Ex^a deveria se lembrar muito bem dessa época, em que tantos foram torturados, em que tantos foram obrigados a abandonar o nosso País para lutar para que hoje nós tivéssemos uma sociedade democrática em que todos tivessem o direito de falar aquilo que pensam, e mesmo discordar, dentro do seu próprio partido, daquilo que a sua orientação maior, que é o Presidente, possa ter.

Mas eu não tive esse direito, Sr. Presidente. Eu não tive sequer o direito de me defender. Vi e descobri que fui afastada do meu Partido pelo *site* do PPS. Esta Casa, por meio do Presidente Renan Calheiros e do Secretário-Geral da Mesa, Dr. Raimundo Carreiro Silva, foi que me comunicou do cancelamento da minha filiação, e isso não é justo nem democrático.

Lembro tão bem que, em tantos anos que estou no PPS, sempre o Presidente Roberto Freire termina suas cartas ou ofícios dizendo: “saudações democráticas”. Saudações democráticas? Se isso é democracia, eu acho que o Presidente precisa conhecer melhor a nossa história ou talvez esteja esquecido e precise ser lembrado. Esse tipo de saudação não pode ser uma saudação democrática de quem não aceita o contraditório, de quem, por interesses pessoais ou por vaidade, expulsa os seus companheiros sem sequer lhes dar o direito de resposta ou sem sequer lhes dar o direito de poder tratar sobre o contraditório.

Nós tivemos, no meu partido, um candidato à Presidência da República, o hoje Ministro Ciro Gomes; perdemos as eleições, uma disputa difícil, que todos os brasileiros acompanharam. Mas não saímos de cabeça baixa. No primeiro momento apoiamos o Presidente Lula porque acreditávamos que esse era o momento de apoiar o partido e um homem que conhecia a realidade brasileira. Assim, foi decidido no congresso do PPS que apoiaríamos o Governo do Presidente Lula. Mas, ano passado, em dezembro, sem reunir o congresso, numa reunião do diretório, no Rio de Janeiro, a direção do partido resolveu que precisávamos sair do partido, que este Governo estava acabado, que este Governo não tinha mais sentido e que deveríamos sair do partido. Não concordei e discuti na reunião do meu partido, lutei por aquilo em que acredito, porque ainda acredito, porque acho que é possível construir uma sociedade mais justa e porque acredito no Presidente Lula, mesmo com todas essas dificuldades e a crise que estamos vivendo. Acredito que o Presidente Lula já tem feito e fará muito mais para que possamos esclarecer todas as coisas, todas as desconfiâncias que hoje pairam na cabeça de todos os brasileiros. E que assim, com tranquilidade, o País possa continuar a sua caminhada.

Um partido, Sr. Presidente, deve ser como uma família, como uma casa. Quantos de nós discutimos com nossos filhos, nossos companheiros e nossas companheiras quando temos um dilema e quando não concordamos? Num partido, fazemos amigos e tenho aqui dois grandes amigos que estão comigo, o Deputado Lupércio e o Deputado Júlio Delgado. E falo também em nome do Deputado Benedito de Carvalho Sá, conhecido por B. Sá, do Piauí. Eles estão aqui em

solidariedade porque estão vivendo a mesma situação, porque pensam diferente, porque lutam por outra história que talvez não seja aquela pela qual o Presidente do nosso partido esteja lutando. Eles estão aqui e me autorizaram a dizer desta tribuna que também saíram do PPS por não agüentarem mais a ditadura que foi imposta na direção do meu partido.

Quero agradecer porque eles não são só companheiros de partido. Serão meus amigos eternamente e eu já tenho tido muitas demonstrações – e quero dizer isso em seu nome, Júlio, que já foi Líder da nossa bancada e, com muita honra, orgulho e preparo, conseguiu fazer com que a nossa bancada pudesse se destacar na Câmara dos Deputados.

Quero agradecer a sua gentileza de hoje estar aqui ao meu lado.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senadora Patrícia Saboya, V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Ouço V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo com muito prazer.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senadora Patrícia, somos testemunhas da sua atuação eficiente e competente, que pude acompanhar mais de perto durante a CPI que examinou a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Seguramente, seus filhos, que aqui estão, podem se orgulhar da mãe que têm, do trabalho que V. Ex^a realiza aqui e da sua atuação parlamentar. A questão partidária, bem enfocada por V. Ex^a, mostra que nós precisamos, sim, de uma reforma política no Brasil. Permita-me a audácia, mas quero dizer a V. Ex^a, publicamente, que o PSDB a receberia de braços abertos para se filiar ao nosso partido. Muito obrigado.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Muito obrigada, Senador Eduardo Azeredo.

Passo a palavra ao Senador Tasso Jereissati, meu conterrâneo e orgulho de todos nós, cearenses.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Tem que fazer uma listinha, Senadora.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Sou sempre suspeito ao fazer qualquer intervenção sobre V. Ex^a, por ser bastante conhecida a amizade, o afeto, o carinho e o respeito que tenho por V. Ex^a. O trabalho que V. Ex^a construiu aqui nesta Casa hoje é reconhecido praticamente por todos os Senadores. É bom reconhecer – e seus filhos que estão aqui ouçam – que muitas pessoas nos perguntavam, quando chegamos juntos aqui, numa campanha que fizemos juntos, se V. Ex^a era a ex-mulher do Ministro Ciro Gomes. E, hoje, tome cuidado o Ciro, porque ele pode passar a ser conhecido como o ex-marido da Senadora Patrícia, pelo trabalho, pelo respeito, pela personalidade que V. Ex^a

tem demonstrado e pelo seu nível de independência. Portanto, eu queria dizer que esse gesto que eu lamento de violência que foi praticado para mim não é muita surpresa, apesar de eu reconhecer pessoas sérias e honestas no PPS de hoje. Mas, todos esses partidos – e que isso sirva de lembrança ao escolher o seu próximo partido – que têm na sua origem uma formação bolchevique, mesmo que já tenham tentado se libertar desse totalitarismo, têm quase atavicamente a tendência de não aceitar contraditórios a cúpulas dirigentes do esquema partidário. Isso se dá com todos esses partidos que têm como raiz essa formação bolchevique. E tenho certeza de que, nessas armadilhas durante o seu caminho, que será muito mais brilhante do que já foi até agora, V. Ex^a não vai cair novamente. E sou suspeito, mas V. Ex^a sabe muito bem que eu sonharia tê-la ao meu lado no nosso PSDB do Ceará, para fazermos um caminho que fizemos tão bem juntos até agora, nessa última campanha. E eu, como muito mais velho do que V. Ex^a, apenas poderia assistir ao seu caminhar para frente, aplaudindo entusiasticamente, como expectador, os passos que eu tenho certeza V. Ex^a pode dar daqui para a frente. Por isso, esse convite formal do Presidente do Partido fica aqui reiterado publicamente por um companheiro, por um amigo e, mais do que tudo, pelo grande admirador de V. Ex^a.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Obrigada, Senador Tasso Jereissati. Agradeço sempre as suas palavras tão gentis e carinhosas comigo. Certamente, temos muito o que conversar. V. Ex^a tem sido a maior liderança do nosso Estado, um grande conselheiro nas horas difíceis, principalmente do meu mandato e da minha vida. É com V. Ex^a que sempre procuro conversar. Mesmo sendo de partidos opostos, mesmo estando eu apoiando o Governo e V. Ex^a na Oposição, é com V. Ex^a que certamente eu tenho conversado.

E, mesmo no momento em que fui convidada pelo Líder do Governo Aloizio Mercadante para compor a Vice-Liderança aqui no Senado, foi com V. Ex^a que conversei, e sei que V. Ex^a sempre torceu e torcerá por mim, sempre me tem dado a luz necessária para continuar no caminho da retidão, da seriedade e da esperança por um Brasil cada vez melhor.

Muito obrigada, Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Pois não, Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Eu queria, em primeiro lugar, dizer que V. Ex^a falou poucas vezes da tribuna, mas, em todas as vezes, a resposta

do Plenário foi esta: praticamente todos os Senadores se levantaram para apartear a e expressar um pouco o sentimento de cada um. Sinceramente, não consigo entender como um partido político pode abrir mão de uma Senadora cujo mandato conseguiu marcar o País, sobretudo na defesa dos interesses das crianças e adolescentes, trabalho que foi feito à frente daquela CPI, de trazer para a agenda nacional um tema oculto, da opressão mais perversa que pode existir contra uma criança ou um adolescente, que é o abuso sexual. Eu pergunto como é que um partido pode abrir mão de um mandato e de uma Senadora que, tenho certeza, todos os partidos que vão falar hoje nesta Casa vão convidar para se filiar a eles. Inclusive, a nossa Bancada já discutiu isso em reunião, e é a unanimidade da Bancada do PT. O Presidente do nosso Partido, assim como o Presidente do PSDB, Senador Eduardo Azeredo, e o Senador Tasso Jereissati, que conhece V. Ex^a há tanto tempo, expressaram o sentimento do PSDB. São dois partidos que disputam politicamente, mas que sentem que esse mandato cabe num Partido como o PT, como cabe no mandato do PSDB, como caberá no PMDB ou em qualquer outro partido importante deste País. Eu não consigo entender como um partido não consegue enxergar o mandato, os votos que foram depositados na confiança daquele partido por ter aberto espaço para lideranças como V. Ex^a e como o Ministro Ciro Gomes, que projetaram o partido nacionalmente, fizeram o partido ser muito maior do que ele sempre foi, porque foi um partido marcado por atitudes pequenas ao longo da história, no seu passado, não no passado histórico do PCB. Quando o PPS foi criado, havia uma grande expectativa de ser realmente uma mudança de atitude. O partido estava se abrindo, num tempo novo da política internacional. E há muitos companheiros de muito valor no PPS, mas eu realmente não consigo entender que decisão é essa. Quero terminar somente dizendo duas coisas: aqueles que se denominam esquerda, que, desde a Revolução Francesa, sentam-se à esquerda no sentido da disputa por uma sociedade mais justa, uma sociedade sem discriminação, uma sociedade em que a igualdade de direitos possa ser colocada, têm valores que são fundamentais na transformação da história da humanidade. E há um setor da esquerda libertário, combativo, um setor da esquerda que carrega uma resistência e uma trajetória muito importante. Agora, nessa trajetória da esquerda, há uma prática stalinista. E o stalinismo talvez tenha sido a pior deformação de alguns partidos de esquerda. Eu não posso fazer essa acusação ao PPS, mas essa atitude expressa um pouco parte dessa cultura. Não tem o direito de defesa, não tem o direito ao debate político, não tem a instância

partidária reunida para deliberar, não tem tido sequer uma comissão de ética para fazer o debate político interno, para uma decisão política. Realmente, penso que o partido perde muito, mas V. Ex^a ganha, neste momento, com a grandeza da sua atitude, sem nenhum rancor, expressando publicamente seus sentimentos, sua história. Termino dizendo o seguinte: tê-la como Vice-Líder do Governo é uma honra. E é uma honra maior ainda, nos momentos de dificuldade, ver uma atitude de coragem e de firmeza, porque oportunismo também é uma coisa que passa, e a credibilidade se constrói nos momentos difíceis. E V. Ex^a, seguramente, está construindo mais uma página de credibilidade na sua biografia. Parabéns.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Obrigada, Senador Aloizio Mercadante. Para mim é que é uma honra poder estar a seu lado na Vice-Liderança do Governo nesta Casa e poder contribuir, evidentemente que pouco, mas dando o melhor de mim, daquilo que acredito. E V. Ex^a tem sido certamente um grande guia nessa direção, para que possamos construir juntos também este País, para que seja um País justo e digno para todos os brasileiros. V. Ex^a tem uma história de luta marcada no Brasil, no seu Estado e traz essa experiência para esta Casa. Portanto, eu é que tenho muito orgulho em estar ao lado de V. Ex^a.

Ouçó, com prazer, o Senador Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Ney Suassuna, a Mesa só faz um apelo, entendendo todas as razões de consideração afirmativa pela Senadora Patrícia Saboya e a importância do pronunciamento dela: que os Srs. Senadores tenham o poder de síntese, favorável à oradora.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Esse é o meu estilo, Sr. Presidente. Normalmente, sou sintético.

Nobre Senadora, eu tive o privilégio de ser Vice-Líder concomitantemente com V. Ex^a. Aprendi a admirá-la talvez até mais do que os antigos companheiros, porque, para mim, foi uma novidade muito agradável. Quero dizer a V. Ex^a que, em termos de convite, o PMDB foi o primeiro a fazê-lo. Fiz o convite quando os argentinos estavam aqui. No Partido, há 22 Senadores que a admiram, assim como a admira e a ama todo o Plenário desta Casa.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Obrigada.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Lamento que isso tenha ocorrido. Estamos solidários. Com toda a certeza, V. Ex^a continuará brilhando nesta Casa, com o nosso apoio sempre.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Muito obrigada, Senador Ney Suassuna. V. Ex^a sempre tem uma palavra gentil e carinhosa, mesmo nos momentos difíceis, em que temos a oportunidade de discutir, na Vice-Liderança, assuntos tão importantes para o País. Muito obrigada a V. Ex^a.

Concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Muito obrigado, Senadora. Procurarei ser breve. Manifesto o carinho e a admiração que tenho por V. Ex^a e registro a doçura e a firmeza com que trata os assuntos que lhe são destinados nesta Casa. Ressalto a firmeza e o caráter de devoção com que presidiu a CPI em defesa das crianças que sofrem tortura sexual, às vezes para poder comer. V. Ex^a, emocionada, mas firme, conseguiu levar os trabalhos até o fim, mesmo enfrentando vários obstáculos. Não conseguiu nem apoio da Segurança para levar adiante e denunciar o crime que era praticado com o desconhecimento de vários cidadãos. Eu já admirava V. Ex^a quando era Primeira-Dama – várias vezes fui ao seu Estado –, e passei a admirá-la pelo exemplo de Parlamentar que nos dá. Aqui, a senhora não representa Partido contrário nem ao Senador Tasso Jereissati nem a nenhum de nós, porque V. Ex^a está no Partido do Coração, o Partido da Alma, do interesse por um Brasil melhor. Eu queria dizer que o orgulho que a senhora sente dos seus filhos, eu sinto dos meus. Tenho quatro. Um deles é Deputado Federal e um outro, Estadual. E agora ele me ligou para lhe transmitir sua solidariedade, pois ele entrou para o Parlamento eleito pelo mesmo Partido de V. Ex^a e teve de abandoná-lo pela ditadura das decisões que eram tomadas pelo representante em São Paulo. Eram inaceitáveis, e ele não conseguia, democraticamente, expor seus pontos de vista. Então, receba a solidariedade do Deputado Romeu Tuma Júnior nesta tribuna, com seus colegas do Ceará e do Piauí.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Muito obrigada, Senador Romeu Tuma. V. Ex^a acompanhou de perto nosso trabalho na CPI; muitas vezes, tive que recorrer a V. Ex^a para nos ajudar para que a Polícia pudesse, o mais rápido possível, desbaratar aquelas redes. Graças a Deus, esse trabalho da Polícia Federal começa a acontecer, graças a um trabalho feito não por mim, mas por todos aqueles que fizeram parte da nossa CPI e que tiveram a vontade, a coragem e a paixão por essa causa que é de todos nós.

Receba também o meu abraço. Quero agradecer por suas palavras tão carinhosas e pelas de seu filho. E que a gente possa continuar nessa luta. Ouçó com muito prazer e com muito carinho a Senadora Heloísa Helena. Me permita, Senadora Heloísa Helena, eu não

a considero apenas uma Senadora, mas também uma amiga de horas tão especiais.

A Srª Heloísa Helena (P-Sol – AL) – Minha querida Senadora Patrícia Saboya! Pat! Só eu posso chamá-la assim, porque senão isso fica muito feio (risos). Você estava aqui – viu, Tasso, ela agora é mais minha amiga do que sua, disputo com o PSDB até nisso, embora seja amor antigo (risos) –, do meu lado, com a mãozinha fria, os olhinhos cheios de lágrimas, com sua meninada ali. E eu ficava lembrando um processo muito recente que passei. Claro que, se dependesse da meninada lá de casa, eu tinha dado um grito muito grande e tinha ido embora. Não teria nem enfrentado o processo que enfrentei. Mas, tenha certeza, Senadora Patrícia: agradeça a Deus pela maldita e fria carta burocrática. Pior são os açoites, as humilhações, a intolerância, a truculência das comissões de ética. Quando fui até à Comissão de Ética, fui porque fazia questão de olhar no olho de todos aqueles que estavam lá naquele imenso auditório de um hotel maravilhoso, bem diferente dos auditórios com os quais convivi na militância. Eu queria ver aqueles mesmos que antes gritavam para mim, com alegria: “Chegou a eterna líder!”, isso e aquilo outro; que lá estavam para levantar o crachá votando minha expulsão. Então, agradeça a Deus. Siga seu coração. Na dúvida – digo sempre –, siga o coração. Este é um momento de dor, de sofrimento, de humilhação, mas agradeça a Deus pela fria, maldita carta burocrática no lugar de um processo infame de açoites, de humilhações e intolerância que os tais conselhos de ética, que de ético nada têm, marcam a alma e o coração de uma pessoa. E tenha certeza, minha querida amiga Patrícia, há aquele poema do Ledo Ivo, que várias vezes falei aqui. Da mesma forma que há o Regimento do Senado, que temos de saber porque senão somos engolidos nessa desgraceira aqui toda, há o mais belo regimento, que é o do Ledo Ivo: “Eis o regimento do mundo: relâmpagos e raios antes das flores e dos frutos”. Isso é que é maravilhoso. Que Deus a proteja. Que Nossa Senhora a acalente. Que seus filhos lhe dêem carinho agora. Pensa bem, com serenidade, sem correria, sem nada. Que Deus a abençoe. Que todas as amigas e o carinho que conquistou nesta Casa sirvam de oxigênio. E não apenas nesta Casa. Mas que, por cada menininha e menininho que você defendeu na Comissão Mista, que tratava de um tema gravíssimo, que é a exploração das meninas, dos meninos, das crianças deste País, da pedofilia, você leve no seu coração o oxigênio, as lágrimas e o sorriso, e a força que deu para eles, que se viram representados na sua luta cotidiana aqui. Uma beijoca muito grande. Muitas felicidades. E pense nisto: “Eis o regimento do

mundo: relâmpagos e raios antes das flores e dos frutos”. Uma beijoca.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Obrigada, Senadora Heloísa Helena.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senadora Patrícia, permita-me um aparte?

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – V. Exª sabe de coração o que sinto. V. Exª partilhou comigo esses momentos fora daqui, momentos difíceis. Só posso dizer amém pelas suas palavras.

Muito obrigada.

Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Senadora Patrícia, vou falar menos para a senhora do que para as pessoas que estão ns ouvindo, porque imagino que, neste momento, devam existir pessoas angustiadas, achando que quem sai de um partido sai do Senado e morrendo de medo que a senhora saia da luta que a caracteriza aqui, pelo Ceará, pelas crianças e pela educação. Além disso, há pessoas que mudam de partido; a senhora está saindo de uma sigla. O seu Partido vai continuar, que é o seu Estado, que é o Nordeste, que é o Brasil, que são as crianças, as meninas e os meninos sob exploração sexual e aquelas crianças sem educação. Então, independentemente para onde a senhora vá, V. Exª vai continuar no Senado. Isso, em primeiro lugar, para que todos saibam, sobretudo as crianças do Brasil. Em segundo lugar, para qualquer sigla que a senhora vá, no momento oportuno, V. Exª vai continuar no mesmo partido. Como militante de um Partido, ou de uma sigla, ou como independente, a senhora vai estar no mesmo Partido que é o Partido das Crianças e, nesse Partido, eu estou com a senhora. Só queria lhe dizer isso.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Muito obrigada, Senador Cristovam Buarque, V. Ex, que é uma referência para todos nós, brasileiros, pela luta que vem travando ao longo da sua vida como um grande administrador e, certamente, dentre nós, o maior defensor da educação brasileira. Eu agradeço por conviver com V. Exª e poder aprender tanto. Muito obrigada por suas palavras.

Ouçõ a Senadora Ideli Salvatti com muito prazer.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senadora Patrícia, eu queria dizer a V. Exª, em primeiro lugar, do orgulho que nós, mulheres, temos da sua atividade aqui no Senado. Eu acho que todas as mulheres se sentem profundamente contempladas na sua atuação. Das Parlamentares desta Casa, V. Exª é a que mais tem a ver com aquilo que normalmente se espera das mulheres. Ou seja, a doçura, o jeitinho manso, a maneira sutil de fazer. Assim, se há alguém que tem um perfil

extremamente feminino neste plenário, com certeza é V. Ex^a, Patrícia. Mas todo esse seu jeitinho, toda essa sua doçura é acompanhada de uma firmeza como eu acho que poucos homens, neste plenário, já demonstraram. Essa forma de fazer com jeitinho e com doçura em nenhum momento eliminou toda a decisão, toda a firmeza necessária na condução da CPMI de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Há outro ponto muito forte em sua maneira de ser. V. Ex^a é reconhecida sem nunca ter desqualificado ninguém. V. Ex^a se apresenta, com seu jeito suave, com seu jeito macio e firme, e faz com que todos sejam sempre valorizados. V. Ex^a nunca se afirma desqualificando, desconsiderando ninguém. Quero dizer-lhe que é com muita emoção que acompanhamos sua decisão. Nós a respeitamos e esperamos que V. Ex^a encontre o melhor local, o melhor ambiente. Partido é isso mesmo, partido é pedaço. Se V. Ex^a está bem naquele pedaço, se comunga, se tem a mesma maneira de pensar, de agir e de conduzir-se coletivamente naquele partido, naquele pedaço, fica, caso contrário, muda. É uma pena. O PPS perdeu, talvez, a mais doce e mais firme Senadora que algum dia poderia ter. Como não poderia deixar de ser, as quatro mulheres do PT vão ficar muito felizes se V. Ex^a for a quinta.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Obrigada, Senadora Ideli Salvatti. V. Ex^a foi nossa Líder e tão bem nos dirigiu, nos orientou. Para mim é uma honra, um orgulho muito grande receber essas palavras vindas de V. Ex^a. Tenho certeza de que são palavras firmes, sinceras, palavras de quem conhece o meu estilo de fazer política, o meu estilo de falar o que penso. Realmente não gosto de desqualificar ninguém, porque acho que todo mundo tem o direito de ter a sua própria opinião. Mas busco, às vezes de forma intransigente, esse entendimento, para que no final possamos ter um resultado positivo. E V. Ex^a trabalhou muito na liderança e nos guiou a todos. Muito obrigada pelas palavras.

Ouçó o Senador Geraldo Mesquita com prazer e com honra.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-SOL – AC) – Não lhe chamo de Pati como a Senadora Heloísa, mas lhe chamo de minha querida amiga Patrícia, Senadora da República. Falo aqui em meu próprio nome e em nome de uma pessoa que lhe quer um bem enorme.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Sem Partido – CE) – Minha professora Adísia?

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-SOL – AC) – É a professora e jornalista Adísia Sá, minha tia. Tenho certeza de que a Adísia, se tivesse tido uma filha, que ela não teve, essa filha teria que ser ou V. Ex^a ou

alguém muito parecido com V. Ex^a, tal o apreço e o carinho que ela lhe tem.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Sem Partido – CE) – Obrigada.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-SOL – AC) – Nós dois passamos por momentos muito semelhantes. Também há pouco tempo vivi a situação de ter que me desligar do meu ex-partido. Não foi nada fácil, não foi nada agradável. Eu estava ouvindo o Senador Mercadante fazer aquela pergunta que ficou no ar: como é que se exclui de um partido uma Senadora como V. Ex^a? E eu aqui, respeitosamente, me atreveria a responder ao Senador Mercadante dizendo que, não vou nem entrar no mérito do que representou todo esse imbróglio entre V. Ex^a e seu Partido porque não me cabe julgá-lo. É algo restrito a V. Ex^a e a seu Partido. Mas fiquei com a impressão de que, no método, reproduziu-se o exemplo que a Senadora Heloísa Helena protagonizou no PT. Responderia ao Senador Aloizio Mercadante, fazendo a mesma pergunta: como é que se exclui de um partido uma Parlamentar como a Senadora Heloísa Helena e como V. Ex^a, que goza do respeito, da estima e da admiração não apenas do povo da sua terra, como do Brasil. O método – fixo-me nele – é extremamente desagradável. Bati de frente com a imposição do pensamento único, que é extremamente desagradável. No ano passado, vivi uma experiência muito parecida com a de V. Ex^a, de ter sido excluído de um fórum, de um ambiente sem ter tido, de parte de quem promoveu o ato, a delicadeza de ser comunicado. Aqui também falo respeitosamente. No ano passado, ainda fazia parte do PSB e, portanto, da Base de sustentação do Presidente Lula nesta Casa, e, por conseguinte, era membro da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE. Nela votei sistematicamente as proposições de interesse do Governo e, quando manifestei a minha disposição de votar contra o projeto das PPPs, fui aliado da Comissão e não recebi da Líder do Bloco, Senadora Ideli Salvatti, e do próprio PT uma comunicação pessoal, não recebi sequer um tchau. Eu também fui comunicado nos corredores. Eu estava indo para a Comissão, um funcionário me perguntou: “V. Ex^a vai para onde?” Eu digo: “Eu vou para a CAE”. “V. Ex^a já não faz parte mais da CAE”.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-SOL – AC) – Esse fato me aproxima muito de V. Ex^a. O outro também, a saída de um partido. Que coisa traumática, Senadora! É algo de que tento me recuperar até hoje. Como V. Ex^a diz, eu hoje me encontro num Partido onde olho para as companheiras e os companheiros, sinto-me, de fato, numa grande família, sinto-me em casa,

sinto-me num ambiente em que se discute democraticamente os assuntos, sinto-me em um ambiente em que podemos divergir – isso é uma coisa importante do processo democrático. Então, a par de me solidarizar com V. Ex^a, recomendo – se posso lhe recomendar algo – que não se abata com isso. Não se abata. Eu estou com a minha consciência absolutamente tranqüila. Eu deito todo dia, durmo e ronco. Sei que V. Ex^a também se sentirá assim porque conheço seu caráter, conheço sua postura...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-SOL – AC)

– ...como uma pessoa pública da maior grandeza deste País...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-SOL – AC)

– ...que honra este Senado, honra esta Casa e honrará sempre. Quero me solidarizar, desejar a V. Ex^a que seja feliz na sua caminhada política. Abrace as causas que V. Ex^a tem abraçado, com o denodo, com paixão, com orgulho e com amor, que todos nós estaremos aqui lhe aplaudindo.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS

– CE) – Obrigada, Senador Geraldo Mesquita.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senadora Patrícia, eu apenas gostaria de solicitar aos Srs. Senadores que tentem colaborar no tempo dos apartes para que outros Senadores possam também apartear V. Ex^a.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS

– CE) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Ex^a foi uma das primeiras pessoas com quem tive a oportunidade e o privilégio de conversar, até pelas ligações afetivas que temos na mesma terra, com a Professora Adísia Sá. Enquanto V. Ex^a falava, eu me lembrava do meu primeiro discurso nesta Casa, em que falávamos mais uma vez do carinho e da admiração dessa grande mulher, que orgulha também todos nós cearenses.

(Interrupção do som.)

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/

PPS – CE) – V. Ex^a, certamente, aprendeu muito cedo com a Professora Adísia Sá os ensinamentos que o acompanham, que lhe seguem e, certamente, irão lhe acompanhar pelo resto da vida. Suas palavras são muito importantes neste momento delicado para mim. Muito obrigada.

Ouçõ, com prazer, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Eu pedi ao Senador Tasso Jereissati que manifestas-

se aqui o meu apoio a V. Ex^a, prezada amiga e notável Senadora, mas acredito que S. Ex^a não o tenha feito.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Fê-lo pessoalmente.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Em meu nome também?

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS

– CE) – Também.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Então, peço desculpas. Conseqüentemente, manifesto tudo aquilo que S. Ex^a disse e mais alguma coisa no sentido da falta que V. Ex^a faria à bancada à qual pertencia. Creio que V. Ex^a dará um passo mais certo vindo para a bancada nossa, que se dá muito melhor com seu pensamento. Muito obrigado, Excelência.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Muito obrigada mesmo, Senador Antonio Carlos Magalhães, pelas suas palavras.

Senador Pedro Simon, com muito orgulho e prazer ouço V. Ex^a.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Perde muito o partido do qual V. Ex^a se retira. Falta sensibilidade, falta espírito público e falta a visão de um chefe partidário da qualidade daqueles que compõem a vida de seu partido. V. Ex^a, desde que chegou aqui, vem se impondo à admiração e ao respeito de toda a Casa. O trabalho que V. Ex^a vem desenvolvendo a favor dos menores e dos explorados talvez seja dos mais meritosos e bonitos já feitos por esta Casa. V. Ex^a, que, sabíamos nós, já tinha uma obra social no Ceará, em Fortaleza, tem aqui a oportunidade de demonstrar tudo o que representa, em termos de pureza, de dignidade e de grandeza. Penso que vivemos realmente uma hora muito confusa. O meu próprio amigo, companheiro Roberto Freire, vive uma hora confusa. S. Ex^a saiu de um partido, foi para um outro partido em que, na tentativa de crescer, tem aliados os mais variados. Apoiou o Governo Fernando Henrique, e já agora acredita que não deve apoiar o atual. Creio que o atual Governo tem muitos equívocos e muitos erros. Mas temos até a obrigação de torcer para que ele dê certo, porque será ruim para o País se ele não der certo. Então, impedir que V. Ex^a colabore, ajude, desenvolva não tem lógica, não tem explicação. Penso que o partido poderia, muito tranqüila e serenamente, fechar um olho e deixar que V. Ex^a desenvolvesse uma atuação, dizendo: “Nosso partido tem uma posição, mas reconhece que a nossa companheira está ajudando para melhorar, e é bom que ela faça isso.” Agora, expulsar do partido, sem avisar, sem dar direito de defesa a uma Senadora da República com uma atuação excepcional, não fica bem. Não fica bem para a classe política. Vivemos uma fase engraçada. De um lado, há Parlamentares

que pulam de partido, de galho em galho – só no início deste Parlamento, mais de 150 mudaram de partido, e há quem tenha mudado quatro vezes. Fazemos força no sentido de que um companheiro fique no partido e de que este tenha tradição e história. E V. Ex^a é expulsa do seu partido, sem o mínimo de explicação? Não há explicação. V. Ex^a tem ainda mais do que antes o carinho, o afeto, a admiração desta Casa. E eu, de modo muito especial, tenho uma admiração extraordinária por V. Ex^a, pela sua luta pessoal, pelas vitórias que V. Ex^a teve, sobrepujando-se a tudo e a todos, impondo-se à admiração e ao respeito. Tenha certeza de que, seja qual for o caminho que escolher, V. Ex^a haverá de ter a compreensão, o apoio e a solidariedade das mulheres e dos homens de bem do Ceará e do Brasil. Um abraço muito grande a V. Ex^a.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Senador Pedro Simon, eu estava aqui procurando alguma palavra, alguma frase para lhe agradecer. V. Ex^a é certamente a luz desta Casa. Quando cheguei aqui, deparei-me com casos difíceis de se resolverem. E não sinto vergonha quando tenho dúvida. Tenho dúvida, muitas vezes, em votações polêmicas. Lembrome de que, na primeira delas, sentei-me ao seu lado, pedi-lhe a sua opinião, e V. Ex^a me deu um conselho importante que guardarei para o resto da vida.

Portanto, fiz questão de lhe pedir – confesso – para vir aqui hoje me ouvir, porque o simples fato de saber que V. Ex^a está neste plenário já me dá um grande conforto e uma grande segurança. Muito obrigada por tudo.

Ouç o aparte do Senador Heráclito Fortes e, em seguida, do Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Patrícia Gomes, o Senado lhe presta aqui hoje, nesta tarde, uma homenagem que é maior do que qualquer punição sem direito a defesa que V. Ex^a recebe na vida pública. Não faça disso uma ferida; não faça disso uma cicatriz; passe por cima. A vida é assim mesmo. Ouvi, por exemplo, a Senadora Ideli, figura em quem sempre me inspiro, dizer que V. Ex^a era doce, suave, meiga. Mas não foi essa a característica que V. Ex^a impôs nesta Casa; e sim a da brava guerreira, lutadora, determinada, que enfrenta às vezes até a saúde pessoal em benefício de causas em que acredita. Daí por que V. Ex^a, desde o primeiro momento, marcou um lugar definitivo no Senado da República. V. Ex^a pode inclusive se dar ao luxo, pela manifestação que recebeu aqui, de ser uma Senadora suprapartidária. A Senadora Heloísa Helena diz que o Presidente Fernando Henrique é o sonho de consumo de um partido só; V. Ex^a é o sonho de consumo de todos os partidos. Qual partido não quer tê-la? Todos querem.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Muito obrigada.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Tenho o privilégio e a felicidade de ser de um Estado vizinho ao de V. Ex^a, e parece que a ligação do Ceará com o Piauí é tão grande que não temos muro, fronteira ou divisão. O espirro de um Estado vira gripe no outro. Portanto, a minha admiração por V. Ex^a vem do que escuto no Piauí através dos ecos mandados pela Ibiapaba. Aliás, V. Ex^a é produto de uma saga política iniciada pelo Tasso há alguns anos. E a primeira vez em que ouvi falar de S. Ex^a não foi do Tasso propriamente, mas de um galeguinho de olhos azuis que vinha chegando aí. Veio para ficar. Plantou e vem colhendo frutos ao longo do tempo. Portanto, digo a V. Ex^a que saia desse episódio com cabeça erguida. Não é preciso olhar para trás; olhe para frente. Aliás, aprendi na vida que muitas vezes é muito melhor um homem em pé do outro lado do rio do que de cócoras ao nosso lado. Fique à vontade e seja feliz.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Obrigada, Senador Heráclito Fortes. V. Ex^a também tem sido um grande companheiro e amigo. Muitas vezes recorro à experiência de V. Ex^a nesta Casa. Posso considerá-lo também um companheiro de grandes momentos. As palavras de V. Ex^a são muito importantes. Elas muito me sensibilizam. Muito obrigada realmente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – É de coração.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Eu sei que é de coração. Tenho o mesmo carinho por V. Ex^a. Muito obrigada mesmo.

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Peço desculpas ao Senador Flexa Ribeiro, que está pedindo a palavra há algum tempo. Não vi porque fiquei olhando para o outro lado.

Muito obrigada pela paciência, Senador Flexa Ribeiro, a quem ouço com muito prazer.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, V. Ex^a não deve desculpas a ninguém, muito menos a mim. A solidariedade que todos os seus pares lhe prestam neste momento é de toda a Nação brasileira, que nos assiste por meio da TV Senado. Tenha certeza disso. Este momento que V. Ex^a vive não deve ser de lágrimas. Não as derrame neste instante. V. Ex^a tem uma alma iluminada. Sou novo neste Plenário e tenho muito a aprender. Eu não imaginava entrar na vida política e já seguia o exemplo do seu Estado, dessa...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Todo o tempo que V. Ex^{as} entenderem necessário, Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Obrigada, Sr^a Presidente.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – ... dessa Liderança nacional que é o Senador Tasso Jereissati. A sua presença nesta Casa legislativa, o Senado Federal, engrandece a todos nós. Tenho a honra de sentar-me ao lado de V. Ex^a. Aprendi a admirá-la e a respeitá-la pela sua bravura e sua ternura. O Senador Heráclito Fortes disse que V. Ex^a é brava. É brava mas sem perder a ternura, a candura, que encanta a todos nós. Seus filhos têm muito que se orgulhar de V. Ex^a. Na minha casa, a minha família lhe admira muito, por sua postura no Senado Federal, defendendo suas posições em favor dos projetos sociais, sua bandeira nesta Casa. Vá em frente, Senadora Patrícia Saboya! Não esmoreça, pois a Nação brasileira vai, com certeza, estar a seu lado e Deus vai continuar iluminando o seu caminho, que é, com absoluta certeza, de um futuro brilhante. Que Deus a abençoe!

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Amém, Senador! Muito obrigada. Também conheço V. Ex^a há pouco tempo, mas contei com seu apoio em todos os momentos em que precisei de V. Ex^a. Portanto, agradeço o carinho, a ternura, a força com que V. Ex^a se pronunciou. Tenho certeza de que as lágrimas são por hoje, mas amanhã haverá de me ver este Plenário novamente sorrindo e esperançosa de construir um país cada vez melhor. Muito obrigada.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senadora Patrícia Saboya, quero apenas lembrá-la de que estou aqui.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Ouço, com prazer, o Senador Aelton Freitas e, em seguida, a Senadora Ana Júlia Carepa.

O Sr. Aelton Freitas (Bloco/PL – MG) – Senadora Patrícia Saboya, já não cabem mais palavras de elogios, verdadeiros, dos nobres colegas, mas eu não poderia deixar de trazer o meu abraço, a minha solidariedade, e de dizer que tropeções às vezes nos fazem correr um pouco, mas empurrões nos fazem correr muito mais. Não entendi o erro estratégico do seu ex-Partido, onde erraram, onde pecaram. Quero manifestar solidariedade a V. Ex^a e ao meu nobre conterrâneo Júlio Delgado, que tem não apenas a sua história própria, mas tem um berço, o exemplo de seu pai, Tarcísio Delgado, uma história na política, principalmente no meu Estado. Quero dizer que sempre acompanho os passos de V. Ex^a nesta Casa. Faço parte da maioria das Comissões, juntamente com V. Ex^a, e sei que o seu trabalho é digno de uma Senadora que representa não só o Estado do Ceará, mas que também representa

muito bem este País. Força, muita fé e conte sempre com este companheiro.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Muito obrigada, Senador Aelton Freitas. Tenho contado com V. Ex^a desde que cheguei a esta Casa. Somos companheiros em diversas Comissões, em que V. Ex^a tem-se destacado pelo trabalho que vem realizando. Portanto, ouvir as suas palavras é um momento muito especial, de gratidão, para mim. Muito obrigada.

Ouço, com prazer, o Senador José Agripino, Líder do PFL, a quem agradeço por estar aqui hoje. Obrigada, Senador.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, eu não me perdoaria se não tivesse conseguido chegar a tempo de fazer esta manifestação. Hoje foi um dia atribulado, pois houve o lançamento da refundação do meu Partido, que está tendo a humildade de se reciclar, de fazer uma nova plataforma, de se apresentar ao País com uma proposta de centro reformista. Ainda assim, tive a oportunidade de dar uma escapada e de vir até aqui para lhe dar uma palavra. Estou sabendo que o seu Partido, que merece respeito, está com uma atitude, que não compreendo, de lhe excluir dos quadros do PPS. Essa situação talvez lhe tenha criado incômodos e constrangimentos. Sei que esses fatos são dolorosos. Com certeza absoluta, mesmo depois das manifestações que ouviu dos seus colegas, S. Ex^{as} não disseram ainda o que vou dizer. V. Ex^a é tida neste Plenário como uma pessoa competente, que deveria falar mais, que fala o necessário e é, acima de tudo, uma doce pessoa que consegue tudo pelo seu talento, pela sua competência e pela sua forma de ser. Não sei o que se passou na cabeça do seu partido de lhe liberar dos quadros do PPS, não entendo. V. Ex^a disse que vai continuar fiel ao Presidente Lula, mas quero aqui ousar. O nosso Partido se orgulha da sua ação. Eu, Senadora Patrícia, ando na rua hoje e as pessoas me tratam tão bem, me cumprimentam com tanta efusão, me estimulam e me incentivam a dizer o que digo desta tribuna que me animo a lhe convidar a ingressar nos quadros do Partido da Frente Liberal. Sabe por quê? Porque V. Ex^a é uma patriota, V. Ex^a quer o melhor para o Brasil. Se quer o melhor para o Brasil – o que tenho certeza que quer –, venha para cá para trabalharmos. Não é para desestabilizar governo nenhum, não, mas para mudar para muito melhor. Então, fique com a palavra do seu conterrâneo vizinho, do Rio Grande do Norte, que lhe tem a mais profunda estima, que lhe tem muito apreço e que admira muito a sua forma de ser, franca e sincera. V. Ex^a é uma pessoa que fala pouco, mas age bem, é firme, decidida, não tem duas conversas, é um quadro de boa qualidade. Se quiser, venha para cá que a esperamos de braços abertos.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Senador José Agripino, V. Ex^a certamente me orgulha muito com este convite.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Estamos aqui em uma sessão muito emotiva, levando nosso carinho, nosso afeto à querida Senadora. Agora, o nobre Líder do PFL abusou. Se é para dizer isso, quero dizer que nós do PMDB a recebemos de braços abertos e tenho certeza de que todos aqui fazem suas as palavras do Líder do PFL. S. Ex^a a Senadora Patrícia Saboya tem liberdade para escolher.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

Peço aos nobres Senadores a síntese do aparte.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Muito obrigada, Senador Pedro Simon. Obrigada, Senador José Agripino. Vocês não sabem como estou feliz e acalentada por tantos companheiros e companheiras desta Casa me dizerem palavras tão delicadas.

Agradeço ao Senador José Agripino. Fiz questão de convidá-lo para este momento porque V. Ex^a é uma referência para o País. Tive o privilégio de conhecê-lo antes mesmo de ser Senadora. V. Ex^a é uma referência na administração que pôde fazer no seu Estado, Rio Grande do Norte. Tive também o privilégio de conhecer não mais a Dona Anita, mas a Anita, que foi minha colega, primeira-dama, minha companheira de tantas lutas e batalhas pelo social. Agradeço muito as suas palavras. Elas são muito especiais. Muito obrigada.

Peço permissão aos Senadores que já estavam inscritos para pedir ao Senador Alberto Silva que faça uso da palavra.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Minha cara Senadora, eu me convidei. Quando eu estava acompanhando a sessão e vi do que se tratava, vim até aqui para trazer nossa solidariedade. Neste momento, quem está falando é um cearense honorário. Tenho votação da Assembleia Legislativa do Ceará, por unanimidade, transformando-me em cidadão cearense honorário. Mas não é isso que quero dizer. Tenho uma ligação muito forte com a sua família. O seu avô foi um dos grandes e talentosos cearenses de Sobral e, com ele, tive entendimentos muito importantes para o desenvolvimento da sua terra. Sinto-me muito feliz de ter trabalhado oito anos no Ceará e de ter podido eletrificar o Estado inteiro, e a sede era em Sobral, hoje uma bela cidade, a sua cidade, penso eu. Mas não se trata disso. Trago-lhe

a minha solidariedade porque V. Ex^a nesta Casa é um exemplo de tudo o que já se disse. Em resumo, V. Ex^a é uma Senadora que honra esta Casa. Repito o convite do Senador Pedro Simon, como Presidente regional do meu Partido no Piauí, seu vizinho: venha para o PMDB, que nós a receberemos de braços abertos.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Obrigada, Senador Alberto Silva. Sua experiência, seu trabalho, sua honestidade e sua seriedade são motivo de orgulho para todos nós brasileiros, não apenas para o seu Estado. V. Ex^a tem sido o nosso guru, a nossa grande liderança nesta Casa. Agradeço muito a V. Ex^a pela sensibilidade e pelas palavras sempre tão doces e gentis.

Muito obrigada.

Ouçó, com prazer, o Senador Fernando Bezerra.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Vou repetir o que disse o Senador Pedro Simon, dizendo à Senadora Patrícia Gomes que o convite feito pelo Presidente Eduardo Azeredo do PSDB é unanimidade na Bancada.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Obrigada, Senador Flexa Ribeiro.

Ouçó, com prazer, a Senadora Ana Júlia Carepa.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senadora Patrícia. Vou ser repetitiva ao falar de suas características. Convivi com V. Ex^a, desde os primeiros momentos, em várias comissões, na Comissão de Assuntos Sociais, na CPMI da Exploração Sexual, e sei que V. Ex^a é uma pessoa firme, absolutamente firme quando há necessidade de denunciar, mas não é capaz de caluniar ninguém. Fiquei feliz de poder conviver com V. Ex^a como Parlamentar. Nós nos orgulhamos de ter uma mulher como V. Ex^a no Senado. A Senadora Ideli já falou que toda a Bancada do PT ficaria muito feliz de tê-la ao nosso lado, mas as mulheres em especial, porque V. Ex^a vem somar-se às quatro mulheres Senadoras do nosso Partido. Fico feliz mais ainda, Senadora, porque tive o prazer e a felicidade de ter convivido com V. Ex^a, com sua permissão, não apenas no Senado. Testemunhei a sua capacidade, a sua competência, o seu jeito aguerrido, a sua determinação de tentar mudar uma coisa que principalmente para nós, mulheres e mães, é tão dura: a exploração sexual de nossas crianças e adolescentes. V. Ex^a me permitiu também conviver com a sua família, com o que há de mais rico para nós: os filhos, como também com sua mãe e seus irmãos.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Senadora Ana Júlia, um beijo bem grande. Muito obrigada por tudo. Foi muito especial tê-la recebido no meu Estado, na minha casa. Nós que somos mães e que às vezes temos tantos problemas, temos também

oportunidade de falar das nossas dificuldades, das nossas dores do dia-a-dia. Certamente, com as mulheres desta Casa, tenho tido esse privilégio, e V. Ex^a é uma dessas mulheres, dessas mulheres que dão orgulho a toda esta Casa, pela sua sensibilidade, pela sua firmeza, pela sua determinação, pela luta que tem pelo seu Estado, pela sua seriedade, honestidade e dignidade. Muito obrigada por me dar esta oportunidade.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Eu é que agradeço. Quero dar meu testemunho de que várias pessoas me foram solidárias, mas V. Ex^a foi uma extremamente solidária quando não pude participar de um evento importante para a minha filha. Nunca me esquecerei disso!

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Muito obrigada, Senadora Ana Júlia, pelo carinho.

Concedo o aparte ao Senador Fernando Bezerra e, em seguida, aos Senadores João Batista Motta e Garibaldi.

O Sr. Fernando Bezerra (Bloco/PTB – RN) – Senadora Patrícia, infelizmente, não tive a oportunidade de ouvir o discurso de V. Ex^a e lamento. Mas lamento muito mais o fato de V. Ex^a, com tanta doçura, ter sido vítima de tanta violência e de um ato antidemocrático. Infelizmente, Senadora, não posso, como os outros, convidá-la, diante desta confusão enorme por que passa o meu Partido, mas V. Ex^a sabe o grande apreço que lhe tenho. Desde a sua chegada nesta Casa, tenho tido o privilégio e a honra de dividir as preocupações com o futuro do nosso Brasil, de acompanhar de perto a sua luta em defesa da criança e do adolescente contra a prostituição infantil, na defesa do nosso Nordeste e dessa desigualdade regional, na defesa do seu Ceará, de Fagner e de tantas outras figuras. Refiro-me a Fagner pela amizade que V. Ex^a tem com ele. Senadora, quero trazer-lhe minha integral solidariedade e dizer-lhe que quem perde é o PPS, seu ex-Partido. Perde e perde muito. V. Ex^a engrandecerá qualquer sigla partidária que vier a abrigá-la, de que V. Ex^a fará parte. Quero trazer-lhe o meu abraço fraterno e manifestar, de uma maneira afetiva, o bem que lhe quero. Lamento esse episódio, que é muito triste para a democracia em nosso País. Muito obrigado.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Muito obrigada, Senador Fernando Bezerra, meu quase conterrâneo, meu vizinho, meu amigo, meu colega. Certamente, tenho aprendido muito com V. Ex^a, por quem tenho grande admiração, grande respeito. Mais do que isso, tenho um grande carinho por V. Ex^a. Portanto, as suas palavras também são muito especiais para mim.

Ouçõ com muita atenção e carinho o Senador Garibaldi Alves Filho. Em seguida, ouvirei o Senador João Batista Motta.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senadora Patrícia, estamos assistindo a uma verdadeira consagração: uma sessão praticamente inteira dedicada a homenagear V. Ex^a, que merece. Seus filhos vão sair daqui orgulhosos por saber que sua mãe desfrutou de um conceito excepcional no Senado Federal. V. Ex^a fez por merecer, por sua atuação nas comissões, na CPI, na vice-liderança do Governo, no plenário. Onde V. Ex^a estiver haverá sempre uma palavra serena, ativa. Por isso, receba minha homenagem. A saída de V. Ex^a já produziu os seus efeitos, porque o Deputado Júlio Delgado me disse agora que vai sair também do PPS, juntamente com o Deputado Lupércio, que há pouco tempo estava neste plenário. Receba a minha homenagem, Senadora Patrícia.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Obrigada, Senador Garibaldi. Somos da Bancada do Nordeste e lutamos por uma região melhor, onde as pessoas tenham uma melhor condição de vida. V. Ex^a é unanimidade nesta Casa, pela sua inteligência, pelo seu brilho e pela dedicação que tem a essa causa.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Muito obrigada.

Concedo o aparte ao Senador João Batista Motta.

O Sr. João Batista Motta (PMDB – ES) – Senadora Patrícia, quando Prefeito do meu Município, em 1983, tive o prazer de levar todos os membros do PCB, depois PPS, para minha administração, e fizemos uma grande obra. Chegando ao Senado, o que mais me trouxe alegria foi a assinatura no PPS, aquele Partido que comecei a admirar há 40 anos. Formamos uma Bancada bonita, uma Bancada de três Senadores de mãos limpas. Falo em nome também do Senador Mozarildo Cavalcanti, que conviveu com V. Ex^a durante quase dois anos, assim como eu. Sou testemunha da sua inteligência, da sua capacidade, da sua lealdade. Sou testemunha também do sofrimento de V. Ex^a neste momento, porque passei por momentos idênticos ao que V. Ex^a está passando hoje, com a saída desse partido que V. Ex^a, tenho certeza, trazia no fundo do coração. Lamento, mais uma vez. Trago aqui a minha indignação e o meu protesto contra uma atitude como essa que a direção do PPS tomou contra uma Senadora do quilate de V. Ex^a. Senadora Patrícia Saboya Gomes, convivi com muitas pessoas durante os meus 67 anos de idade, mas alguém com tamanha firmeza, competência e lealdade aos seus companheiros, V. Ex^a foi a número um! Felicidades! Levante a cabeça! Ingresse em um

partido, principalmente que não seja de desligar seus membros, principalmente quando agem ideologicamente, com firmeza, colocando em prática aquilo que vieram fazer nesta Casa. Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Eu que agradeço, Senador João Batista Motta, com quem tive o orgulho de conviver também no PPS. Aqui, quantas e quantas vezes, nos reunimos e discutimos o que pudesse ser o melhor para o País. V. Ex^a sempre foi um grande companheiro, e, mesmo quando saiu do partido, antes de mim, continuamos a ter a mesma amizade e carinho. Muito obrigada pelas palavras. Eu, que tive a oportunidade de visitar sua terra ao participar de sua filiação, fico muito feliz com as palavras de V. Ex^a.

Ouçó, com prazer, o Senador Efraim Moraes.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, é com alegria que vou apartear V. Ex^a, como o faz toda a Casa. Os convites já foram feitos. O que posso dizer é que, qualquer que seja o partido para o qual vá V. Ex^a, esse partido vai se fortalecer pelo caráter, pela seriedade, pela transparência com que faz política e pela forma com que V. Ex^a conseguiu, neste plenário, a amizade de todos, independentemente de partido. Tenho convicção e certeza de que V. Ex^a terá a paciência suficiente para escolher a nova legenda. Vivemos um momento difícil no Congresso Nacional, na vida política desse partido, e tenho a convicção de que V. Ex^a saberá escolher o melhor para concluir seu mandato, que muito tempo ainda tem, mas saberá, acima de tudo, continuar em defesa dos interesses do País e do seu querido Ceará. Que Deus lhe abençoe e mostre o caminho que deve seguir. Evidentemente, tenho que seguir a orientação do meu Líder: o PFL está de coração aberto para V. Ex^a. Espero, sim, que aqueles que lhe tiraram, de forma brutal, do seu partido entendam que perderam, e muito, pela qualidade da mulher e da política que é V. Ex^a.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Muito obrigada, Senador Efraim Moraes. Também tenho tido a oportunidade de conviver com V. Ex^a, todos sabem. Situo-me na Bancada que apóia o Governo Lula, e V. Ex^a faz parte da Oposição, mas tenho encontrado em V. Ex^a sempre a ponderação e o equilíbrio nas horas difíceis pelas quais muitas vezes esta Casa passa. Portanto, ouvir suas palavras também é motivo de muito orgulho e de muita satisfação para mim. Muito obrigada mesmo.

Ouçó, com muito carinho, a companheira e amiga Senadora Lúcia Vânia.

A Sr^a Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senadora Patrícia, ao ouvir seu discurso sereno, porém forte, determinado e corajoso, recordou-me o pronunciamento

que V. Ex^a fez em Roma, quando defendeu, com muita propriedade, esta Casa e o nosso País, mostrando sua serenidade, mas também sua indignação. Indignação que V. Ex^a demonstra em seu discurso de hoje, porque é impossível, para todos nós que estamos nesta Casa, entender como um quadro como V. Ex^a pode ser dispensado de um partido. Acabamos todos nós nos perguntando onde os partidos querem chegar com um comportamento desses. Num momento tão importante da vida nacional, em que a classe política está desacreditada perante a sociedade, perder um quadro como V. Ex^a é perder um quadro de excelência. Nesta Casa, em pouco tempo, V. Ex^a mostrou competência, determinação e conhecimento. Viajou pelo Brasil inteiro, levando a mensagem desta Casa de seriedade no trabalho e de responsabilidade. A CPI dirigida por V. Ex^a apresentou resultados que poucas CPIs apresentaram. E, quando V. Ex^a apresentou neste plenário um elenco de modificações no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Código Civil e no Código Penal, a Casa se orgulhou, mais uma vez, de seu trabalho. Portanto, leve a nossa solidariedade. Seja feliz! Se puder vir para o PSDB, ótimo. (Risos.) Será mais uma companhia que teremos na Bancada. Se não, que Deus ilumine o seu caminho. O Senador Cristovam Buarque disse, com muita propriedade, que, para qualquer partido que V. Ex^a for, levará consigo o seu projeto em favor das crianças do País.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Muito obrigada, Senadora Lúcia Vânia. V. Ex^a esteve comigo em todos os momentos, inclusive na CPI. Foram momentos muito difíceis. V. Ex^a é que é um exemplo, principalmente na área social, e com tanta dedicação e entusiasmo que tem mostrado ao Brasil um trabalho sério, que apresenta resultados também em relação às crianças e aos adolescentes. V. Ex^a esteve comigo em Roma, e tem contribuído para o social, tem deixado sua marca no Brasil, principalmente pelas crianças e adolescentes, com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Eu é que parabeno e agradeço a V. Ex^a por suas palavras. MUITÍSSIMO obrigada! Estaremos sempre juntas nessa mesma luta, que é de todos nós brasileiros, homens e mulheres de boa-fé.

Ouçó, para concluir, o Senador José Jorge; em seguida, os Senadores Reginaldo Duarte e Antônio Leite.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senadora Patrícia, em primeiro lugar, eu me solidarizo com V. Ex^a. Todos nós temos grande admiração pelo trabalho que realiza nesta Casa. Como Líder da Minoria, também gostaria de colocar nossos dois partidos à sua disposição. V. Ex^a pode escolher entre PFL e PSDB, porque, de qualquer maneira, estará dentro da Minoria. Há poucos minutos, estava em meu gabinete trabalhando em

um projeto de sua autoria, cujo Relator é o Senador Cristovam Buarque. Trata-se do projeto que inclui, no ensino fundamental, o Estatuto da Criança e do Adolescente, tentando encontrar uma solução que contivesse a mesma idéia, com uma formatação idêntica... No momento em que V. Ex^a deixa seu partido, a Liderança da Minoria está à disposição de V. Ex^a para que continue realizando seu trabalho com o brilho com que tem realizado até hoje. Muito obrigado.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Agradeço a V. Ex^a pelo convite. Fico muito sensibilizada. Parabéns a V. Ex^a pela forma tão dedicada e séria com que tem tratado também os problemas de educação do nosso País. V. Ex^a também é um especialista, assim como o Senador Cristovam Buarque, e tem dado uma grande contribuição. Fico muito feliz de ser sua colega, de poder aprender com V. Ex^a tantas coisas importantes com as quais tem contribuído para esta Casa, principalmente nas Comissões. Agradeço, muito sensibilizada, as palavras de V. Ex^a.

Ouçô, com prazer, meu conterrâneo e colega Senador Reginaldo Duarte; em seguida, o Senador Antônio Leite, para que possa concluir meu pronunciamento.

O Sr. Reginaldo Duarte (PSDB – CE) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, não tive a oportunidade de ouvir suas palavras proferidas da tribuna, porque tive que me ausentar da Casa para tratar de assunto de interesse de minha terra, mas tenho certeza de que foi uma belíssima peça de oratória. Congratulo-me com V. Ex^a pelo discurso proferido. Expresso também a minha revolta e a minha repulsa pela maneira com que V. Ex^a foi tratada por seu ex-Partido, no qual entrou pela porta da frente e ao qual tanto se dedicou tanto no Ceará quanto nesta Casa. Quiseram que a ilustre Senadora saísse pela porta dos fundos, mas moralmente V. Ex^a sai pela porta da frente, a mesma pela qual entrou. Seu povo, o povo do Ceará, conhece V. Ex^a. Conhece sua obra, sua vida, sua renitência em lutar pelos problemas do Ceará. V. Ex^a não perdeu com isso. Pelo contrário, ganhou muito. Muito obrigado.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Obrigada, Senador Reginaldo Duarte, meu conterrâneo, querido amigo, que pertence à nossa Bancada do Ceará e que sempre divide os problemas e busca o melhor para o nosso Estado. Fico muito feliz em ser companheira de V. Ex^a, mesmo estando em partidos diferentes, pois sempre tenho dialogado com V. Ex^a, que tem dado o melhor de si pela causa do nosso Estado, ainda tão pobre e com tantas dificuldades. Parabéns pelo seu trabalho e muito obrigada pelas suas palavras!

Ouçô o último Senador que me solicitou aparte, o Senador Antônio Leite.

O Sr. Antônio Leite (PMDB – MA) – Senadora Patrícia Saboya Gomes, é admirável o carinho que todos os Senadores e Senadoras têm por V. Ex^a. Eu diria que esse mérito suprapartidário é seu, poucos o têm. Bola para frente. Continue agindo de acordo com a sua consciência. Sucesso!

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Muito obrigada, Senador. Agradeço a generosidade das palavras de V. Ex^a.

Sr. Presidente, quero agradecer a Presidência desta Casa por ter me dado a oportunidade de ouvir todos aqueles que me apartearam, agradecendo a tolerância e compreensão da Mesa em relação a este momento importante na minha vida...

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Permite-me, Senadora Patrícia, um aparte?

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Ouço o Senador Capiberibe, para que possa concluir o meu pronunciamento.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Senadora, em meu nome e em nome da nossa Bancada, a pequena Bancada do Partido Socialista Brasileiro, manifesto a nossa solidariedade e o nosso reconhecimento pelo trabalho que V. Ex^a desempenha nesta Casa, sobretudo em defesa daqueles que não têm voz. Recebi uma ligação do Líder do meu Partido na Câmara, solicitando que eu me apressasse para chegar a tempo de dizer que V. Ex^a será muito bem-vinda ao PSB, um partido com longa história e que, neste momento de crise, está preocupado com os destinos do nosso País. Sabemos que são crises recorrentes e somos eleitos para tratar dessas crises. A oportunidade de demonstrarmos a nossa responsabilidade é esta. Sabemos que a atividade política é extremamente desqualificada, mas cabe a nós, os eleitos, dar condução a esta crise. Neste momento em que V. Ex^a deixa o seu Partido, é evidente que precisamos fortalecer as instituições que são os partidos políticos. Eu queria, mais uma vez, em meu nome, em nome da Liderança na Câmara dos Deputados e em nome do Presidente do Partido, Miguel Arraes, dizer que V. Ex^a é muito bem-vinda ao Partido Socialista Brasileiro, se assim decidir.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – V. Ex^a não imagina como, para mim, é gratificante ouvir um convite dessa natureza, ainda mais vindo de um homem que é reconhecido no Brasil inteiro, Miguel Arraes, e de V. Ex^a, que já passou por momentos difíceis, por momentos em que foi injustiçado nesta Casa. Eu o conheço e sei da seriedade de V. Ex^a. Portanto, as suas palavras também são muito bem acolhidas no meu coração. Mande um abraço muito carinhoso ao Presidente do PSB, Miguel Arraes. Muito obrigada.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PPS – CE) – Sr. Presidente, para encerrar as minhas palavras, eu queria deixar muito claro, neste momento em que também se discute a reforma política. As pessoas, no meu Estado, votaram em mim para que eu fosse a Senadora eleita pelo PPS. No momento, certamente, as pessoas estão confusas, sem entender direito o que acontece no nosso País, na crise em que estamos vivendo, com um troca-troca de partidos muito grande. É inaceitável que, às vezes, as pessoas, em 24 horas, troquem de legenda.

O meu povo me elegeu para ser a Senadora do PPS, repito. Portanto, quero deixar, neste momento, uma palavra aos meus eleitores do Ceará: saio do PPS não porque quero, não traio os meus eleitores, que votaram em mim para ser uma Senadora do PPS, mas, infelizmente, tenho que dizer que fui traída pelo meu Partido. Mas não carregó mágoa. Pelo contrário, por tudo que ouvi aqui hoje, por todos os relatos, por todos os pronunciamentos e apertes de Senadores e Senadoras desta Casa.

Só tenho a agradecer a Deus, agradecer a Deus as palavras tão gentis, as palavras tão generosas, as palavras tão carinhosas de todos os meus colegas que aqui se pronunciaram, de diferentes partidos. Isso me dá uma calma, um conforto, uma segurança. Mas, mais do que isso, a certeza de que vou continuar a minha luta, nesta estrada, fazendo o que for melhor, antes de qualquer coisa, para o povo, o povo do meu Estado do Ceará.

Sr. Presidente, se me permite, em homenagem a um grande amigo, Fagner, poeta e compositor cearense, leio parte de uma música dele e de Fausto Nilo que considero das mais bonitas:

Há fotografias de Hiroshima
nos olhos das meninas do sertão,
pássaros perdidos na neblina
e o medo de se apaixonar.
Mas há um pássaro que vence um avião
por quem Picasso explodiu seu coração
pra que o céu ficasse azul,
pra que o planeta fosse um
e a Humanidade encontrasse a mãe.”

Muito obrigada. (Palmas.)

Durante o discurso da Sra. Patrícia Saboya Gomes, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente, pelas Sras. Heloísa Helena e pelos Srs. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, e Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– A Presidência comunica ao Plenário que constatou

a existência de inexatidão material, cuja correção não importa em alteração do sentido da matéria, no texto do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2005 (Medida Provisória nº 237/2005, na origem), aprovado sem alterações pelo Senado Federal no dia 9 último.

Nesse sentido, em observância ao disposto nos incisos II e III do art. 325 do Regimento Interno, a Presidência determinou a confecção de redação final da matéria, a fim de registrar corretamente o nome do Programa “Promoex” e do Programa “Pnage”, constantes, respectivamente, dos arts. 8º e 9º do Projeto, em virtude de serem objeto de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, objeto da Mensagem nº 156, de 2005, que tramita nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Sobre a mesa, redação final que passo a ler.

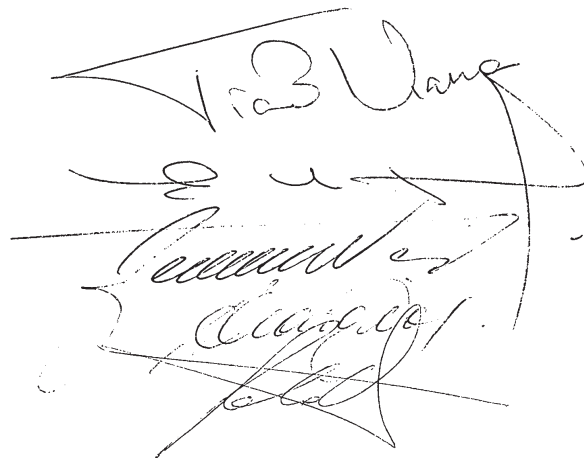
É lida a seguinte:

PARECER Nº 1.017, DE 2005
(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2005 (Medida Provisória nº 237, de 2005).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2005 (Medida Provisória nº 237, de 2005), que autoriza a União a prestar auxílio financeiro aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País; altera a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, a fim de registrar corretamente o nome do Programa “Promoex”, contante do art. 8º, e do Programa “Pnage”, constante do art. 9º.

Sala de Reuniões da Comissão, 16 de junho de 2005.



ANEXO AO PARECER Nº 1.017, DE 2005

Redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2005 (Medida Provisória nº 237, de 2005).

Autoriza a União a prestar auxílio financeiro aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País; altera a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É a União autorizada a entregar aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, no exercício de 2005, o montante de R\$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), com o objetivo de fomentar as exportações do País, de acordo com os critérios, prazos e condições previstos nesta lei.

Art. 2º A parcela pertencente a cada estado, incluídas as parcelas de seus municípios, e ao Distrito Federal será proporcional aos coeficientes individuais de participação discriminados no anexo desta lei.

Parágrafo único. O montante citado no art. 1º desta lei será entregue aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios na razão de 1/12 (um doze avos) no último dia útil de cada mês, observado o disposto no art. 6º desta lei.

Art. 3º Do montante dos recursos que cabe a cada estado, a União entregará diretamente ao próprio estado 75% (setenta e cinco por cento) e aos seus municípios 25% (vinte e cinco por cento).

Parágrafo único. O rateio das parcelas dos municípios obedecerá aos coeficientes individuais de participação na distribuição da parcela do ICMS de seus respectivos estados, a serem aplicados no exercício de 2005.

Art. 4º Para a entrega dos recursos à unidade federada, a ser realizada por uma das formas previstas no art. 5º desta lei, serão obrigatoriamente considerados, pela ordem e até o montante total da entrega apurado no respectivo período, os valores das seguintes dívidas:

I – contraídas no Tesouro Nacional pela unidade federada, vencidas e não pagas, computadas primeiro as da administração direta e depois as da administração indireta;

II – contraídas pela Unidade Federada com garantia da União, inclusive dívida externa, vencidas e não pagas, computadas inicialmente as da administração direta e posteriormente as da administração indireta; e

III – contraídas pela unidade federada nos demais entes da administração federal, direta e indireta, vencidas e não pagas, computadas inicialmente as da administração direta e posteriormente as da administração indireta.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso III do **caput**, deste artigo, ato do Poder Executivo Federal poderá autorizar:

I – a inclusão, como mais uma opção para efeito da entrega dos recursos e na ordem que determinar, do valor correspondente a título da respectiva unidade federada na carteira da União, inclusive entes de sua administração indireta, primeiro relativamente aos valores vencidos e não pagos e, depois, aos vencidos no mês seguinte àquele em que serão entregues os recursos; e

II – a suspensão temporária da dedução de dívida compreendida pelo inciso III do **caput** deste artigo, quando não estiverem disponíveis, no prazo devido, as necessárias informações.

Art. 5º Os recursos a serem entregues mensalmente à unidade federada, equivalentes ao montante das dívidas apurado na forma do art. 4º desta lei, serão satisfeitos pela União nas seguintes formas:

I – entrega de obrigações do Tesouro Nacional, de série especial, inalienáveis, com vencimento não inferior a 10 (dez) anos, remunerados por taxa igual ao custo médio das dívidas da respectiva unidade federada no Tesouro Nacional, com poder liberatório para pagamento das referidas dívidas; ou

II – correspondente compensação.

Parágrafo único. Os recursos a serem entregues mensalmente à unidade federada equivalentes à diferença positiva entre o valor total que lhe cabe e o valor da dívida apurada nos termos do art. 4º desta lei e liquidada na forma do inciso II deste artigo serão satisfeitos por meio de crédito, em moeda corrente, à conta bancária do beneficiário.

Art. 6º Para efeito de aplicação desta lei, o Ministério da Fazenda definirá, em até 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação, as regras da prestação de informação pelos estados e pelo Distrito Federal sobre a efetiva manutenção e aproveitamento de créditos pelos exportadores a que se refere o art. 155, § 2º, inciso X, alínea **a**, da Constituição Federal.

Parágrafo único. O ente federado que não enviar as informações referidas no **caput** deste artigo ficará sujeito à suspensão do recebimento do auxílio de que trata esta Lei.

Art. 7º A regularização do envio das informações de que trata o art. 6º desta lei permitirá o recebimento dos recursos no mês imediatamente posterior, observado o disposto no parágrafo único do art. 2º desta lei.

Art. 8º É a União autorizada, por meio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a prestar assistência técnica e financeira aos estados, Distrito Federal e municípios com o objetivo de promover o fortalecimento institucional de seus Tribunais de Contas para cumprimento do estabelecido na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, por intermédio do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros – Promoex.

Parágrafo único. Para os efeitos do caput deste artigo, são cláusulas obrigatórias nos convênios firmados pelos órgãos envolvidos:

I – o compromisso do tribunal participante de encaminhar, em formato eletrônico, conforme cronograma a ser definido, os dados referentes aos arts. 51, 52 e 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e os relativos ao cumprimento dos limites mínimos de gasto com saúde e educação, que atendam à necessidade de informação do órgão central de contabilidade da União;

II – a devolução à União dos recursos transferidos, no caso de descumprimento de obrigações no período de vigência do convênio, conforme gradação a ser estipulada.

Art. 9º É a União autorizada, por meio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a prestar assistência técnica e cooperação financeiras aos Estados e ao Distrito Federal para modernização das funções de planejamento e de gestão no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – PNAGE.

Art. 10 O art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, passando o atual parágrafo único a vigorar como § 1º, com a seguinte redação:

“Art. 8º.....

§ 1º Excluem-se das vedações a que se refere o inciso II do **caput** deste artigo:

I – a contratação de operações de crédito instituídas por programas federais, destinadas à modernização e ao aparelhamento da máquina administrativa dos Municípios;

II – os empréstimos ou financiamentos em organismos financeiros multilaterais e em instituições de fomento e cooperação ligadas a governos estrangeiros que tenham avaliação positiva da agência financiadora, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e na Caixa Econômica Federal, desde que contratados dentro do prazo de 7 (sete) anos contado de 30 de junho de 1999 e destinados exclusivamente à complementação de programas em andamento; e

III – as operações de crédito destinadas à implantação de projeto de melhoria em sistemas de iluminação pública, no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz.

§ 2º Os efeitos da exclusão a que se refere o inciso III do § 1º deste artigo retroagem a 29 de junho de 2000 “(NR)

Art. 11 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

A N E X O

AC	0,2744%	PB	1,4302%
AL	4,3752%	PE	0,6902%
AM	3,2328%	PI	0,9683%
AP	0,9973%	PR	8,6683%
BA	4,4506%	RJ	2,3220%
CE	1,9816%	RN	1,9305%
DF	0,0496%	RO	1,1196%
ES	9,2782%	RR	0,2542%
GO	2,7487%	RS	7,5130%
MA	4,3531%	SC	7,5214%
MG	6,3221%	SE	0,2818%
MS	1,6964%	SP	3,5133%
MT	9,3948%	TO	0,7410%
PA	13,8914%	BR	100%

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Em virtude de tratar de matéria de medida provisória anterior à constante da Ordem do Dia, passa-se à sua imediata apreciação.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A Presidência encaminhará novos autógrafos da matéria à sanção e fará a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Pelo tempo que resta da sessão, concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas, em virtude desta Presidência ter solicitado a S. Ex^a que abrisse mão da sua vez para a Senadora Patrícia Saboya.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, agradeço muito a sua compreensão, mas também tive o consentimento do nobre Senador Alvaro Dias e pretendo dividir o tempo que nos resta com S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Ao Presidente Alvaro Dias os agradecimentos da Mesa pela compreensão.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Quero aproveitar esse momento e agradecer aos Vereadores de Minas Gerais, da minha região, da cidade de Conquista que se fazem presentes, o Presidente da Câmara, Sílvio Canassa, o Vice-Presidente Mauro Donizete Casemiro, a Vereadora e Secretária da Mesa Aparecida Ferreira Clementino, o Vereador Waldir José Santana e ao Assessor de Imprensa Libório Leal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste momento em que os debates se concentram no papel de investigação que compete ao Congresso Nacional, venho a esta tribuna trazer novamente um assunto importante que não pode ser esquecido em virtude de outros temas: trata-se dos investimentos demandados pelas precárias estradas brasileiras. Há muito vêm sendo feitos por mim e por outros nobres pares apelos construtivos à equipe econômica do Governo Lula, que, entretanto, ainda não surtiram o efeito necessário. Refiro-me ao bloqueio de verbas orçamentárias do Ministério dos Transportes, sem as quais não existe a menor condição de se recuperarem as estradas brasileiras, a grande maioria em estado deplorável.

Quero especialmente reforçar os apelos do Partido Liberal à equipe econômica do Governo, para que dê aos nossos correligionários Alfredo Nascimento,

Ministro dos Transportes e Alexandre Silveira, Diretor Geral do Dnit, as condições orçamentárias para a execução de reais melhorias de infra-estrutura, tão urgentes neste País. O compromisso do nosso partido com o Governo Lula é de gerir esse setor, promovendo avanços significativos, mas tal meta só será cumprida se a Pasta realmente for prestigiada dentro dos investimentos federais.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Pois não, nobre Senador Alberto Silva, apesar de eu estar numa comunicação inadiável. Mas é um prazer ouvi-lo.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – O Presidente permite?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Bem rápido.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Quero solidarizar-me com o discurso de V. Ex^a e dizer que apresentei um trabalho aqui há algum tempo para reparo de todas as estradas por meio de uma câmara de gestão e recursos substanciais para consertar 36 mil quilômetros de estradas destruídas. V. Ex^a levanta o tema. Vamos juntar esforços para ver se conseguimos isso que o Brasil está esperando de nós e do Governo Lula.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Aliás, V. Ex^a é uma das maiores autoridades neste assunto de infra-estrutura, e nosso Governo tem oportunidade de ouvi-lo. Estou de mãos dadas com V. Ex^a. Vamos fazer o que for necessário.

Buracos se tampam com recursos e não apenas com palavras. Trata-se de uma força de expressão, mas sintetiza a dificuldade que é trabalhar em uma área estratégica para o desenvolvimento do País com recursos escassos. Dessa forma, os R\$6 bilhões previstos no Orçamento da União para a Pasta dos Transportes não poderiam ser afetados por decretos de contingenciamento. O que queremos são condições mínimas para que o País vá, dentro da sua realidade, revitalizando sua infra-estrutura de transportes de forma mais acelerada.

A precariedade atual de nossa infra-estrutura de transportes, especialmente das rodovias, coloca em risco diariamente a vida de milhares de brasileiros e representa um grave entrave ao crescimento da economia, sobretudo do agronegócio, nossa principal atividade. Pelo fato de as lavouras mais rentáveis estarem localizadas nas fronteiras agrícolas, nas regiões distantes da costa, bem no centro do País, grande parte da nossa produção cruza este País em caminhões por rodovias muitas vezes mal conservadas e até destruídas.

Estimativas da Fundação Dom Cabral, após um estudo junto a 120 empresas, indicam que cerca de 3% de toda a safra se perde com trepidação dos veículos de transporte, provocada pelo mau estado das rodovias. Alguns chegam a calcular perda de até R\$1 bilhão no ano passado só com esse problema.

É neste contexto que o péssimo estado das rodovias, principalmente na minha região, o Triângulo Mineiro, se torna ainda mais grave, Sr. Presidente. Por elas passa a produção de norte a sul, de leste a oeste do nosso País, além de integrarem uma região, por si só, de grande potencial econômico para Minas e para o Brasil. Só o Triângulo Mineiro contribui com aproximadamente R\$2 bilhões ao ano em impostos para o nosso País, mas, apesar disso, possui as piores estradas do País. A maioria das estradas federais que passam pelo Triângulo Mineiro estão em mau estado de conservação e carentes de reparos que se fazem a cada dia mais urgentes, sob risco de causar uma paralisação produtiva que ninguém deseja.

Trechos como Araguari-Uberlândia, Uberlândia-Patrocínio, Tupaciguara-Monte Alegre-Uberlândia, apresentam buracos e má sinalização. A BR-050, uma das principais da nossa região, por exemplo, liga o Sul e o Sudeste do País e, somente após uma série de ações políticas em conjunto dos parlamentares da região, conseguimos do Governo a liberação de R\$4 milhões apenas para um recapeamento em trecho entre Uberaba e Uberlândia, que estava em condição precária. Apesar da boa vontade do Ministro dos Transportes, os recursos ainda são poucos, muito poucos, e sem dinheiro suficiente os exemplos de precariedade só se sucedem.

No final da última semana, a Justiça Federal em Uberlândia, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, determinou a interdição imediata da BR-365, rodovia que liga a Cidade de Ituiutaba ao Estado de Goiás, em trecho entre Uberlândia e Monte Alegre de Minas, que está com trânsito liberado apenas para veículos de urgência, de serviços públicos e ônibus de passageiros. A interdição foi motivada pelo excesso de buracos e de acidentes naquele trecho, e a Justiça deu prazo de apenas 30 dias para o Dnit iniciar as obras de recuperação da estrada. Em caso de desobediência, o órgão federal estará obrigado ao pagamento de multa diária de R\$ 5 mil por dia.

Esse caso da BR-365 é emblemático, pois explica a origem de problemas de muitas rodovias. O Dnit informa que já foi aprovado o processo licitatório das obras, mas a recuperação esbarra no bloqueio de recursos do Ministério da Fazenda. Mais uma vez. Como se não bastasse, o Ministério Público Federal ainda está pleiteando a interdição de outros pontos críticos

na mesma BR-365 entre Uberlândia e São Gonçalo do Abaeté e também nas BRs 050, 153 e 452.

A BR-153, por exemplo, que liga Curitiba a Brasília, passando pelo Triângulo Mineiro, mais precisamente na região de Frutal, Prata e Itumbiara, em Goiás, já tem 270 quilômetros que são só buracos. A BR-452, que passa por Rio Verde, Itumbiara, Tupaciguara, Uberlândia e Araxá, interligando Minas e Goiás, foi parcialmente restaurada, mas em seu trecho mineiro ainda uma pista muito danificada e acostamento todo deteriorado.

Além do crescente risco de acidentes, a péssima condição das estradas estimula os assaltos, especialmente aos ônibus interestaduais e caminhões de cargas.

Toda a produção do Centro-Oeste passa pela nossa região, pela região do Triângulo Mineiro, pelo Alto Paranaíba. Logo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se não recuperarmos as estradas, a produção sofrerá prejuízos irreparáveis.

A questão, como se vê, requer realmente uma revolução em nossas estradas, que hoje acumulam mazelas produzidas ao longo de vários e sucessivos erros de planejamento. Não é hora para se preocupar em apontar culpados. É hora de olhar para frente e aproveitar a capacidade de trabalho daqueles que hoje estão à frente dos projetos do setor.

Mesmo com os obstáculos, o Ministério dos Transportes já restaurou durante este Governo 6.583 quilômetros e fez obras de conservação e manutenção, tapa buracos, eliminação de pontos críticos e melhorias de sinalização em aproximadamente 42 mil quilômetros. São números que refletem trabalho, mas que ainda se mostram insuficientes para a demanda do País. Por isso mesmo, é tão importante que a previsão orçamentária de R\$6 bilhões para a Pasta dos Transportes seja mantida, pois possibilitará a aplicação total de R\$4,7 bilhões nas nossas rodovias.

É com isso que conto, como ouvi aqui do nobre Senador Alberto Silva, ou seja, com o apoio dos nobres pares para que sejam descontingenciados esses recursos e que o Ministério dos Transportes possa realizar o seu trabalho, possa cumprir as suas metas e o seu desafio, que é recuperar as estradas brasileiras.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Aelton Freitas, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Octávio, 3º Secretário.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octavio – PFL – DF) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, só desejo um minuto para pedir a V. Ex^a que dê como lida mensagem que encaminho à Mesa do Senado para cumprimentá-la e também aos consultores da área de orçamento do Senado, pela inauguração do Sistema de Informações Gerenciais Avançado, “Siga Brasil,” que serve hoje para que qualquer cidadão no Brasil ou no exterior possa, por meio do seu computador, consultar tudo aquilo que diga respeito ao cumprimento do orçamento nacional. Fico muito orgulhoso. Na outra gestão, o Presidente José Sarney nos apoiou. A Consultoria fez a proposta e o “Siga Brasil” realmente entrou em serviço. A nova Mesa, a qual V. Ex^a pertence, aprimorou e está dando mais condições à sociedade brasileira.

Infelizmente, estou fazendo assim porque não pude comparecer. Perguntei ao Presidente Renan Calheiros se seria confirmada a realização da cerimônia e S. Ex^a disse-me que adiaria para outro dia. Eu não soube que estava confirmada e que se realizou no dia marcado. Pediria a V. Ex^a que meus cumprimentos fossem registrados e que constassem dos Anais da Casa.

Cumprimento V. Ex^a, o Presidente Renan Calheiros, a Mesa e, principalmente, os Consultores da área de Orçamento desta Casa, que tão brilhantemente nos ajudam no dia-a-dia.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nas últimas semanas, a atenção do País tem-se voltado para as denúncias de corrupção que passaram a ocupar a imprensa e os debates políticos. Durante episódios como esses, é facilmente vendida a idéia de que o descaso com a coisa pública e de desvios de conduta por parte das autoridades constituídas são males crônicos e generalizados nas instituições vigentes. Em maior ou menor medida, todos são arrastados para a mesma vala e a imagem das instituições democráticas acaba saindo arranhada.

Pois bem. Subo a esta tribuna hoje para mostrar que não há justiça nessa generalização. Nos últimos anos, esta Casa tem sido um dos principais nichos de inovações visando ao uso transparente e eficiente dos recursos públicos.

A melhor forma de percebermos esse enorme progresso é analisar a trajetória de transformações pelas quais o processo orçamentário passou desde meados dos anos 90. Foram aprovadas novas regras que mudaram a sistemática de apreciação da peça orçamentária, foi construída toda uma infra-estrutura técnica

para subsidiar as decisões políticas, e foram criados mecanismos que elevaram a visibilidade dos atos legislativos a níveis inéditos na história deste País.

Mas não quero me prender a exemplos passados para evidenciar o compromisso desta Casa com a moralidade e a consolidação da democracia. Quero citar aqui um exemplo atual, recém-ocorrido, de esforço institucional pela transparência orçamentária, gestado e concebido por esta Casa.

Muitos das Sr^{as} e Srs. Senadores devem ter tomado conhecimento de que a Consultoria de Orçamentos do Senado, juntamente com o Prodasen, fizeram ontem o lançamento de um sistema de informações sobre planos e orçamentos públicos, conhecido como Sistema de Informações Gerenciais Avançado – Siga Brasil. Esse sistema é a abertura mais completa e radical da peca orçamentária para a sociedade brasileira.

Trata-se de um sistema de informações que reúne o Sistema Integrado de Administração Financeira - Siafi, o Sistema de Integrado de Dados Orçamentários - Sidor, o Sistema de Emendas das Leis Orçamentárias - Selor e várias outras bases de dados que se encontravam dispersas pelos órgãos do Executivo e Legislativo, e os integra em um único portal, permitindo que qualquer cidadão faça consultas sobre as contas públicas sem qualquer complicação. Não há qualquer barreira para o acesso. Não há senhas ou cadastramento. Está tudo lá, na Internet, para que qualquer cidadão, no Brasil ou no exterior, possa acompanhar o processo orçamentário desde a fase de discussão da proposta no Congresso Nacional até as últimas fases de execução, inclusive as emendas parlamentares.

Até hoje, esse acompanhamento só podia ser feito por quem fosse cadastrado em cada um dos órgãos que detinham bancos de dados separados sobre cada fase do processo orçamentário. O usuário era obrigado a saber lidar com as tecnicidades de cada um desses bancos, o que não era coisa simples. Por essas razões, não se podia dizer que os sistemas de informações governamentais fossem minimamente úteis ao exercício do controle social, ou mesmo ao suporte técnico na elaboração e execução das políticas públicas.

O Siga Brasil vem alterar radicalmente essa situação. No mais remoto Município deste País, os conselhos comunitários, as organizações sociais, as entidades de ensino e pesquisa, enfim, todos os potenciais interessados em conhecer e acompanhar o gasto público vão poder fazê-lo por meio de um único portal na Internet e uma única ferramenta de pesquisa, fácil e intuitiva. É como se o Siafi, o Sidor, o Selor e outros bancos tivessem se juntado para formar um único acervo de informações sobre o orçamento – e

não apenas sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LOA, mas também o Plano Plurianual - PPA. Em que pese a enorme exclusão digital que assola nosso País, uma iniciativa como esta que o Senado Federal oferece a sociedade amplia substancialmente o acesso ao orçamento e desfaz muitos nichos de informações privilegiadas que não raro obrigam cidadãos, servidores públicos e políticos a peregrinar pelos corredores de muitos Ministérios.

Complementando o Siga Brasil, a Consultoria de Orçamentos do Senado também passou a editar o "Boletim da Conorf", que contém dados sobre a execução orçamentária e financeira do orçamento fiscal e da seguridade social da União. Esse boletim, de periodicidade bimestral, faz o acompanhamento do resultado primário do Governo Central e das principais variáveis macroeconômicas que, direta ou indiretamente, condicionaram a execução do orçamento, como PIB, taxa de juros, câmbio etc.

Como podemos ver, Exmos. Colegas, esta Casa está, sim, trabalhando com afinco, com tenacidade, pela melhoria da transparência e eficiência do setor público e das instituições democráticas. Está fazendo uma revolução silenciosa, que não ocupa as manchetes dos jornais e noticiários, mas que faz a grande diferença para o desenvolvimento do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio. PFL – DF) – Senador Romeu Tuma, em nome do Presidente Renan Calheiros, agradeço sua manifestação.

V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Prorrogo a sessão por mais oito minutos, com o intuito de concedermos a palavra ao Senador Eduardo Azeredo e ao Senador João Capiberibe. Cada um terá direito a quatro minutos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o zelo pela democracia pressupõe o respeito pela opinião pública. Informar corretamente os cidadãos, sem trapaças ou tergiversações, é um dever não só dos meios de comunicação, mas também dos governos.

Quando a inverdade vem se instalar no espaço do convívio e do debate público, cabe-nos, nobres Senadoras e Senadores, denunciá-la.

Antes de tudo, pelo compromisso com a verdade, juntamente com o sentido de justiça que a ele se associa. Mas, também, por acreditarmos que essa prática é essencial para a democracia.

Faço-o, no presente caso, sem prejudicar as intenções de quem se afastou da veracidade dos fatos, sem poder aferir-lhe o menor ou maior grau de consciência sobre a insustentabilidade do ponto de vista

que expôs. Não podemos, entretanto, deixar sem retificação as afirmações do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na entrevista coletiva de 30 de abril último, ao comparar pretensos dados relativos à geração de empregos do atual Governo com os do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Disse naquele dia o Presidente Lula:

Nos oito anos do Governo anterior, a média de emprego gerada por mês era de apenas oito mil empregos. Nos nossos dois anos, a média de emprego gerada, com carteira profissional assinada, é de 91 mil empregos, onze vezes mais empregos gerados a cada mês do que nos oito anos do Governo anterior. Isso é uma melhora significativa para o povo.

Frases do mesmo teor foram repetidas no pronunciamento, em cadeia nacional, do dia 1º de maio, como se a repetição tivesse o dom de dar maior consistência a uma afirmação ou a uma informação disparatada.

Pois o fato, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que ninguém sabe de onde o Presidente Lula tirou esses dados. Mas de uma coisa podemos ter certeza: não foi das estatísticas oficiais.

Ora, existem duas estruturas básicas de obtenção de dados sobre emprego no Governo Federal. Uma delas está no Ministério do Trabalho, abrangendo o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), levantamento mensal, e a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais). Ambos utilizam a mesma metodologia e se referem unicamente a empregos formais, com base nas informações prestadas pelos empregadores.

O IBGE, por sua vez, vale-se principalmente da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar), para estimar o número de empregos formais e informais.

Utilizemos uma ou outra das metodologias, os resultados são completamente distintos dos apresentados pelo Presidente Lula e pelo seu Partido. Vejamos, inicialmente, que, se o seu Governo tivesse gerado, na média mensal, onze vezes mais empregos que o Governo anterior, teríamos, grosso modo, que, em um só mês de Governo Lula, ter gerado quase tantos empregos quanto em um ano de Governo Fernando Henrique Cardoso.

A realidade é muito, muito diferente desse cenário fantasioso, Sr. Presidente. De acordo com a PNAD, foram gerados, nos anos de 1994 a 2002, cerca de 11 milhões e 600 mil empregos, abrangendo os formais e os informais, o que dá uma média mensal superior a 120 mil empregos e não 8 mil.

Considerando os dados da RAIS, relativos apenas aos empregos formais, foram gerados, nesse mesmo

período, cerca de 5 milhões e 600 mil novos empregos, o que resulta em uma média de 58 mil e 500 empregos com carteira assinada a cada mês, e não – como na conta do Presidente e do seu Partido – em uma média mensal de 8 mil empregos! A diferença, Sr^{as} e Srs. Senadores, é de apenas 50 mil – um número que talvez tenha sido omitido, quem sabe, por engano. A perda das dezenas!

Não é que todos os erros nos dados divulgados pelo Governo Federal sejam assim tão escandalosos. Outros podem ser mais sutis – mas nem por isso menos perniciosos.

As declarações alcançaram, pelos meios de comunicação, provavelmente milhões de brasileiros, a grande maioria dos quais não dispunham de outros dados para que pudessem questionar a afirmação presidencial. Seja como for, esses dados não resistem à mais leve crítica e logo se fizeram ausentes das declarações oficiais.

Diferente é a prática do Ministério do Trabalho ao comparar os dados recentes do Caged com os dados relativos ao Governo Fernando Henrique Cardoso.

Digo isso, Sr. Presidente, porque o Ministro Ricardo Berzoini, na semana passada, em Genebra, na reunião da OIT, fez um discurso ufanista e com imperfeições. Não cabia, naquele momento, partidizar o discurso, criticar governos anteriores, ficar apenas mencionando, em vez de Governo do Brasil, Governo do Presidente Lula, como o fez por seis vezes seguidas.

Eu tenho a minha formação na área de ciências exatas, de maneira que com números eu sempre tive um cuidado maior e no dia em questão, não para a imprensa exterior, mas apenas para a imprensa brasileira, eu pude contestar exatamente esses dados que eram apresentados pelo Ministro.

Houve, em 2002, uma mudança na metodologia do Caged pela qual os dados mensais relativos ao número de admissões e demissões de empregados, fornecidos pelas empresas, deixaram de passar por um processo de depuração. O resultado depurado chegava, por vezes, a ser metade do número inicial. Então, em 2002 mudou-se a metodologia e, por se mudar, praticamente se dobrou o número de empregos apurados.

O problema, neste caso, não é que o Governo divulgue os dados conforme a nova metodologia do Caged, mas que ele não tenha escrúpulos em compará-los, pura e simplesmente, com os dados obtidos pela metodologia anterior, bem mais rigorosa. Isso vem a ser algo semelhante a comparar produtos diferentes, sementes brutas com sementes selecionadas, por exemplo.

Sr. Presidente, já estou caminhando para encerrar o meu discurso, mas quero deixar registrado que, em ambas as práticas, identificamos o mesmo desca-so para com a verdade, o mesmo desrespeito com a opinião pública.

Andam muito esquecidas, ou talvez fora de moda, essas atitudes – ao menos em certos círculos. Mas é essencial que tais atitudes e os valores que as embasam sejam resgatados e garantidos na prática política brasileira.

Já não podemos aceitar a manipulação de dados estatísticos com fins de propaganda governamental, como não podemos aceitar outras práticas ilegais e perniciosas, que estão minando a confiança da população brasileira nas instituições democráticas.

O projeto do Primeiro Emprego, também referido pelo Ministro Ricardo Berzoini na reunião da OIT (Organização Internacional do Trabalho), na verdade é um projeto, até o momento, de fracasso; pouco se fez nessa área.

Sabemos, contudo – temos disso plena certeza –, que as respostas e soluções devem ser buscadas dentro da democracia – o único regime que assegura, em sua plenitude, o direito de crítica.

Não podemos deixar que a demagogia corrompa a esperança. Mas devemos buscar a renovação, permanente e profunda, pelo aperfeiçoamento dos instrumentos democráticos, pois assim, ainda que árdua a travessia, mesmo que demore, diz a bandeira dos Inconfidentes, chegaremos ao Brasil que todos almejamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Octávio. PFL – DF)
– Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vivemos um quadro de crise. Seria querer cobrir o sol com uma peneira negar que os últimos acontecimentos envolvendo o Poder Legislativo, o Poder Executivo e os partidos políticos afetam a imagem das instituições nacionais.

A corrupção não é novidade na nossa história. Desde o descobrimento até hoje, de tempos em tempos, o Brasil revela mazelas, falcaturias e ações que só entristecem, envergonham e desestimulam a honestidade do nosso povo. No entanto, o que parecia se transformar em algo até banal, ainda que inaceitável, começa a despertar mais do que indignação em nosso povo. Podemos constatar, ao lado da descrença, uma revolta contra o Estado brasileiro e o sistema representativo.

O que estamos assistindo não é a deterioração da imagem de Ministros, Senadores e Deputados,

mas sim o descrédito generalizado nas instituições democráticas. A maior parte da população brasileira, particularmente os mais de 52 milhões de eleitores do Presidente Lula, não votaram nas últimas eleições nacionais para caucionar esse tipo de prática política. Ao contrário, votaram na mudança; votaram em novos rumos econômicos, com maior igualdade social e em uma política pautada pela seriedade.

O triste espetáculo da deterioração das instituições brasileiras está, exatamente, na contramão das expectativas dos eleitores. Além do mais, nos colocou a todos, homens públicos, na vala comum da desonestidade, da má-fé com a coisa pública. É bem verdade que estas práticas nefastas permeiam boa parte do Estado brasileiro, quer seja na esfera federal, estadual ou municipal, alcançando os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Trata-se, por enquanto, de uma crise conjuntural, mas que pode, no entanto, se transformar em institucional, chegando a atingir a própria governabilidade. E isso não interessa ao Brasil. Ela, como crise política, deve ser resolvida por nós, detentores de mandatos eletivos, que fomos escolhidos pela sociedade para representá-la e conduzi-la.

Não devemos adotar, nesse processo, postura maniqueísta, permanecendo em um debate de surdos, com a Oposição tentando desgastar o Governo e a situação procurando desqualificar as críticas. Precisamos ir além, partindo para uma agenda concreta e buscando proporcionar à população brasileira as soluções que demanda. Precisamos abrir novos caminhos. Esta é a nossa tarefa. Vivemos uma crise política que precisa ser resolvida por nós, políticos.

A presente crise, portanto, pode ser encarada como uma oportunidade para que o País rediscuta temas tornados essenciais pela reação do povo ao que lhe parece uma quase falência das instituições. É esse povo que nos coloca uma pauta para a grande discussão nacional.

Entre essas discussões estão três pontos fundamentais:

- A Reforma do Estado, de modo a profissionalizá-lo. É necessário profissionalizar a burocracia estatal. E nós, que vivemos a experiência de governar nossos Estados, sabemos que, a cada mudança todos os quadros experientes são substituídos e o Estado acaba paralisado. É preciso profissionalizá-lo, sim, e equipá-lo, reduzindo drasticamente os cargos de livre nomeação, ao mesmo tempo em que se viabilize a possibilidade de imediata sanção aos que incorrerem em qualquer tipo de desvio de conduta ao gerir a coisa pública;

- A Reforma Política, estruturada de forma a delinear de vez limites claros entre o público e o privado. Estariam nela medidas que fortaleçam efetivamente os Partidos, que estabeleçam o financiamento público de campanhas e eliminem os atuais modelos de custeio, que estabeleçam efetivo compromisso entre os eleitos e os programas partidários, que aproximem os representantes dos representados e que utilizem mecanismos da democracia direta;

- A absoluta transparência das contas públicas e, mais do que isso, de todos os atos públicos, utilizando para isso os instrumentos de informática que estão em nossas mãos. Os adolescentes e jovens que vivem neste novo mundo, utilizando de forma intensa esses recursos, que tendem a constituir o mais democrático dos meios de comunicação, serão os grandes usuários desse sistema de controle social da ação do Estado.

Só assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Senadora, se conseguirá redesenhar o quadro institucional de nossa democracia, permitindo superar as atuais resistências e criando um novo civismo. Especialmente entre os jovens, devemos superar a anomia e, por que não dizer, a revolta que crescem cada vez mais. Apenas nós, representantes do povo, representantes da Federação, temos condições para isso. Não podemos perder essa oportunidade, no momento em que mais somos necessários ao País. É a vez dos eleitos; é a vez de os políticos darem respostas aos anseios da sociedade brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. João Capiberibe, o Sr. Paulo Octávio, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigado, Senador.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Pela ordem, concedo a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Nós estamos, neste momento, saindo da Liderança do Governo, onde assistimos ao pronunciamento do Ministro José Dirceu comunicando à Nação o seu pedido de afastamento encaminhado ao Presidente da República e seu retorno ao Congresso Nacional a partir de quarta-feira.

Eu queria deixar aqui, em primeiro lugar, registrar a minha emoção de ter assistido ao pronunciamento de um grande brasileiro, de um brasileiro que tem uma história de luta de compromisso com a democracia, de compromisso com os destinos do povo deste País história que talvez bem poucos possam apresentar.

O Ministro José Dirceu, neste momento, nas palavras dele, retorna ao Congresso para poder fazer a defesa da sua honra, da sua história, do seu Partido, do meu Partido, do Partido dos Trabalhadores e do Governo que ele continua e continuará sempre integrando. Estará neste Congresso sendo o Parlamentar brilhante que ele sempre foi, na defesa daquilo que ele acredita, que o moveu, que o move e que, com certeza, continuará movendo.

Gostaria de deixar o registro, porque é exatamente nos momentos difíceis, nos momentos de crise, nos momentos em que muitos abandonam o barco que se provam as pessoas, os homens e mulheres, com fibra e com coragem para enfrentar todas as adversidades. E o Ministro José Dirceu é uma pessoa que pode fazê-lo de cabeça erguida, por toda a sua história, por tudo que ele representa e pelos milhares e milhares de militantes, de filiados, de simpatizantes do Partido dos Trabalhadores e das causas democráticas deste País, que ele emociona.

É com essa emoção, a emoção de alguém que conhece profundamente, pela convivência política e pessoal, esse homem sobre o qual temos certeza de que em nenhum momento possa pairar qualquer tipo de dúvida.

Quero falar daqui da tribuna o que terminei de dizer, neste momento, ao Ministro José Dirceu, que, depois do seu pronunciamento, ligou-me, como está ligando para todos aqueles que confiam nele, para agradecer a solidariedade que, em nenhum momento, lhe vai faltar. Venha, José Dirceu, para este Congresso Nacional, porque estaremos aqui unidos com você na defesa da democracia brasileira e na defesa dos interesses do povo brasileiro. Não permitiremos que se concretize algo que, infelizmente, já se repetiu à exaustão na história do Brasil, que é transformar as mentiras em verdade e solapar os interesses maiores do povo brasileiro.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Por isso, Senador Tião Viana, eu não poderia deixar de estar aqui, emocionada como estou por ouvir e ver o pronunciamento do Ministro José Dirceu, nosso companheiro, esse brasileiro digno com quem todos nós vamos ter muito orgulho de conviver, a partir de quarta-feira, aqui, no Congresso Nacional.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Eduardo Azeredo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela minoria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Alvaro Dias, estamos além do limite da sessão. Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem, para a manifestação que quer fazer. A seguir, será a vez do Senador Paulo Octávio, para, depois, encerrarmos a sessão.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é evidente que não comemoramos a renúncia, a demissão do Ministro José Dirceu. Lamentamos, porque fazemos oposição responsável, a favor do País. Não desejamos, de forma nenhuma, a instabilidade governamental. Queremos a estabilidade administrativa com eficiência. É óbvio que a Oposição não pode concordar, neste momento de esclarecimentos devidos à sociedade, que uma CPI seja instalada no Congresso Nacional para investigar o Governo e que seja administrada de forma absoluta pelo próprio Governo.

Que venha o Ministro José Dirceu, como disse a Senadora, fazer a defesa da sua honra, da sua trajetória política e do seu Partido, mas que contribua aqui para que os instrumentos da eficiência fiscalizatória possam ser acionados a favor da verdade, para que a investigação se faça de forma cabal e não apenas a fim de se oferecer à população uma satisfação para aplacar a consciência nacional, tomada pela indignação coletiva em razão dos últimos escândalos de corrupção no País.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra pela ordem ao Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de registrar que hoje tivemos um momento muito importante no Partido da Frente Liberal. Estivemos o dia todo em reunião, os convencionais, o Diretório, os Deputados estaduais e federais, os Senadores, todos comandados pelo Senador Jorge Bornhausen, num momento de muita reflexão não apenas sobre o momento político que vivemos, mas também sobre os ideais do Partido.

Uma democracia forte é estabelecida com Partidos fortes. E quero aqui registrar o meu contentamento com tudo que foi tratado hoje no PFL, um Partido que faz uma oposição responsável ao Governo, um Partido

que certamente crescerá muito, porque está antenado no futuro do nosso País.

Quero registrar também o brilhante pronunciamento do Prefeito César Maia, nosso candidato a Presidente da República, que manifestou todo o seu pensamento, todas as suas idéias para o nosso País.

Finalizando as minhas palavras, externo o meu contentamento e a minha alegria por pertencer ao PFL.

Deixo o agradecimento à condução firme do Senador Jorge Bornhausen, Líder maior do nosso Partido, que o conduz com seriedade, com competência, com um projeto específico para o PFL, o que faz certamente com que ele cresça muito.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Os Srs. Senadores Nezinho Alencar, Leonel Pavan e Teotônio Vilela Filho enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. NEZINHO ALENCAR (PSB – TO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dentro do seu processo de modernização e adequação aos novos tempos, nosso País vem promovendo uma série de reformas estruturais nos mais diversos setores. Seja no campo tributário, político ou previdenciário, acompanhar as mudanças globais, ocorridas nos últimos anos, é tarefa urgente que Brasil precisa cumprir, para não ficar à margem na história moderna.

No que tange às relações trabalhistas, não é diferente. Os novos padrões de competitividade e produtividade que são demandas impostas pela atual economia mundial, aliada às mudanças políticas e institucionais vivenciadas nas últimas décadas, tornaram defasada e obsoleta boa parte do marco normativo trabalhista hoje em vigor, notadamente a regulação e o funcionamento dos sindicatos.

Diante dessa perspectiva é que afirmo não ser mais possível adiar o debater e realizar, de maneira definitiva, a reforma sindical em nosso País.

O atual padrão de organização sindical, com claras raízes autoritárias, estatizantes e corporativas, já se encontra superado e em fase terminal e, o que é pior, tem causado claros prejuízos para todos.

A reforma que defendo tem o firme propósito de fortalecer institucionalmente os sindicatos. E fortalecê-los significa, sobretudo, defender e proteger os interesses legítimos dos trabalhadores que, na maioria das vezes são negligenciados por se ter um sistema nesta área baseado numa legislação paternalista.

Quem tem experiência no trato com sindicato pequenos sabe do que falo. Muitos deles não conseguem sequer manter um cadastro atualizado das contribuições recebidas em nome desse ou daquele associado, nem tampouco demonstrar por qualquer sistemática mais simples que seja onde tem colocado tais recursos. Nessas verdadeiras arapucas manda a incompetência e impera a astúcia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o processo de criação e conseqüente pulverização de sindicatos, gerado que foi pela sedução da arrecadação fácil – causa direta das contribuições compulsórias –, deixou a representatividade sindical em frangalhos tornando-as ilegítimas, em alguns casos e provocando claros déficits operacionais para a maioria delas.

Segundo dados do IBGE, em 2001, havia no País quase onze mil e quinhentos sindicatos trabalhistas, perfazendo um crescimento de 49% desde 1991. Porém, o número de associados a sindicatos cresceu apenas 22%, ocasionando uma redução no tamanho das entidades e, logicamente, enfraquecendo a representação.

Também é por tais razões que considero como ponto importantíssimo da reforma sindical a extinção das contribuições sindicais compulsórias. Até como corolário do princípio democrático da liberdade sindical, a sustentação financeira do sindicato deve se basear na taxa associativa, na prestação de serviços aos seus filiados ou na contribuição extensiva aos beneficiados por acordo coletivo e não mediante sua imposição, como se tributo fosse.

Os novos rumos da economia não mais se coadunam com a velha, mofada e excessiva normalização, que enrijece as relações de trabalho no Brasil.

Não é por outra razão que se tem visto uma crescente utilização, nas negociações coletivas, dos mecanismos de arbitragem e mediação extrajudiciais na solução dos conflitos entre empregados e empregadores.

Somente na última década, o percentual de acordos firmados passou de 58% para 81% das negociações empreendidas. Por outro lado, dados da própria Justiça do Trabalho demonstram um inequívoco declínio no número de dissídios coletivos julgados pelos Tribunais Regionais do Trabalho, caindo de 3 mil 408 em 1991 para 498 em 2002.

Ademais, os longos períodos de litigância têm inviabilizado a Justiça do Trabalho. Calcula-se que há mais de 1,5 milhão de ações trabalhistas aguardando pacientemente na fila de execução.

A pergunta que fica para o trabalhador, portanto, é simples e objetiva: o que é melhor, esperar anos na fila das sobrecarregadas varas trabalhistas, ou partir para a negociação direta com o empregador, por meio de sindicatos fortes e representativos?

Ora, assegurar o mais amplo espaço de negociação coletiva nos âmbitos nacionais, regionais e locais, resguardando-se as especificidades de cada categoria ou segmento, nada mais é do que a consubstanciação do princípio básico da autonomia sindical consagrado pela OIT - Organização Internacional do Trabalho.

Não tenho dúvidas de que a reforma sindical é fundamental e essencial para a consolidação democrática em nosso País. Afinal, um dos seus mais importantes efeitos será retirar o ranço autoritário e engessador do atual modelo sindical vigente.

Um novo sindicalismo não é somente possível como também o é necessário. Estimular a formação de entidades sindicais livres e autônomas, com efetiva representatividade e legitimidade, presentes no setor público e privado e dotadas de plenos poderes para negociar e compor soluções é o modelo que deve orientar as discussões sobre a anunciada reforma sindical.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado!

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segmento de agricultura familiar, em Santa Catarina, representa um universo de 180 mil famílias, o que corresponde a mais de 90% da população rural. Essas famílias, apesar de ocuparem apenas 41% da área rural, são responsáveis por mais de 70% da produção agrícola do estado. Dadas essas características, tal produção tende a se concentrar em culturas de exploração intensiva, entre as quais se destaca a cebolicultura.

A cebola é a principal ocupação hortícola, quer em termos de área de plantio, quer em volume colhido ou em valor bruto da produção, e, por isso, apresenta grande importância no desenvolvimento do Estado. Ela envolve mais de 18 mil famílias rurais, que a têm como principal atividade econômica em suas propriedades e que fazem de Santa Catarina o principal produtor nacional.

Com a implantação do Mercosul, a atividade passou a sofrer uma forte competição da cebola argentina, que, em determinados períodos, chegou a descapitalizar e desestabilizar o setor ceboleiro do Estado, setor que foi obrigado, em algumas safras, a comercializar o produto a preços inferiores ao próprio custo de produção. Tal situação foi contornada pelos extraordinários resultados alcançados pelos agricultores de Santa Catarina ao longo da década de 90 e até o ano de 2003, os quais, em muitas ocasiões, abasteceram o consumo interno brasileiro. Entretanto, a conjuntura favorável não pôde ser sustentada.

Em 2004, um forte movimento de escassez de oferta interna obrigou a importação de maiores volumes de cebola, a fim de garantir um razoável atendi-

mento do consumo. Em vista disso, o suprimento da demanda nacional passou a ser atendido, em grande parte, com cebolas importadas, porém a custos muito superiores aos normalmente cobrados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o cenário atual, infelizmente, não é encorajador. O volume de produção está comprometido devido à situação climática adversa da Região Sul, que se abate com mais agressividade sobre o Estado de Santa Catarina. Não obstante esse quadro, mesmo com a significativa redução no volume da produção estimada, o mercado vem operando de forma muito débil, apresentando valores de comercialização muito aquém das expectativas dos produtores. Esse preocupante quadro ganha ares de tragédia quando sabemos que, para fazer face ao mercado interno, recorrer-se-á a mais importações oriundas da Argentina.

Para Santa Catarina, as estatísticas demonstram expectativa de redução de 19% no montante da produção. Entretanto, Senhor Presidente, essa diminuição não apenas reflete o quadro climático hostil, mas também é advinda da queda de 7,5% da área de cultivo. Apesar disso, os produtores de cebola, de forma competente, não permitiram queda significativa da produtividade.

Os reflexos sociais são significativos, pois oscilações como essas que relatei se manifestam diretamente na evasão dos produtores da área rural, proporcionando emergentes prejuízos ao setor e ao Estado. Os trabalhadores rurais necessitam de auxílio para reunir melhores condições para continuar no campo, de maneira a seguir produzindo riquezas e contribuir para o desenvolvimento de sua região. É de fundamental importância que o Poder Público saia do marasmo, da inércia de agir apenas quando provocado. Agir de maneira preventiva e pró-ativa é dever de qualquer governante.

Já me manifestei anteriormente sobre a necessidade de que o Poder Executivo Federal tome medidas sérias e consistentes para minimizar os efeitos da seca que assola Santa Catarina. Nesse instante, é meu dever apontar os holofotes do Senado para uma tragédia anunciada, a do abandono do campo, que igualmente necessita ser equacionada de maneira firme, segura e justa. É fundamental garantir a continuidade da produção e reavaliar o ingresso de produtos importados, de forma a evitar grandes prejuízos à safra nacional e catarinense, que ainda não foi totalmente comercializada.

A cultura da cebola é uma das faces da agricultura familiar, cujos ombros, já tão calejados, não devem ser mais sobrecarregados com os prejuízos que mencionei. Trata-se de um princípio de justiça. Afinal, a terra não é somente o sustento dessas famílias; mas das famílias de todos os brasileiros.

Era o que tinha a dizer,

Muito obrigado.

O SR TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, utilizo a tribuna do Senado nesta oportunidade para registrar o editorial do jornal **Folha de S. Paulo** de hoje, sob o título “CPI Chapa Branca”, no qual são comentados os acontecimentos em torno da instalação da CPI dos Correios, que resultaram na imposição de nomes fiéis ao Governo para o seu comando e sobre os desdobramentos decorrentes do dramático depoimento do Deputado Roberto Jefferson no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados.

O editorialista considera que “à luz desses desdobramentos, por mais que o governismo pretenda amesquinhar as apurações, parece muito difícil impedir que durante o inquérito o caso dos Correios se encontre com o do “mensalão”. Talvez por confiar em sua capacidade de controlar a situação no jogo miúdo da CPI, o governo reaja como se estivesse em outro planeta”.

Extraí-se da leitura do editorial a nítida impressão de que esse Governo está menosprezando os fatos e que suas reações, dissociadas do clima de perplexidade que toma o País, não o ajudam a recobrar sua credibilidade, uma vez que a sociedade está esperando respostas firmes e claras.

Pela justeza e excelência dos comentários o conteúdo desse editorial merece figurar nos anais da Casa para reflexão de todos, razão pela qual solicito seja considerado como parte integrante deste meu pronunciamento.

Era o que tinha a dizer!

Obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

CPI CHAPA-BRANCA

DEPOIS DO depoimento do deputado Roberto Jefferson no Conselho de Ética da Câmara —quando a sociedade foi convidada a renovar suas piores impressões sobre parte expressiva da classe política—, veio a ser finalmente instalada a CPI dos Correios. E o foi à feição do governismo, que conseguiu conquistar a presidência e a relatoria da comissão. Sendo assim, aumentaram as chances de que se instaure no Legislativo um inquérito chapa-branca —ou seja, circunscrito às conveniências do governo.

Investigações desse tipo, entretanto, nem sempre conseguem seguir um roteiro previamente determinado. No caso da CPI dos Correios, o propósito é concentrar as atenções nas denúncias de corrupção naquela estatal. Em princípio, seu objeto é a divulgação da fita de vídeo na qual o funcionário Maurício Marinho recebe dinheiro de um interlocutor e afirma que o deputado Roberto Jefferson, presidente do PTB, comanda um esquema de intermediação de negócios na empresa.

Ninguém desconhece, porém, que, desde a divulgação do vídeo, uma série de novas denúncias veio a público. Elas são graves e não podem ser varridas para baixo do tapete.

Anteontem, na Câmara, Jefferson confirmou as entrevistas nas quais dizia que o PT pagava “mesadas” a parlamentares de partidos aliados utilizando dinheiro de empresas privadas e estatais. Se já se mostravam verossímeis, tais acusações, que o governo rechaça como mentirosas, se tornaram ainda mais inquietantes à luz das reações do meio político e do aparecimento de outros elementos —como os apresentados na entrevista da secretária Fernanda Sornaggio à revista “Isto É Dinheiro”.

Não há dúvida de que nessas situações cresce o risco de denunciismo e

aventuras. As afirmações da secretária, contudo, contêm aspectos que reforçam a necessidade de uma ampla apuração dos fatos.

Sornaggio trabalhou com o publicitário Marcos Valério, acusado por Jefferson de ser um dos operadores do “mensalão”, juntamente com o tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Na entrevista ela afirma que os dois mantinham relações estreitas e que o publicitário movimentava elevadas quantias em espécie.

A luz desses desdobramentos, por mais que o governismo pretenda amesquinhar as apurações, parece muito difícil impedir que durante o inquérito o caso dos Correios se encontre com o do “mensalão”. Talvez por confiar em sua capacidade de controlar a situação no jogo miúdo da CPI, o governo reaja como se estivesse em outro planeta.

Ontem, o presidente do PT, José Genoino, preferiu insistir na fantástica versão de que tudo dito por Jefferson é falso e visa a atingir o PT e o governo. Já o presidente Luiz Inácio Lula da Silva compareceu à cerimônia de lançamento da chamada “MP do bem” em companhia do ministro José Dirceu, cuja saída do cargo é alvo de insistentes rumores.

Em meio ao agravamento das denúncias, o presidente preferiu falar sobre política na área econômica, afirmando existir “gente que fica nervosa porque gostaria que as coisas não tivessem dado certo”.

Reações desse tipo, em tudo dissociadas do clima de perplexidade que toma o país, não ajudam o governo a recobrar sua credibilidade. Ao contrário, transmitem a incômoda sensação de que ele se contrapõe de maneira temerosa e ensaiada a questões sobre as quais a sociedade espera respostas firmes e claras.

CÚPULA DA CRISE

LÍDERES EUROPEUS se encontrarão hoje e amanhã em Bruxelas para uma reunião de cúpula da União Européia (UE) marcada pela crise. Terão duas tarefas espinhosas: decidir o que fazer depois que franceses e holandeses rejeitaram, em plebiscitos, a proposta de Constituição para o bloco e definir as diretrizes para a elaboração do Orçamento da UE

1,14% do PIB, no que é acompanhada pelas nações receptoras de recursos. A tendência é que se encontre uma solução de compromisso mais próxima do 1% do que do 1,14%.

Outro ponto que promete ser polêmico — e que interessa diretamente ao Brasil — é a discussão da Política Agrícola Comum (PAC), os pesados subsídios que a UE concede a seus agricultores. A PAC consome 40%

CLÓVIS ROSSI

Ilha Fiscal, de novo?

SÃO PAULO - Foi há escassos 20 dias, quando a crise ainda não era chamada de crise pelos governistas. No site com o qual colabora, escrevia Ricardo Kotscho, amigo leal do presidente da República, seu assessor de imprensa em todas as campanhas presidenciais e também no governo até recentemente:

"O vento virou e só eu não percebi — eu e muitos amigos do governo em que trabalhei nos últimos dois anos. (...) Não me dei conta da radical mudança no tempo, que virou de vez o humor das pessoas".

Bem-vindo de volta ao planeta Terra, caro Ricardo. Mas faça um favor para seus muitos amigos do governo: telefone urgentemente para todos eles e conte-lhes que não foi apenas o humor das pessoas que mudou. Os fatos mudaram, sempre para pior para o governo. Até o escândalo dos Correios, havia corrupção numa empresa estatal que o governo/PT, em vez de mandar apurar, preferiu tentar abafar. Perdeu.

Veio a denúncia de Roberto Jefferson sobre o "mensalão". O governo/PT limitou-se a festejar o fato de Jefferson dizer não ter provas.

Perdeu de novo. Nas últimas 48 horas, apareceram uma secretária com declarações que parecem confirmar a saída de pacotes de dinheiro, tal como Jefferson denunciou, uma deputada licenciada do PSDB que conta ter recebido proposta de suborno para mudar para a base governista e o secretário-geral do PP, Benedito Domingos, dizendo ao "Estado" que o "mensalão era pago no apartamento de Janene", conforme o título na capa do jornal.

Janene é o líder do PP, acusado por Jefferson de operar o "mensalão".

A história, que já era verossímil, apesar da inverossimilhança do deputado acusador, começa a se encaixar peça a peça. Mas o governo fica brincando de "MP do Bem". Ou de Ilha Fiscal, em que a corte bailava enquanto a monarquia desmoronava?

@ → crossi@uol.com.br

VALDO CRUZ

Romper e sobreviver

BRASÍLIA - Acuado pela crise política do "mensalão", o governo Lula resolveu encomendar a especialistas uma receita para superar a infundável zona de turbulência.

Ouvii o que internamente já foi sugerido, mas até hoje não acatado totalmente pelo presidente: "romper" com o PT e baixar uma saraivada de boas notícias nos próximos dias.

No campo das boas novas, as iniciativas já começaram. Foi divulgada a "MP do Bem", recheada de benefícios para o mundo empresarial. Podem vir também campanhas destacando os programas sociais.

Agora, quando o tema é rompimento com o PT, a temperatura esquentou. Os defensores da tese argumentam que não se trata de Lula abandonar o seu partido, mas de adotar algumas medidas que mostrem independência em relação a ele.

Exemplos: negociar a saída do ministro José Dirceu, forçar o afastamento do tesoureiro Delúbio Soares e demitir alguns petistas, abrindo es-

paço no ministério para outros aliados, preferencialmente o PMDB.

A avaliação é que, sem essas medidas, o governo vai continuar agonizando, a figura do presidente acabará combatida e Lula terá de torcer para que a economia continue não sendo contaminada.

O presidente estaria, segundo assessores, mais sensível a esse tipo de argumentação. Estaria até disposto a promover algumas mudanças em seu governo no curto prazo.

Seria uma mudança de rumo. Até aqui, resistia a adotar esse caminho ou esbarrava na resistência de algumas figuras de sua equipe, como o ministro José Dirceu. O próprio, agora, teria jogado a toalha.

O fato é que a crise tomou um rumo sem volta. Não é mais possível abortá-la. A CPI dos Correios vai funcionar e irá cortar algumas cabeças. Lula parece ter acordado para essa realidade. Terá, mesmo a contragosto, de oferecer algum sacrifício para preservar seu governo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 52 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO NA SESSÃO DO DIA 15 DE JUNHO DE 2005, QUE ORA SE REPUBLICA PARA FAZER CONSTAR RETIFICAÇÕES EFETUADAS PELO ORADOR.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN.

Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr^{as} e Srs. Senadores, meu caro Presidente, Senador Tião Viana, precisamos repensar a federação brasileira para dotar os entes federativos, Estados e Municípios, de condições necessárias para cumprirem com suas competências e atribuições. Todos nós, aqui no Senado, sabemos, até porque possuímos a experiência de Governadores e Prefeitos, que muitas são as necessidades e poucos são os recursos disponíveis para tanta demanda social.

A meu ver, essa situação se agrava ainda mais quando vislumbramos a situação da imensa maioria dos nossos Municípios. Pois é lá que, verdadeiramente, o cidadão vive, trabalha, se desloca. Em suma, é lá onde se concentram os seus problemas mais prementes, mais urgentes. Há, então, necessidade de repensarmos o nosso modelo de divisão do bolo tributário e de distribuição de recursos, para que cada ente – Estados e Municípios, principalmente, e Governo Federal – possa reequilibrar suas finanças, com a indispensável repactuação de seus débitos previdenciários. Repactuar um débito é, em suma, oferecer condições para que o devedor possa cumprir com suas obrigações, sem comprometer suas finanças de modo irremediável; é, em contrapartida, oferecer maiores garantias ao credor de que o débito vai ser pago.

Com essa disposição, Sr. Presidente, reuni-me ontem, na condição de Presidente da Subcomissão de Assuntos Municipais, com o Ministro da Previdência Social, Romero Jucá, juntamente com o Presidente da Confederação Nacional de Municípios, Dr.

Paulo Roberto Ziulkoski. Na ocasião, o Dr. Ziulkoski entregou ao Ministro uma série de sugestões no sentido de aprimorar a medida provisória que trata de renegociação dos débitos previdenciários dos Municípios.

O que ocorre, Sr^{as} e Srs. Senadores – e o Senador Roberto Saturnino já nos havia alertado em audiência da Subcomissão –, é que os débitos previdenciários, na forma em que se encontram hoje, atualizados pela taxa Selic, constituem uma verdadeira bola de neve, que só faz crescer, enquanto a grande maioria dos Municípios padecem.

A taxa de juros Selic, como todos sabem, constitui hoje um grande vilão para a produção, para o desenvolvimento do País, e até o Presidente Lula já reconheceu que o Governo precisa encontrar outros mecanismos de controle da inflação.

Tenho uma tabela que mostra a verdadeira enormidade desses juros cobrados pela taxa Selic. Estabeleci uma comparação a partir de 1995, entre a taxa Selic, a TJLP (que se constitui na taxa de correção requerida pelos Municípios) e a inflação anual. Por exemplo, em maio de 2001, ela foi de 16,43%, a TJLP, de 9,25%, e o IPCA – o índice que mede a inflação –, de 7,04%. Na média desses dez últimos anos, a Selic correspondeu a 25,10%, a TJLP, a 12,33% e a inflação, a 8,97%. A Selic esteve 14,76% acima da inflação nesse período, o que se constitui, Sr. Presidente, em juros extorsivos. Em contrapartida, ao adotar a TJLP, o Governo federal não estaria concedendo nenhum favor aos Municípios, já que, nesse mesmo tempo, ela teve uma remuneração 3,17% superior à inflação, constituindo-se em um patamar de correção mais justo.

Sr. Presidente, para termos uma idéia do gigantismo dos números, a dívida previdenciária dos Municípios corresponde, em dias atuais, a R\$6,8 bilhões. Essa quantia é extremamente alta e compromete substancialmente as gestões municipais. É uma quantia que equivale a mais de 30% do que todos os Municípios brasileiros receberam por meio do FPM, em 2004. Não são apenas os Municípios pobres, como poderiam pensar alguns, que se encontram em situação difícil com a Previdência. Só para citarmos alguns exemplos, a cidade de Campinas, reconhecidamente próspera, do interior de São Paulo, possui uma dívida previdenciária superior a R\$300 milhões, enquanto Manaus deve à Previdência R\$187 milhões. Isso é proporcional: se o Município é

pequeno, a dívida é muito menor do que essa, mas gigantesca em relação à sua atividade econômica, a seu tamanho.

A situação é realmente alarmante, e cabe a nós intermediar a melhor situação, para que os Municípios brasileiros possam saldar as suas dívidas de forma mais equânime.

Ao propormos essa medida, essas sugestões, indo ao encontro do que está sendo pensado no Ministério da Previdência Social, não queremos absolutamente contemplar inadimplentes, perdoar débitos de administrações incompetentes de Prefeitos que fraudaram as expectativas e as esperanças das populações que os levaram às Prefeituras. Não, não se trata disso. Mais de três mil Municípios estão devendo à Previdência Social. Mais de três mil! Não podemos, de maneira nenhuma, tentar identificar nesse número Prefeitos que estão comprometendo o patrimônio do Município, que não estão pagando, porque não querem. Não se trata disso, mas de um espectro, de um universo muito maior. Queremos ir ao encontro desse universo, daqueles que realmente não puderam pagar, porque encontraram dívida sobre dívida, juros sobre juros. Isso constituiu uma montanha de débitos, uma coisa avassaladora, Sr. Presidente, enorme, impagável!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– E faz com que os Municípios não possam fazer face às suas outras obrigações, às suas outras competências, como, por exemplo, cuidar da limpeza pública, da educação, da saúde. Grande parte do dinheiro, uma média de 15% – todo mês é aquela sangria – vai para a Previdência Social.

Portanto, Sr. Presidente, deixo meu apelo, para que mobilizemos este Congresso e ofereçamos nossa contribuição, quando chegar à Casa essa medida provisória, esse projeto do Governo. Que possamos discuti-lo e aprová-lo o mais urgentemente possível. O Município não pode continuar a viver essa situação no que diz respeito à Previdência Social do nosso País.

Agradeço ao Ministro Romero Jucá a sensibilidade e o diálogo que está tendo com a área econômica do Governo, no sentido de conseguir a melhor solução para os débitos previdenciários.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

AGENDA DO SR. PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL SENADOR: RENAN CALHEIROS

**16-6-2005
quinta-feira**

11:00 – Cerimônia de Sanção do Projeto de Lei sobre o Sistema Nacional de Habitação.

Salão Leste, 2º andar – Palácio do Planalto.

13:00 – Almoço oferecido pelo Senhor Vice-Presidente José Alencar, Vice-Presidente da República, ao Senhor Daniel Scioli, Vice-Presidente da Argentina e Presidente do Senado Argentino.

Palácio Itamaraty

15:30 – Senhor Daniel Scioli, Vice-Presidente da Argentina e Presidente do Senado Argentino.

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

16:00 – Ordem do Dia – Sessão Deliberativa – Pauta sobrestada

Plenário do Senado Federal

17:00 – Ministro Adylson Motta, Presidente do Tribunal de Contas da União.

Entrega das Contas do Governo de 2004.

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal.

PARECER Nº 5, DE 2005–CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 10, de 2005–CN (nº 322–SGS–TCU/2005, na origem), que “Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 326, de 2005–TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente ao Levantamento de Auditoria nas obras de duplicação e restauração da BR–101/SE, no trecho do km77,3 ao 91,6 (TC nº 7.828/2002-3).”

I – Relatório

Trata o presente parecer do Aviso nº 10, de 2005–CN (nº 322–SGS–TCU/2005, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 326, proferido pelo Plenário do TCU na Sessão Ordinária de 30-3-05. Tal deliberação está inserida nos autos TC nº 7.8528/2002-3, que cuidam de levantamento de audi-

toria realizado nas obras de duplicação e restauração da BR-101/SE, no trecho do km77,3 ao 91,6.

O referido Acórdão resultou da análise das providências adotadas para o cumprimento do Acórdão nº 553/2003 – Plenário, especialmente no que tange aos Contratos PG nº 248/99-00 e PD nº 21001/01-00, com as modificações impostas pelos Acórdãos nºs 1.034/2003 e 2.065/2004 – Plenário.

Quanto ao Contrato PG nº 248/99-00, o Acórdão nº 583/2003 dispôs o seguinte:

9.1 – rejeitar as razões de justificativas dos responsáveis quanto às alterações de projeto que levaram ao aumento de quantitativos sobretudo dos itens de ECT de material de 1ª categoria, com preços excessivos, no contrato PG nº 248/99-00, determinando à 21ª UNIT/SE que condicione junto à contratada a continuidade desse contrato à formalização de termo aditivo, a ser encaminhado a este Tribunal por cópia no prazo de 15 (quinze) dias, estabelecendo:

9.1.1 – o desconto, proporcionalmente às próximas faturas, dos valores pagos em excesso por decorrência das alterações quantitativas do projeto original, em montante a ser apurado pelo DNIT com base no balanço das consequências financeiras dessas modificações, utilizando, em confronto com os preços da contratada, os valores de mercado dados pelo sistema Sicro à época da revisão ou, na falta desse referencial para algum item, o valor orçado na licitação, considerados, em qualquer caso, os efeitos do reajustamento, encaminhando a este Tribunal a planilha de cálculo juntamente com o termo aditivo requerido acima;

9.1.2 – a renegociação dos preços das quantidades acrescidas ou reduzidas no projeto, ainda não pagas, com base no sistema Sicro;

9.1.3 – a previsão de que outros acréscimos ou supressões, na eventualidade de ocorrerem, por necessidade devidamente justificada, sejam pagos no sistema Sicro.

Relativamente ao subitem 9.1.1, consta no relatório que por ocasião da apreciação dos embargos oferecidos pela contratada e pelo então chefe da 21ª UNIT/DNIT, o Tribunal, por meio do voto do Ministro-Relator, deixou registrado que como não houve quantidades executadas com base nas alterações pretendidas à época, dever-se-ia desconsiderar o subitem em questão.

No tocante ao subitem 9.1.2, ficou consignado no voto condutor do Acórdão nº 326/2005 – Plenário o seguinte:

5. De acordo com a planilha enviada pelo DNIT (...). o cálculo do sobrepreço e a consequente redefinição do valor global do contrato acompanharam a fórmula prescrita no subitem 9.1.2 do Acórdão nº 583/2003–Plenário. Vale notar que o DNIT aproveitou a ocasião para fazer outras alterações de quantitativos contratuais, as quais não constavam da revisão anterior do projeto (...).

6. Embora a estipulação do novo preço contratual faça parte do 4º Termo Aditivo do Contrato PG nº 248/99-00 (...), faltou, conforme disse a Secex/PB, a “formalização da repactuação dos preços, (porquanto) não foi consignada (...) cláusula expressa sobre a renegociação procedida e os novos preços para aqueles itens que tiveram alterações de quantitativo”.

(...)

8. É forçoso, então, que o DNIT assente um vínculo contratual com os preços unitários da planilha da última revisão (...), aplicáveis para os quantitativos modificados do projeto. Entendo, todavia, que essa falha formal, conquanto indispensável para a perfeita compreensão das regras contratuais, não é grave o bastante para impedir a liberação da execução das obras, até porque o valor que o DNIT está autorizado a pagar pelo serviço como um todo foi disposto apropriadamente.

Com referência ao subitem 9.1.3, seu cumprimento encontra-se no parágrafo único da cláusula quinta do contrato, na redação dada pelo 4º Termo Aditivo.

Em face disso, o Relator manifestou-se, por meio de seu voto, que considera

12. (...) cumpridas, no essencial, as determinações do Acórdão nº 583/2003-Plenário relativas ao Contrato PG nº 248/99-00, que poderá ter sua execução liberada, sem prejuízo de se requerer ao DNIT que proceda a inclusão, no contrato, ainda que na simples forma de anexos, da nova planilha de preços unitários (...) e da sistemática de medições e pagamentos, conforme a planilha auxiliar (...).

Quanto ao Contrato PD nº 21001/01-00, ficou assente no voto que

13. (...) não existem mais óbices, por parte deste Tribunal, para o seu prosseguimento, haja vista o provimento do recurso interposto pela contratada, conforme Acórdão nº 2.065/2004–Plenário (TC nº 20.062/2004–03, apenso).

Com base nessas razões, o Tribunal de Contas da União exarou o Acórdão nº 326/2005, que contém, entre outras coisas, o seguinte:

9.4. dar ciência deste acórdão, junto do relatório e do voto que o fundamentam, à Diretoria-Geral do DNIT, à 21ª UNIT, ao Ministério dos Transportes, à Top Engenharia Ltda., à Arteleste Construções Ltda., e ao Procurador da República Paulo Gustavo Guedes Fontes, bem como à Presidência e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do congresso Nacional, informando a essas duas últimas que o Contrato PG nº 248/99-00, constante do Anexo VI da Lei nº 11.100/2005, pode ter sua execução liberada.

É o relatório.

II - Voto

O Contrato PG nº 248/99-00, referente às obras de duplicação e restauração da BR-101/SE, no trecho do km77,3 a km91,6, encontra-se relacionado no Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005), que trata dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves.

Todavia, as informações constantes nos Relatório e Voto que fundamentam o Acórdão nº 326/2005 – Plenário revelam que não há mais impedimento, por parte da Corte de Contas, para a continuidade da execução daquele contrato. Não é demais dizer que o item 9.4 da citada deliberação é expresso nesse sentido.

Desse modo, voto no sentido de que esta Comissão:

a) tome conhecimento do Aviso nº 10, de 2005–CN, e das peças que o acompanham;

b) delibere pela exclusão do Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) do subtítulo 26.782.0229.1212.0101 (Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Sergipe – Trecho Divisa AL/SE – Divisa SE/BA – SE), sob responsabilidade da Unidade Orçamentária nº 39.252, nos termos do projeto de decreto legislativo em anexo.

Sala da Comissão, – Deputado **Pedro Novais**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) o subtítulo 26.782.0229.1212.0101 (Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Sergipe – Trecho Divisa AL/SE – Divisa SE/BA – SE), sob responsabilidade da Unidade Orçamentária nº 39.252.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VI – Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, o subtítulo 26.782.0229.1212.0101 (Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Sergipe – Trecho Divisa AL/SE – Divisa SE/BA – SE), sob responsabilidade da Unidade Orçamentária nº 39.252.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas no art. 1º deste decreto legislativo, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, – Deputado **Pedro Novais**.

Ofício nº S-6/2005–CMO/(Circular)

Brasília, 27 de abril de 2005

Senhor Parlamentar,

Dirijo-me a Vossa Excelência para informar que o Relatório de autoria do Deputado Pedro Novais ao Aviso nº 10/2005–CN, que concluiu por um Projeto de Decreto Legislativo–PDL, está disponível na Página da Comissão Internet (Acesso rápido – “Relatórios apresentados à CMO por relatores”) e na Secretaria da Comissão (Anexo II da Câmara dos Deputados, sala 12, térreo).

Comunico, ainda, que de acordo com o estabelecido no art. 35, inciso VII, letra **c**, da Resolução nº 1/2001–CN, alterada pelas Resoluções nºs 1, 2 e 3/2003–CN, e Ofício–CN nº 824/2004, combinado com a proposta do Deputado Ricardo Barros, aprovada na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 5-6-2002, o prazo para apresentação de emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo será nos dias 28 e 29 de abril de 2005 – (2) dois dias úteis.

Informo, outrossim, que o formulário para apresentação de emendas ao Relatório e ao PDL encontra-se acessível na página da Comissão na Internet.

Atenciosamente, – **Myrna Lopes Pereira**, Secretária de Comissão.

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Oitava Reunião Ordinária, em 09 de junho de 2005, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado PEDRO NOVAIS, ao **Aviso n.º 010/2005-CN**, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado foi favorável à exclusão do Anexo VI da Lei n.º 11.100, de 25/01/2005 do subtítulo 26.782.0229.1212.0101 – Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Sergipe – Trecho Divisa AL/SE – Divisa SE/BA - SE. Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, nos dias 28 e 29/04/2005, não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Augusto Botelho, Garibaldi Alves Filho, Geraldo Mesquita Júnior, Hélio Costa, Ideli Salvatti, João Capiberibe, Jonas Pinheiro, Marcelo Crivella, Nezinho Alencar, Romeu Tuma, Serys Slhessarenko, Sibá Machado e Valdir Raupp; e os Deputados Mussa Demes, Primeiro Vice-Presidente, Almir Sá, Amauri Gasques, Anivaldo Vale, Benedito de Lira, Carlito Merss, Carlos Alberto Lerêia, Claudio Cajado, Devanir Ribeiro, Dimas Ramalho, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Elaine Costa, Enivaldo Ribeiro, Geraldo Thadeu, Gilmar Machado, Gustavo Fruet, Hermes Parcianello, Humberto Michiles, Jackson Barreto, Jaime Martins, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Bittar, José Carlos Machado, José Divino, José Rocha, Júlio Cesar, Laura Carneiro, Leodegar Tiscoski, Leonardo Monteiro, Luiz Carreira, Luiz Piauhyllino, Lupércio Ramos, Manato, Marcio Fortes, Márcio Reinaldo Moreira, Mauro Lopes, Miguel de Souza, Milton MontiNárcio Rodrigues, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Pauderney Avelino, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Renato Casagrande, Rose de Freitas, Vander Loubet, Wasny de Roure, Welinton Fagundes, Wilson Santiago e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, em 09 de junho de 2005.



Senador **GILBERTO MESTRINHO**
PRESIDENTE



Deputado **PEDRO NOVAIS**
Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 5, DE 2005-CN

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.100/2005 (LOA/2005) o subtítulo 26.782.0229.1212.0101 (Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Sergipe – Trecho Divisa AL/SE – Divisa SE/BA – SE), sob responsabilidade da Unidade Orçamentária 39.252.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Fica excluído do Anexo VI – Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, o subtítulo 26.782.0229.1212.0101 (Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Sergipe – Trecho Divisa AL/SE – Divisa SE/BA – SE), sob responsabilidade da Unidade Orçamentária 39.252.

Art. 2º - O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas no art. 1º deste decreto legislativo, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 3º - Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 09 de junho de 2005.


Senador GILBERTO MESTRINHO
Presidente


Deputado PEDRO NOVAIS
Relator

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**Nº 084 , DE 2005**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I – Designar o servidor Paulo Ricardo Zarranz Bueno, matrícula 49818, para integrar como membro da Comissão de Segurança instituída pela Portaria Diretor-Geral nº 53, de 2005, incumbida à proteção do patrimônio e aos trabalhos de visitação ao Senado Federal nos Finais de Semana, em substituição ao servidor José Pereira da Silva, matrícula 41029.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**Nº 085 , DE 2005**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal e o Ato da Comissão Diretora nº 4, de 2005 combinados ao art. 3º do Ato do Diretor-Geral nº 1610, de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Designar para condução do Inquérito Policial nº 001/2005, os Policiais do Senado Federal Danilo Rurik Periquito Sad, Matr. 50468, na qualidade de Presidente; Newton de Souza Rodrigues, Matr. 44286, Escrivão *ad hoc*; Roberto Campos Freire, Matr. 49715 e Everaldo Bosco Rosa Filho, Matr. 52398 na qualidade de agentes cartorários.

Art. 2º Serão observados, no inquérito, o Código de Processo Penal e os regulamentos policiais do Distrito Federal, no que lhe forem aplicáveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com prazos previstos no Código de Processo Penal para conclusão dos trabalhos.

Senado Federal, 16 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 086 , DE 2005

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I – Designar a servidora **MARIA DAS GRAÇAS COELHO COSTA**, matrícula 47007, para integrar, como membro, a Comissão Especial de que trata a Portaria do Diretor-Geral nº 42, de 2005, desta Diretoria-Geral, em substituição ao servidor **EDVAL FERREIRA SILVA**, matrícula 42824.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Senado Federal, 16 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2567 , DE 2005

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009474/05-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **OSVALDO ANTONIO TEIXEIRA RODRIGUES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Jonas Pinheiro.

Senado Federal, em 14 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2568 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009.440/05-4,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LIDIANE MARIA GAÍVA**, matrícula n.º 186202, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Luiz Soares.

Senado Federal, em 15 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2569 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009.423/05-2,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **KENY RAMOS DE BRITO**, matrícula n.º 181629, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Cristovam Buarque.

Senado Federal, em 15 de junho de 2005.

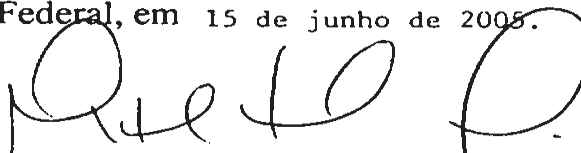

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2570 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009.426/05-1**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ALCIMAR BEZERRA DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Senado Federal, em 15 de junho de 2005.



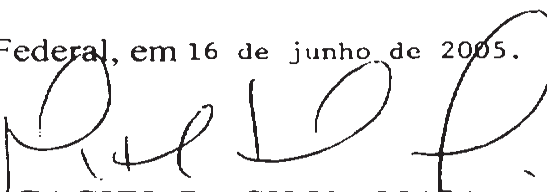
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2571 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **009.527/05-2**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **JOSÉ MARIA DE ABREU JÚNIOR**, matrícula n.º 166069, de Assessor Técnico para o de Assistente Parlamentar, AP-1, do Gabinete do Senador João Batista Motta.

Senado Federal, em 16 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Antonio Leite	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	P - SOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	BLOCO - PT	Tião Viana
	GOIÁS	P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	BLOCO - PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim		TOCANTINS
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	BLOCO - PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
BLOCO - PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da luz

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Dulcília Ramos Calháo	(Ramal: 3514)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Janice de Carvalho Lima	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3502)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CFC José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CI Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CRE Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CLP Maria Dulce V de Queirós Campos	(Ramal: 1856)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Shessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 04.05.2005

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDÓ CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 04.05.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL

Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Subsecretaria de Edições Técnicas

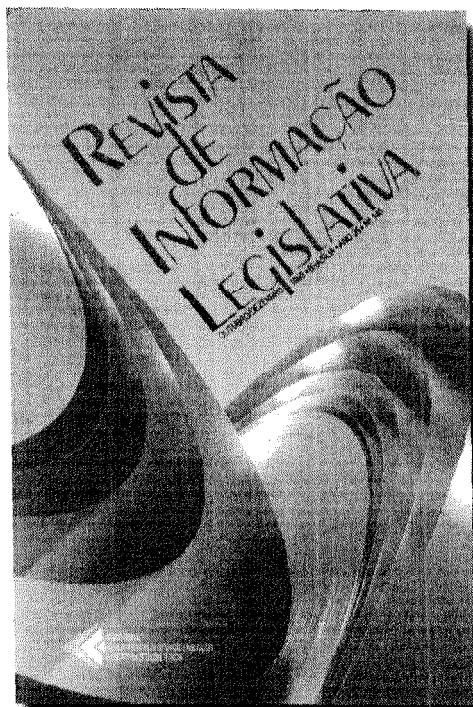
Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seeecat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 168 PÁGINAS